



Universidade de Brasília

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MÔNICA OLIVEIRA DOS SANTOS

**UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO
INSTITUTO NOSSA SENHORA DO BRASIL, NO DISTRITO FEDERAL
(DÉCADAS DE 1960 A 1990)**

BRASÍLIA-DF

2023

MÔNICA OLIVEIRA DOS SANTOS

**UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO
INSTITUTO NOSSA SENHORA DO BRASIL, NO DISTRITO FEDERAL
(DÉCADAS DE 1960 A 1990)**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Modalidade Mestrado Profissional) da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

Banca examinadora:

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos
Presidente (PPGE/UnB)

Prof.^a Dr.^a Etienne Baldez Louzada
Membro Interno (PPGE/UnB)

Prof. Dr. Giovani Ferreira Bezerra
Membro Externo (FAED/UFGD)

Prof.^a Dr.^a Liège Gemelli Kuchembecker
Membro Interno (PPGE-MP/UnB)

BRASÍLIA-DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oh Oliveira dos Santos, Mônica
UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO
INSTITUTO NOSSA SENHORA DO BRASIL, NO DISTRITO FEDERAL
(DÉCADAS DE 1960 A 1990) / Mônica Oliveira dos Santos;
orientador Juarez José Tuchinski dos Anjos. -- Brasília,
2023.
148 p.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. História da Educação de Surdos. 2. INOSEB. 3. Práticas
Educativas Católicas. 4. Calvarianas. 5. Distrito Federal.
I. José Tuchinski dos Anjos, Juarez, orient. II. Título.

Processo nº 23106.074718/2023-54

DECLARAÇÃO

Interessado(a): Mônica de Oliveira Santos

Declaro para os devidos fins que a estudante Mônica de Oliveira Santos, sob minha orientação, apresentou a versão final de sua dissertação de mestrado, com a qual estou de acordo.



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Jose Tuchinski dos Anjos, Professor(a) de Magistério Superior do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação**, em 29/06/2023, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9944567** e o código CRC **EDE2AECC**.

Referência: Processo nº 23106.074718/2023-54

SEI nº 9944567

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, CNPJ: 00.038.174/0001-43, Brasília/DF, CEP 70910-900

Telefone: , Site - <http://www.unb.br>

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, por ter me dado a oportunidade de iniciar essa jornada de estudos e desafios, nesse turbilhão de emoções que é o Mestrado.

À minha mãe, Maria da Guia de Oliveira, pela paciência, compreensão, pelo exemplo de mulher destemida e pela ajuda nas horas em que mais precisei.

Ao meu pai, Juarez Duarte dos Santos, por acreditar que um dia eu seria estudante da UnB, por ter me ensinado o quanto é importante o conhecimento.

À minha irmã, Ana Célia Roth Oliveira, pelo incentivo, por sempre acreditar na minha capacidade, pelas horas de conversas pelo celular, por meio de mensagens via WhatsApp, mediante palavras de conforto, com a intenção de me acalmar.

Ao meu marido, Evoneis Farias Natal, que, antes mesmo da seleção para o Mestrado, me estimulava a ingressar, me dava dicas preciosas e que assumia as responsabilidades do âmbito familiar, enquanto eu passava horas em frente ao computador. E que muitas vezes dizia que ia dar tudo certo.

Ao meu filho, Pedro Joel dos Santos Ramírez Bravo, pela compreensão das horas dedicadas aos estudos, pela paciência por não ter tempo para alguns passeios e atenção. E pelo filho maravilhoso que ele tem sido, sempre proativo e estudioso.

Aos meus amigos companheiros da UnB, Aline, Gleuze e Gustavo, que deram um ombro amigo nas horas mais difíceis.

Às minhas amigas Valdicéia, Fabiana, Rosário e Simone, que me mostraram os caminhos para a seleção do Mestrado.

À minha amiga Margareth, pelas palavras motivacionais de apoio nos momentos mais difíceis e por realizar um projeto de leitura com o meu filho, enquanto eu estava concentrada nas minhas leituras.

Ao meu orientador, Professor Juarez José Tuchinski dos Anjos, pela alteridade, humildade, atenção, compreensão, companheirismo e paciência durante os dois anos.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação, Giovanni Ferreira Bezerra e Liège Gemelli Kuchembecker. Agradeço imensamente por terem disponibilizado uma parte de seu tempo para esse momento e pelas contribuições que deram ao meu trabalho.

SANTOS, M. O. Uma história das práticas de educação dos surdos no Instituto Nossa Senhora do Brasil, no Distrito Federal (décadas de 1960 a 1990) [Dissertação de Mestrado]. Brasília: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2023.

RESUMO

Considerando que não houve estudos científicos referentes à História da Educação de Surdos em Brasília, especialmente sobre o Instituto Nossa Senhora do Brasil – INOSEB, o objetivo desta pesquisa foi o de investigar as características da educação oferecida aos surdos no INOSEB, entre as décadas de 1960 a 1990. Para tanto, realizou-se uma pesquisa historiográfica, em que a metodologia compreendeu o acesso e utilização das fontes que a embasam. Em sua maioria, as fontes foram localizadas nos arquivos do INOSEB, constituídas por quatro grupos de documentos, quais sejam: relatos escritos sobre a história da congregação, documentos institucionais, fotografias e uma notícia do jornal *Correio Braziliense*. O acesso às demais notícias desse jornal se deram via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As primeiras iniciativas de educação de surdos em Brasília remontam à década de 1960, em algumas instituições mantidas pelo poder público e/ou em escolas da Fundação Educacional do Distrito Federal, sobre as quais, infelizmente, nenhuma documentação parece ter sobrevivido ao tempo. Alguns vestígios dessas iniciativas foram localizados em notícias veiculadas em um periódico local. Essa fonte ainda não recebeu tratamento historiográfico por parte dos historiadores que têm se dedicado ao estudo da educação na capital federal. A investigação demonstrou o contexto da educação dos surdos no Distrito Federal, o processo de instalação do INOSEB nos anos 1960-1970, e analisou as características das práticas educativas do INOSEB nos anos 1970-1990. Apresenta-se como produto técnico desta pesquisa, um minicurso intitulado *Aspectos históricos da educação de surdos no DF*, que versa sobre as primeiras instituições de educação de surdos na referida região, por meio da atuação do INOSEB, nos anos de 1960 a 1990, e que abordará: os vestígios de práticas educacionais, práticas católicas e os itinerários de educação atravessados pelos conceitos de representação e prática; as memórias dos educadores sobre sua própria atuação na educação de surdos no DF. Dois conceitos foram fundamentais para as discussões neste trabalho: o de práticas e o de apropriação, ambos de Roger Chartier (2002). A conclusão indica, que podemos confirmar a hipótese de que, dialogando com as práticas em voga para a educação de surdos - práticas que foram apropriadas com base nos interesses de evangelização da Congregação -, as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário desenvolveram um trabalho educativo de caráter missionário junto aos surdos do DF. O INOSEB é uma das primeiras instituições da cidade voltada à educação de surdos, e sua história ainda não foi objeto de tratamento historiográfico. O estudo fez perceber a sua importância para a contribuição na história da educação de surdos no Brasil e, sobretudo, a necessidade de cobrir essa lacuna na historiografia do Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação de Surdos. INOSEB. Práticas Educacionais Católicas. Calvarianas. Distrito Federal.

SANTOS, M. O. A history of the education practices of the deaf at the Nossa Senhora do Brasil Institute, in the Federal District (1960s to 1990s) [Master's Thesis]. Brasilia: Faculty of Education, University of Brasilia, 2023.

ABSTRACT

Considering that there were no scientific studies regarding the History of Education for the Deaf in Brasilia, especially on the Instituto Nossa Senhora do Brasil - INOSEB, the objective of this research was to investigate the characteristics of the education offered to the deaf at INOSEB, between the 1960s to 1990. To this end, a historiographical research was carried out, in which the methodology included the access and use of the sources that support it. For the most part, the sources were located in the INOSEB archives, consisting of four groups of documents: namely written reports on the history of the congregation, institutional documents, photographs and news from the newspaper *Correio Braziliense*, via Digital Hemeroteca of the National Library. The first initiatives of deaf education in Brasilia date back to the 1960s, in some institutions maintained by the public power and/or in schools of the Educational Foundation of the Federal District, about which, unfortunately, no documentation seems to have survived the time. Some traces of these initiatives were located in news stories published in a local newspaper. This source has not yet received historiographical treatment by historians who have dedicated themselves to the study of education in the federal capital. The investigation demonstrated the context of the education of the deaf in the Federal District, the process of installation of INOSEB in the years 1960-1970, and analyzed the characteristics of the educational practices of INOSEB in the years 1970-1990. It is presented as a technical product of this research, a short course entitled *Historical aspects of the education of the deaf in the DF*, which deals with the first institutions of education of the deaf in the DF, through the performance of INOSEB, in the years 1960 to 1990, and which will address: the vestiges of educational practices, Catholic practices and the itineraries of education crossed by the concepts of representation and practice; the memories of educators about their own performance in the education of deaf people in the Federal District. Two concepts were fundamental to the discussions in this work: that of practices and that of appropriation, both by Roger Chartier (2002). The conclusion indicates that we could confirm the hypothesis that, dialoguing with the practices in vogue for the education of the deaf - practices that were appropriated based on the interests of evangelization of the Congregation -, the Sisters of Our Lady of Calvary developed an educational work of missionary character among the deaf in the DF. INOSEB is one of the first institutions in the city focused on the education of the deaf, and its history has not yet been the object of historiographical treatment. The study made us realize its importance for the contribution in the history of deaf education in Brazil and, above all, to cover a gap in the historiography of the Federal District.

KEYWORDS: History of Deaf Education. INOSEB. Catholic Educational Practices. Calvarians. Federal District.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O jovem Padre Pierre Bonhomme	54
Figura 2 – Cidade de Gramat.....	55
Figura 3 - Irmãs Fundadoras.....	60
Figura 4 - Padre Vicente de Paulo Burnier	65
Figura 5 – Irmã Yolanda recebendo um cheque para a construção do INOSEB	76
Figura 6 – Flagrante das religiosas e alunos no pátio do Colégio Notre Dame	77
Figura 7 – Construção das salas de aula e um pequeno internato - 1ª etapa do INOSEB	80
Figura 8 – Família Chaves, colaboradores do INOSEB, ajudando a colocar a 1ª placa de identificação do Instituto.....	81
Figura 9 – Inauguração da Sede do INOSEB	82
Figura 10 – Irmã Helena Croda	96
Figura 11 – Irmã Helena Croda ministrando aula	97
Figura 12 – Centro de Convivência Pierre Bonhomme	114
Figura 13 – Padre regendo a missa na Pastoral dos Surdos	115

LISTA DE SIGLAS

AASI	Aparelho de Amplificação Sonora Individual
AILES	Associação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais de Sergipe
AOPA	Associação das Obras Pavonianas
ASTIL	Associação Sergipana de Tradutores e Intérpretes de Libras
APADA/SE	Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado de Sergipe
APS	Atenção Primária à Saúde
ASPHE	Revista Brasileira de História da Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAS/ SE	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez do Estado de Sergipe
CASEB	Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília
CEAL/ LP	Centro Educacional da Audição e Linguagem/ Ludovico Pavoni
CEECNJ	Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior
CEMEB	Centro de Ensino Médio Elefante Branco
CESAJU	Centro de Surdos de Aracaju
CIRAS	Centro de Integração Raio de Sol
CRNG	Centro de Reabilitação Ninota Garcia
CRE	Coordenação Regional de Ensino
D.A	Deficiente Auditivo
DAE	Direção de Assistência Estudantil
DERDIC	Divisão de Educação e Habilitação dos Distúrbios da Comunicação
DIEESP	Divisão de Educação Especial
DF	Distrito Federal
EE11A	Escola Estadual 11 de Agosto

EECC	Escola Estadual Carmo Cascardo
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisa, História, Sociedade e Educação no Brasil (UNICAMP/SP)
HISTELA	Revista Latino-Americana de História da Educação
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
INOSEB	Instituto Nossa Senhora do Brasil
INOSEL	Instituto Nossa Senhora de Lourdes
INSM	Instituto Nacional de Surdos-Mudos
IPAESE	Instituto Pedagógico de Apoio à Educação dos Surdos de Sergipe
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEE	Núcleo de Educação Especial
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OEMAR	Organização Educacional Madre Maria Margarida
QI	Quociente de Inteligência
RS	Rio Grande do Sul
SAME	Serviço de Assistência à Mendicância
SEED	Secretaria de Estado da Educação de Sergipe
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SP	São Paulo
SSCS	Sociedade Surda de Caxias do Sul
SUPLAV	Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Revista História da Educação
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Unit	Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO DISTRITO FEDERAL E A INSTALAÇÃO DO INOSEB NOS ANOS 1960-1970.....	42
1.1. Vestígios da educação de surdos no Distrito Federal na década de 1960.....	42
1.2. A Congregação de Nossa Senhora do Calvário e a educação de surdos: da Europa à Brasília.....	53
1.3. A instalação do INOSEB em Brasília.....	65
CAPÍTULO 2 – AS CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO INOSEB	85
2.1. Práticas educativas do INOSEB	85
2.2. Práticas de educação católica no INOSEB	106
2.3. Fragmentos de itinerários educativos dos surdos	116
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO DF – UM MINICURSO.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como origem a minha trajetória de vida, a partir do início da minha caminhada como docente. Eu sou professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), admitida em concurso público desde 2005. Em 2008, fui enviada pela Regional de Ensino de Santa Maria, hoje Coordenação de Ensino de Santa Maria (CRE), para lecionar na Escola Classe 206, de Santa Maria. Na ocasião, eu cheguei em um momento de escolha de turma. Fui muito bem recepcionada pela professora intérprete da escola, que, por sua vez, já havia escolhido turma. Tive contato, pela primeira vez, com uma turma de 4ª série e sete alunos surdos que estavam inseridos em um contexto educacional em que a maioria dos discentes era de ouvintes, sendo a única turma da escola com esse formato. Eu estava como professora regente em um trabalho de bidocência, que resultou numa parceria de três anos com essa professora intérprete, com a qual desenvolvemos uma excelente relação e interação profissionais.

Nesse período, despertou em mim um encantamento pela Educação de Surdos, chamando-me a atenção para a necessidade de realizar um aperfeiçoamento profissional. Por essa razão, matriculei-me num curso de Libras. Fiz outros cursos a fim de me aprimorar na área, inclusive uma pós-graduação *lato sensu* em Libras, cujo trabalho de conclusão de curso tinha como título *A Inclusão da Criança com Implante Coclear*. Posteriormente, num período de dois anos, atuei como professora intérprete; em seguida, dois anos no Atendimento Curricular Específico com o Português Oral; um ano como professora de Libras, no Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos, e, por fim, até agosto de 2021, como professora Itinerante de Surdez e Deficiência Auditiva no Atendimento Educacional Especializado. Atualmente consegui ser contemplada, em processo seletivo, com o afastamento remunerado para estudos.

Quando iniciei a minha atuação como professora itinerante, tive uma visão geral do trabalho desenvolvido com a educação de surdos. Pois essa função consiste no atendimento a estudantes com surdez e deficiência auditiva, com o propósito de viabilizar a remoção de barreiras no desenvolvimento no processo de aquisição da aprendizagem e de sua linguagem, a fim de possibilitar a articulação entre o professor regente e o professor do atendimento educacional especializado. Esse trabalho tem como foco o estudante e, quando necessário, a sua família, o que permite uma orientação apropriada quanto a adequações curriculares e a estratégias pedagógicas.

Por ter vindo dessa trajetória da educação de surdos, quando fui selecionada para o Programa de Pós-Graduação em Educação (Modalidade Profissional) na UnB, o meu tema de pesquisa, inicialmente, era *Relação pedagógica do professor intérprete com o aluno surdo: educação especial*. No momento do meu ingresso no PPGE-MP, sob o direcionamento do meu orientador, a partir de uma perspectiva voltada para a História da Educação, foi-me apresentada a proposta de uma pesquisa histórica, com o título provisório de *História da Educação de Surdos no Distrito Federal*.

Deu-se início, assim, à pesquisa de campo em algumas instituições, como Instituto Nossa Senhora do Brasil (INOSEB), Secretaria de Educação, Centro de Ensino Especial 01 de Brasília, Conselho de Educação do Distrito Federal, Centro Educacional da Audição e Linguagem – Ludovico Pavoni (CEAL – LP) e Arquivo Público do Distrito Federal. Em forma de diário, fui relatando cada visita realizada. Em alguns desses estabelecimentos, encontrei certa resistência com relação ao acesso aos acervos, o que impossibilitou a busca de determinadas informações. Em outros, não encontrei sequer documentação sobre o tema. Todavia, ao visitar o Instituto Nossa Senhora do Brasil, fui muito bem recepcionada e tive acesso a vários documentos, graças à Irmã Liliane, uma das responsáveis pela instituição, que compartilhou comigo diversas fontes. A partir de então, minha pesquisa ganhou uma outra identidade.

Sobre a importância da fonte na pesquisa, Ragazzini (2001) tece o seguinte comentário:

A fonte é uma *construção* do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar *conhecimentos acertados* sobre o passado. As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é: ler e indicar os signos e os vestígios como sinais (RAGAZZINI, 2001, p. 2, grifos do autor).

Após vivenciar a experiência descrita por Ragazzini, e diante das fontes que foram encontradas para esta pesquisa bem como a sua relevância, esta dissertação se transformou numa abordagem histórica, tomando por objeto de estudo a educação de surdos no Instituto Nossa Senhora do Brasil, uma das primeiras instituições de educação de surdos no Distrito Federal. Há uma importância em analisar esse processo histórico da Educação dos Surdos,

tendo em vista que essa modalidade educacional se encontra em constante evolução, fazendo-se necessário abordá-lo de modo crítico e apontar elementos que sirvam para instrumentalizar a crítica presente sobre a realidade. À luz desse movimento de mergulho no passado é que tais compreensões foram possíveis, sobretudo a partir de leituras de Lopes e Galvão (2010, p. 12), que descrevem o ofício do historiador da educação da seguinte forma:

Cabe-nos cultivar a sensibilidade, a disposição e a disponibilidade para comparar, analisar, interpretar, descobrir os quês e os porquês de outras épocas, de outros lugares, que, a um só tempo, parecem tão próximos e tão distantes daquilo com que lidamos a cada dia. [...] Imersos num presente que traz indagações, impõe questões e sugere temáticas, os pesquisadores e os professores atentos formulam problemáticas para a história: o que fazia, porque se fazia, quem fazia, como fazia algo em determinada época, numa sociedade específica?

Fazendo um breve panorama histórico acerca da educação dos surdos no Brasil, Herold Júnior e Cardoso (2016) relatam que ela se iniciou, em 1855, com o francês Édouard Huet Merlo – professor surdo que perdeu a audição aos 12 anos. Huet foi estudante do Instituto Nacional de Surdos de Paris, onde tornou-se docente e teve proximidade com o método aplicado pelo abade L’Epee; ele participou da direção do Instituto de Surdos de Borges, e, em 1855, mudou-se para o Brasil (CASTRO; CARLIXTO, 2016). Huet utilizava o alfabeto Manual e a Língua de Sinais Francesa. Segundo Sofiato *et al.* (2021), ele criou um projeto de educação de surdos e apresentou-o ao Imperador D. Pedro II. O projeto foi viabilizado com a origem do Collegio Nacional para Surdos-Mudos, de ambos os sexos, em 1856.

Posterior a um ano de trabalho e de solicitação de ajuda financeira, a pedido de Huet e dos representantes da direção, D. Pedro II legitimou um subsídio ao Instituto. Este foi deslocado de sede e teve seu nome mudado para Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, sendo a primeira escola brasileira especializada no atendimento de estudantes surdos. Atualmente, a organização educacional se chama Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro. Em 1929, foi criada a segunda escola especial, o Instituto Santa Teresinha, em São Paulo. A parceria com esse Instituto, em 1959, resultou na fundação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (INOSEL), no Rio de Janeiro (DUARTE, 2009). Também há que se mencionar o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, em Aracaju, fundado em 1962, que atendia alunos surdos, cegos, deficientes mentais e motores (SILVA *et al.*, 2013).

Já em Brasília, as primeiras iniciativas de educação de surdos remontam à década de 1960, em algumas instituições mantidas pelo poder público e/ou em escolas da Fundação Educacional do Distrito Federal, sobre as quais, infelizmente, nenhuma documentação foi

localizada, salvo poucos dados encontrados no jornal *Correio Braziliense*, os quais serão abordados oportunamente (vide Capítulo 1). No âmbito da educação particular voltada aos surdos, somos um pouco melhor informados.

Em *A Igreja Católica em Brasília nos seus primórdios*, o Cardeal Assis (2021) discorre sobre o Decreto de criação, em Brasília (em 1959), da Paróquia Nossa Senhora do Carmo. Dez anos depois, em 1969, no território eclesiástico dessa Paróquia, é fundado o Instituto Nossa Senhora do Brasil (INOSEB), das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, situado à EQ 714, por iniciativa do Padre Vicente Bournier, primeiro padre surdo do Brasil, e da irmã Yolanda Baldioti. A congregação tinha como objetivo a missão evangelizadora dos surdos, inicialmente por meio da educação especial. O Instituto Nossa Senhora do Brasil é, desde então, referência para os surdos do Plano Piloto e das Cidades Satélites, prestando assistência espiritual e pastoral. Outra instituição a se mencionar, ainda em funcionamento na capital federal, é o Centro Educacional de Audição e Linguagem - Ludovico Pavoni (CEAL-LP). De acordo com Duarte (2009), ele é mantido pela Associação das Obras Pavonianas de Assistência. Com sede também em Brasília (DF), foi inaugurado oficialmente em 3 de abril de 1974. Sua filosofia de trabalho é baseada no oralismo; quanto ao atendimento, no passado, oferecia o ensino nas modalidades de internato, semi-internato e externato. Hoje, funcionam somente o semi-internato e o externato.

Voltando ao Instituto Nossa Senhora do Brasil – a mais antiga instituição de atendimento educacional aos surdos no Distrito Federal –, apesar de sua importância, essa instituição, bem como a história da educação dos surdos na capital federal, ainda não foram objeto de investimentos historiográficos. Duas importantes obras sobre a história da educação na região, publicadas na última década, sustentam essa afirmação ao evidenciarem tal lacuna.

A coletânea, *Nas asas de Brasília: memória de uma utopia educativa (1956-1964)* (PEREIRA *et al.*, 2011), publicada em 2011, uma obra produzida em um período de sete anos, pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, envolveu um grupo numeroso de alunos e professores. Foram coletados para sua elaboração, depoimentos de professores, gestores e estudantes pioneiros, em um recorte histórico de oito anos – de 1956 a 1964. A obra está estruturada em dezessete capítulos agrupados em quatro blocos. O primeiro bloco, “Raízes da educação do Distrito Federal”, reflete sobre a proposta educacional de Anísio Teixeira para Brasília, o qual buscava estruturar um sistema democrático educacional acessível a todos, a partir do ensino primário integral até o ensino médio. A proposta pedagógica concebia a educação como um todo, abrangendo os diferentes níveis de escolarização, numa perspectiva de continuidade, doravante aos objetivos e funções conferidos à escola em meio às mudanças

sociais derivadas dos progressos científico e tecnológico.

O segundo bloco, “Escolas pioneiras: a ousadia do novo”, com inspiração no ideário de Anísio Teixeira, versa sobre as instituições pioneiras como a Escola Júlia Kubitschek – primeira escola pública do Distrito Federal, criada em 1957. A referida escola, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e construída em apenas vinte dias, promovia o ensino integral e em tempo integral, incluía instrução dos conteúdos tradicionais, além de atividades como artes plásticas, música e práticas desportivas e de trabalho, tornando-se, assim, referência para o sistema de educação da época. Também foram pioneiras a Escola-Parque de Brasília e sua experiência de educação integral; a Escola Normal de Brasília e sua formação de professores na perspectiva da modernidade; a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB); o Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB), como representante do experimentalismo e da inovação no ensino médio, além do destaque às tecnologias educativas adotadas no Distrito Federal.

O terceiro bloco, “Memórias da Aprendizagem da Nova Capital”, aborda três eixos temáticos do trabalho pedagógico desenvolvido nos primeiros anos da cidade: ensino das artes e a educação do corpo nas Escolas-Parque e a história da aprendizagem e do ensino de Matemática no Distrito Federal.

No quarto e último bloco, “A pesquisa: desafios e singularidades”, versa-se sobre questões metodológicas e conceituais pertinentes ao trabalho, para as quais se utilizou uma análise documental junto ao acervo da pesquisa “Escola Pública no Distrito Federal – 1956/1964: origens de um projeto inovador”, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (PEREIRA *et al.*, 2011). O *corpus* documental foi constituído de várias fontes, tais como: documentos escritos, oficiais e pessoais; cartas; artigos acadêmicos e de imprensa; fontes iconográficas, fotografias doadas por professores pioneiros; e fontes audiovisuais, entrevistas gravadas e filmadas com professores, gestores e estudantes. Como se nota, todos os estudos se voltam para a educação pública da capital e nenhum deles aborda a educação de grupos específicos como pessoas com deficiência e, tampouco, crianças surdas.

O segundo livro, *Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória* (PEREIRA *et al.*, 2018), foi publicado após cinco anos da obra anteriormente citada, dando sequência à sua abordagem. Em síntese, o livro descreve a trajetória da educação a partir do Plano Educacional elaborado por Anísio Teixeira. É composto por 15 capítulos, agrupados em quatro partes. A primeira, “Memória educativa e o Museu de Educação do Distrito Federal”, apresenta estudo sobre o acervo da pesquisa (seu conteúdo em diferentes suportes), traz o tratamento arquivístico dos documentos bem como a organização dos mesmos em meio

material e virtual; além disso, destaca a importância do acervo fotográfico e seus reflexos na vida escolar, uma vez que revela momentos passados que podem ser revisitados, sendo alvo de novas interpretações. O acervo faz parte de um projeto que busca preservar a memória da educação no DF assim como a produção de conhecimento em espaços de formação, com destaque para a criação do Museu da Educação do Distrito Federal.

A segunda parte da obra, “A profissão docente: memórias do fazer pedagógico”, aponta as preocupações de Anísio Teixeira com a preparação de professores aptos a assumirem o novo modelo de educação materializado na Escola Normal de Brasília, que foi criada com o propósito de oferecer um ensino centrado no aluno. As primeiras escolas classe ofereciam a educação voltada à cultura corporal infantil para os alunos que estavam em fase de escolarização. Essa segunda parte da obra ressalta também a figura de professores pioneiros como o maestro Levino de Alcântara, criador da Escola de Música de Brasília, e a professora Ivonilde Morrone, responsável por uma metodologia de alfabetização bastante eficaz nas séries iniciais, durante os primeiros anos de Brasília. E discorre sobre o ensino de matemática, o advento da matemática moderna e a contribuição dos professores do Distrito Federal.

A última parte, “Origens e contexto da formação integral do brasiliense”, versa sobre as circunstâncias sócio-políticas da construção de Brasília e do ideário de formação do cidadão desenvolvimentista. Em seguida, apresenta a ideia de formação humana integral, tendo como modelo Gramsci; estabelece um diálogo entre o pensamento de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que conceberam e direcionaram sistemas de ensino similares em Brasília e no Rio de Janeiro. Também, nessa segunda obra, apesar de sua relevância historiográfica e do avanço que representa em relação à primeira coletânea, novamente, nada se fala sobre a educação para além das instituições públicas e, tampouco, sobre a educação de surdos no Distrito Federal.

Em decorrência da ausência de dados sobre a educação de surdos na historiografia educacional brasiliense, torna-se essencial partir para um levantamento em níveis mais abrangentes em relação à historiografia da educação brasileira, no intuito de dialogar com trabalhos que tenham construído interpretações históricas sobre os processos educacionais dessa parcela da população brasileira. Para tanto, valendo-se das palavras-chaves “história da educação dos surdos”, procedeu-se a uma pesquisa em três bases distintas: 1) nas principais revistas de História da Educação nacionais (Revista Brasileira de História da Educação, Revista História da Educação – ASPHE – UFRGS, Cadernos de História da Educação, Revista Histedbr, Revista de História e Historiografia da Educação e HISTELA – Revista Latino-Americana de História da Educação); 2) no Google Scholar; e 3) na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em um recorte cronológico que abarca os últimos 20 anos.

Foram desconsiderados trabalhos que fizeram abordagens panorâmicas sobre a educação dos surdos e que não estavam ancorados em fontes primárias, ou seja, que não se caracterizam como pesquisas historiográficas propriamente ditas, bem como as pesquisas que continham somente uma contextualização histórica antes de chegar a seu objeto principal, algo muito comum em estudos sobre a educação de surdos. Ao aplicar esse critério de exclusão, a pesquisa retornou o número de 5 artigos e 9 teses e dissertações, com as quais passo a dialogar a seguir.

Rocha (2009), na tese de doutorado *Antíteses, Díades, Dicotomias no Jogo entre Memória e Apagamento Presentes nas Narrativas da História da Educação de Surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pretendeu identificar, por meio de uma narração dicotômica, a história da educação dos surdos, tendo como objeto de pesquisa o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Em sua tese, a autora descreve a experiência do período em que trabalhou no INES, onde conheceu as fontes documentais de que se utilizou, principalmente da década de 1950, em especial fontes iconográficas, além de entrevistas que relatam a cultura oral relativa à trajetória da instituição, por meio das narrativas de professores, alunos e funcionários.

Ao acompanhar a produção acadêmica dos anos noventa na área de surdez, a autora pôde perceber como os estudos relacionados à memória histórica eram distanciados e como ela conduz os personagens os quais fazem parte das instituições, pelos arquivos e fontes, visto que em algumas vezes são referidas como triunfo do oralismo e abolição da língua de sinais e de outras apartadas da educação na década de 1950 no Brasil. Nesse enfoque, manifesta um constante conflito no que concerne à educação de surdos – alvitra pela oposição entre os favoráveis pelo ensino oral e os favoráveis ao ensino de língua de sinais, caminhos pelos quais o trabalho assume um prisma de história-tribunal, numa óptica dos opressores (os defensores do oralismo) contra os oprimidos (surdos/ língua de sinais).

Precursores da educação de surdos como o francês Jean-Marie Gaspard Itard (1755-1838) – por seu esforço em socializar, por meio de intervenção médico-educacional, um menino selvagem, Victor de Aveyron, abandonado na floresta – são considerados atualmente como obsoletos, por não corresponderem a essa nova perspectiva teórica constituída na educação dos surdos desde os anos noventa. Registrou-se assim um olhar clínico. Conforme o recorte que se fizer desse problema, é possível destacar a educação especial como segregacionista, assistencialista ou clínica. Considerou-se que o destaque que essas análises evocam nesses discursos históricos da história da educação de surdos implica milhares de apagamentos, prejudicando o campo da educação de surdos e o da educação geral.

Ainda, segundo Rocha (2009), a gestão de Ana Rímoli de Faria Dória (1951/1961) no INEB, período muito bem documentado em que existia proximidade com o Governo e convivência entre os surdos e os ouvintes, foi responsável pela criação do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos, o primeiro da América Latina, e da Campanha de Alfabetização do Surdo Brasileiro, da qual resultaram inúmeras publicações. Estas iniciativas foram apropriadas pelo educador Anísio Teixeira quando esteve à frente, nos anos cinquenta, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, como gestor e formulador das políticas educacionais. Existia uma sintonia administrativa de Ana Rímoli com o cientificismo de Anísio Teixeira. É bem provável que a reassunção da educação baseada na metodologia oralista com suas demandas tecnológicas e científicas correspondam a esse alinhamento.

Além dos apagamentos de conteúdos encontrados, identifica-se a concepção de que a educação especial – campo em que a educação de surdos está inserida historicamente – manteve-se isolada da educação geral. Assegurou-se um projeto reparador do passado, o qual idealiza uma única verdade fora do tempo histórico, aparecendo nessas informações como tendo seguido as normas do oralismo no decorrer da história. Entretanto, ao investigarmos as várias fontes documentais, isso não é confirmado (ROCHA, 2009). A partir do momento em que surgiram os primeiros manuais de educação de surdos, os quais eram contra o uso de língua de sinais, a aquisição da língua oral foi o ponto central do discurso. Sempre existiram posições argumentativas contrárias ao desenvolvimento de propostas para seu aprendizado e favoráveis a ela, até o surgimento da *ideologia oralista*.

Nos anos 1930, evidenciou-se a valorização das linguagens, pois a escrita era um modelo de educação designada para aqueles que não podiam desenvolver a fala e a audição. A forma de comunicar-se gestualmente não era incentivada, contudo, tampouco reprimida. Decerto era vista como uma maneira do surdo comunicar-se com maior facilidade. Armando Paiva Lacerda (criador de um documento denominado *Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo*, em que defendia o discurso de que os objetivos fundamentais é a aquisição da linguagem e a formação profissional), como diretor do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, solicita a alteração do meio de comunicação gestual pelo uso da datilologia, como amparo para a aprendizagem da escrita (ROCHA, 2009).

Os estudos sobre o ensino dos surdos e sobre o Instituto Nacional de Educação de Surdos advêm da elaboração de diversos apagamentos que se procurou descobrir entorno dos destroços de discursos enterrados. A narrativa denotou que houve diálogo entre a educação de surdos com a educação regular, pois houve transmissão de ideias e representação de docentes no que compete à difusão nacional, política nacional e à presença de várias personalidades do INES.

Essa pesquisa de Rocha (2009) proporcionou uma nova perspectiva para a história desse contexto da educação e para o Instituto Nacional de Educação de Surdos, apontando a necessidade de ampliar o diálogo por meio de estudos sobre essa temática.

Sofiato (2011), em *Do desenho à litografia: a origem da Língua Brasileira de Sinais*, tese apresentada no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de doutora em Artes, buscou analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a primeira obra de língua de sinais impressa no Brasil, *Iconographia dos Signaes dos Surdos-mudos*, de autoria de Flausino José da Costa Gama – que era surdo e foi aluno do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Essa obra, na qual a autora se utilizou da técnica da litografia, é formada por vinte estampas, que apresentam 382 sinais, e 18 estampas com descrição verbal dos sinais que compõem o trabalho. O dicionário de Flausino é muito representativo para os surdos brasileiros e ouvintes envolvidos com os estudos acerca da Libras. É considerado uma iconografia dessa língua, que não havia sido expressa em nenhum material anterior, além de valorizar dois aspectos: o seu pioneirismo, por ter sido desenhada em uma oficina de litografia no Rio de Janeiro em 1875, e o fato de seu autor ter sido surdo.

Por meio de sua tese, Sofiato (2011) busca elucidar a origem da iconografia da Língua Brasileira de Sinais e destacar a pessoa de Flausino, importante figura na história da educação de surdos no Brasil e da língua de sinais. A relevância histórica dessa publicação pioneira e a qualidade dos desenhos instigaram a autora a recuperar a história da origem da representação gráfica da Libras e a entender a constituição de sua iconografia por meio da criação da primeira obra do gênero citada. O estudo também identificou carência de pesquisas na área.

Por não contarmos com estudos históricos que contemplem a primeira iconografia de língua de sinais – o que é um problema, pois não é muito claro o trabalho desenvolvido por Flausino, fato que a pesquisa quis despertar. A tese resultou dos procedimentos de visita ao INES, onde foram encontradas fontes primárias (documentos do século XIX pertinentes à pesquisa, entre eles dois relatórios do diretor Tobias Leite, diretor do Instituto à época, e outros sobre matrículas dos alunos surdos do período); do contato com a professora Dra. Solange Rocha, responsável, no INES, pelo acervo de obras raras pertencentes ao referido espaço, e de consulta à Biblioteca Nacional com o intuito de procurar um exemplar impresso da *Iconographia dos Signaes dos Surdos Mudos*. De posse de todo o material necessário para o desenvolvimento da tese, por meio de um estudo original, o objetivo dessa obra foi o de contribuir com a história da educação de surdos e da língua de sinais no Brasil, evidenciando o impacto que o material produzido por Flausino teve.

Já na dissertação *Educação de surdos em Caxias do Sul de 1960 a 2010: uma história escrita por várias mãos*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, Neves (2011) investiga o processo histórico de educação de surdos no município de Caxias do Sul, entre os anos de 1960 a 2010, onde, assim como no restante do Brasil, começou em 1960 com o atendimento clínico, focalizando a oralização do surdo, até chegar, gradualmente, ao atendimento pedagógico. Por meio de entrevistas com ex-alunos e com pessoas que trabalharam na Escola Helen Keller na época anunciada, a pesquisadora apurou as narrativas de Michel de Foucault a respeito da história, invenção da normalidade, os dispositivos disciplinares e de segurança. Como fonte, recorreu a decretos que sinalizam sobre a criação da instituição de ensino, cartas, livros de atas, projetos pedagógicos da escola e álbum fotográfico.

O problema da pesquisa dessa mesma dissertação procurou responder como ocorreu o processo educacional dos surdos na cidade de Caxias do Sul, entre 1960 a 2010. A pesquisa teve como objetivos: detectar as estratégias com que os surdos constataram o desenvolvimento do ensino em que estavam inseridos; ressaltar a tática utilizada pelos surdos como grupo de resistência, para tornarem-se reconhecidos culturalmente; considerar os processos de resistência usufruídos pelos surdos para conquistarem seu espaço como sociedade, constituinte de sua própria cultura; representar a importância da comunidade surda de Caxias do Sul (SSCS) como ambiente favorável de educação não formal (NEVES, 2011).

A pesquisadora inicia seu trabalho explanando sobre a concepção de surdez e a constituição da identidade dos surdos, e os vínculos que são criados; designando uma concepção foucaultiana sobre temas historiográficos. Com base em alguns estudos, ela afirma que a definição *Estudos Surdos* procede do termo *Deaf Studies*, empregado sobretudo nos Estados Unidos por um de seus prógonos, o linguista Willian Stokoe, que realizou uma pesquisa sobre Língua Americana de Sinais como língua natural para os surdos, e logo após esse estudo, nos anos de 1980, estudou a associação entre comunidade, língua e comunicação.

Neves (2011), em sua obra, declara que a identidade e a alteridade deficientes advêm de processos históricos e de padrões que definem a ideia de normalidade, transpassando a compreensão da deficiência ao se referir a surdez como símbolo de uma cultura. No decorrer do desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma análise metodológica sobre as estimativas teóricas da história oral, o que levou à escolha da metodologia, a base para a seleção das pessoas entrevistadas e a documentação utilizada. Adiante, a autora detalha os obstáculos avistados no percurso do trabalho, como a tradução das entrevistas em língua de sinais para a língua portuguesa, a análise das fontes e a preparação da escrita.

Dessa maneira, delineou o panorama da educação de surdos brasileira, da sua gênese até os dias atuais, com os diálogos a respeito do bilinguismo e a controversa origem da educação inclusiva. Ao encontra-se no último capítulo, averigua os acontecimentos históricos da “Educação de Surdos em Caxias do Sul no período de 1960 a 2010”, pretende comprovar as diversas concepções sobre a surdez, penetrando as práticas pedagógicas, os princípios da educação dos surdos e de que forma os próprios surdos constituíram suas experiências nos diferentes percursos da história num recorte temporal da pesquisa (NEVES, 2011).

A Educação de Surdos no Estado Novo: práticas que constituem uma brasilidade surda, dissertação de mestrado apresentada por Pedro Henrique Witches (2014), na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, examina as práticas na constituição de uma brasilidade surda, com a finalidade de apresentar subjetividades surdas ao longo da educação de surdos no Brasil. O estudo é abordado no período do Governo de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-1945), caracterizado por transformações em vários setores do Brasil: “empreendimentos de modernização, industrialização e urbanização”, especialmente na área da Educação, onde foi criado um sistema educacional visto como chave para a transformação social que levaria à modernização do Brasil e ao fortalecimento de uma identidade nacional.

A narrativa destaca, no Governo Provisório de Getúlio Vargas, a criação do Ministério da Educação e Saúde no ano de 1931. Foram analisadas, no processo do trabalho, cinco fontes documentais do acervo histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES): o manual *Pedagogia emendativa do surdo-mudo* (1934), o relatório “Atividades e documentos estatísticos do Instituto Nacional de Surdos-Mudos” (1937), a reportagem “O Instituto Nacional de Surdos-Mudos” (1942), o manual *Vamos falar – cartilha para usos das crianças surdas brasileiras* (1946) e o relatório “Os surdos-mudos no Brasil segundo o Censo Demográfico de 1º de setembro de 1940” (1948). O foco investigativo partiu da leitura da Regulamentação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM), sendo apresentado, na primeira página desse documento, o Decreto-Lei nº 6.074, de 7 de dezembro de 1943, que serviu para centralizar a análise na pesquisa da educação de surdos no período da era Vargas, no qual se dispõe sobre a finalidade do instituto, colocando em destaque o primeiro artigo oficial desse decreto.

Houve uma campanha de nacionalização nessa época que possibilitou a discriminação de tudo o que é diferente do que é brasileiro, surgindo, assim, o interesse do autor nesse trabalho, cuja finalidade é evidenciar os elementos que constituíram uma normalidade surda brasileira ao longo do governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de examinar as práticas que operavam na constituição dessa brasilidade por meio de fontes acadêmicas. Witches (2014) apresentou a

experiência da surdez, seus aspectos subjetivos ao longo da história, articulou a discussão à noção de educabilidade atribuída aos surdos, enquadrados ora como deficientes auditivos, ora como culturalmente diferentes, por meio de práticas em sua educação.

O autor introduziu na discussão a construção de uma identidade nacional e descreveu os atravessamentos do governo de Vargas que interferiram nas práticas voltadas para o ensino de surdos. Organizou uma análise a partir dos materiais: *Formação de saberes sobre os surdos brasileiros e a Normatividade de comportamentos dos brasileiros surdos*, propondo sobre eles um olhar através da lente da “governamentalidade” na perspectiva teórico-metodológica dos estudos foucaultianos em Educação.

No conjunto de documentos, aliado ao levantamento das fontes selecionadas, para que o autor pudesse fundamentar teoricamente o seu texto, destacou a relevância de conhecimentos estatísticos e médico-pedagógico referentes à surdez, levando à abertura de regulamentos de ensino que normatizam a conduta desse indivíduo a caminho de uma normalidade capaz de ser administrada. Portanto, percebeu que essa brasilidade deve ser analisada para além do período histórico, sugerindo, assim, o entendimento da normalização de surdos, mediante procedimentos metodológicos eficazes para empreender um comando linguístico, resguardando a composição de uma normalidade surda do Brasil. O sujeito surdo, mesmo utilizando a língua vernácula, deixou de ser “estrangeiro” para se tornar cidadão ativo, apropriado aos desejos do Estado Novo, pronto para participar do mercado de trabalho, com a intenção de transformar o Brasil num país moderno. Não havia o propósito de substituir a Libras pela Língua Portuguesa, mas pertencê-la ao Brasil.

Na dissertação de mestrado *Educação de surdos em Itajubá: dos fragmentos históricos aos dias atuais*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, da Universidade de Itajubá, em Minas Gerais, Ana Lúcia Saia (2014) busca conhecer a história da educação dos surdos na cidade de Itajubá-MG, as políticas públicas existentes no seu atendimento e o atendimento escolar oferecido no passado e atualmente. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada por meio de nove entrevistas com profissionais da rede estadual de ensino que atuaram e atuam com esses alunos surdos. Segundo relatos dos entrevistados, um grupo de alunos surdos foram matriculados na Escola Estadual Carmo Cascardo (EECC), em salas especiais, durante muitos anos, sem a devida escolarização.

Após serem transferidos para a Escola Estadual Rafael Magalhães, devido à municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental em 1996, foi constatado que eles apenas desenhavam, mas não sabiam ler e escrever. As informações encontradas possibilitaram conhecer os atendimentos dispensados aos alunos na rede estadual de ensino, assim como a

participação do Estado, das escolas e das famílias durante o processo educacional. Os profissionais afirmaram, nas entrevistas, que não tiveram apoio do Estado na época; o estudo aponta que alguns professores optaram pelo aprendizado em Libras para comunicação e alfabetização dos surdos, possibilitando meios para a sua aprendizagem. Por essa narrativa, foi possível esclarecer que, apesar da existência de leis relativas ao tema, ainda faltam políticas no atendimento desses alunos, o que acarreta prejuízos ao surdo, a sua família, e aos professores e intérpretes.

No artigo *Educação dos Surdos no Brasil entre 1856 e 1911*, Silva e Castanha (2015) descrevem o processo de organização da educação dos surdos no Brasil entre 1856 e 1911, cujo objetivo é construir e/ou reconstruir os conhecimentos históricos sobre a educação dos surdos no Brasil naquele período. Para tanto, utilizaram relatórios, regulamentos, leis e decretos relacionados ao Instituto dos Surdos-Mudos, problematizaram e procuraram apresentar as características do processo de organização da educação dos surdos no Brasil entre 1856 e 1911. A fim de alcançar os objetivos da pesquisa, foram feitos: o levantamento, a catalogação e a interpretação dos regulamentos pela Internet, através do portal Câmara dos Deputados e do portal da Universidade de Chicago. Depois de selecionados e analisados, os autores geraram uma reflexão no que tange à importância da pesquisa na área da educação de surdos e à necessidade de conhecer aspectos de sua história, afirmando que, no período de 1873 a 1911, houve diversos regulamentos responsáveis pela organização do funcionamento do INES.

Destaca-se na pesquisa o regulamento de 1873, que estabeleceu a obrigatoriedade de ensino profissional e o ensino da “linguagem articulada e leitura sobre os lábios” aos surdos, além de instrução literária e educação moral. Segundo os autores, o Instituto era composto por alunos internos e externos; a maioria dos alunos internos, no início, estudavam de graça, pagos pelo Estado, mas havia também alguns alunos pagantes que moravam na instituição; no decorrer dos anos, essas estruturas foram sendo modificadas devido às mudanças de regulamentos do INES.

A partir de fragmentos colhidos durante a pesquisa, constataram que: a História da Educação dos surdos foi influenciada pelas ideologias capitalistas, tendo como foco central a formação profissional; que o decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, estabeleceu que o surdo compreende e interage por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura pelo uso da Língua Brasileira de Sinais; que a mesma lei inclui Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia e que, mesmo assim, muitos professores não têm interesse em aprender Libras. Segundo esses autores, é por essa razão que há muito caminho a percorrer, principalmente na questão da formação de professores e das famílias desses alunos,

porque, em sua maioria, elas não têm conhecimento em Libras. E concluem os pesquisadores: conhecer a história da educação dos surdos possibilita o fortalecimento político dos cidadãos surdos, que necessitam estar em constantes lutas por igualdade e respeito, buscando melhores condições de acesso à educação de qualidade.

Publicado por Silva *et al.* (2013), o artigo *História da Educação de Surdos em Aracaju: Ninota Garcia* aborda a inclusão de pessoas surdas na educação e descreve como foi esse processo na cidade de Aracaju, ao inserir a Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular. Tem por objetivo relatar como era desenvolvida a educação de surdos dentro do Ninota Garcia, identificar a importância dessa instituição em Aracaju e as dificuldades encontradas no decorrer de sua história. Nesse trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica, a fim de se refletir sobre os descontentamentos relativos ao tema em questão e o Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, e seu artigo 14, inciso V, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Nos anos de 1950, em Aracaju não havia uma instituição de ensino voltada para pessoas com deficiência, até que foi criada a escola para cegos, que atuou no Serviço de Assistência à Mendicância (SAME).

Ulteriormente, a instituição foi fechada, deixando os cegos desassistidos até a fundação, em 1962, do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, que passou a realizar o atendimento aos surdos, cegos, deficientes mentais e motores. Esse instituto foi o vanguardista do ensino de deficientes no estado de Sergipe, e o terceiro do Brasil. Foi criado pelo bispo D. Fernando Gomes, tornando-se a primeira escola de Sergipe na educação efetiva da pessoa com deficiência. De acordo com os registros encontrados no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, durante aquele período, os surdos na cidade de Aracaju viviam enclausurados com suas famílias, surgindo apenas em audiências e processos; eram vistos pela justiça e pelos médicos como idiotas”, “imbecis” e “incapacitados” para exercerem seu papel de cidadão (SILVA *et al.*, 2013).

Com a criação desse instituto, direcionou-se o olhar para os surdos e também para o interesse no processo educacional desses alunos. Quando o Ninota é inaugurado, sendo bastante divulgado na mídia local, tinha como objetivos: recuperar aqueles cuja deficiência havia sido ocasionada pela paralisia infantil, cegueira e surdez; garantir formação profissional; propor reabilitação na sociedade e empregar novamente as pessoas carentes regeneradas; e oportunizar a educação pré-escolar às pessoas com deficiência.

Durante a gestão do Instituto Nacional de Surdos (INES) pela professora Ana Rímoli, na década de 1950, foi criado o primeiro curso de professores surdos do Brasil, em Sergipe. Cinco professoras foram fazer o curso, realizado no Rio de Janeiro. Apenas três delas

lecionaram no Centro de Reabilitação Ninota Garcia. As outras duas nunca se envolveram com os surdos. Nesse Centro, a educação era voltada para o método oral, em que os alunos percebiam as vibrações das cordas vocais, colocando, no momento da fala, uma das mãos no pescoço do docente. Este também lhes apresentava gravuras e ensinava a pronúncia dos vocábulos simples aos mais complexos – processo realizado por meio da leitura labial, considerado como satisfatório, já que, segundo as fontes consultadas, depois de algum tempo, os alunos estavam pronunciando palavras usando a voz, aparentando ser fisicamente normais.

Em 1970, introduziu-se o ensino da língua de sinais na Escola de Surdos do Ninota Garcia, alternado com o aprendizado da fala – ministrado pela professora de artes, surda, Maria Aparecida Nascimento Santos. Devido à crise que se instalava no Brasil, nos anos de 1974 a 1979, o Centro começa a enfrentar dificuldades, passando, depois, a ser dirigido por Maria Helena Garcia, última diretora, que enfrentou graves problemas, como a saída de professores especializados, a admissão de outros sem habilitação para atuar com esses alunos e o surgimento de novas clínicas, que levou os profissionais a buscarem outras especializações. Contudo, é desativado em 1980, após 18 anos de atividades na educação especial em Sergipe.

Atualmente, no prédio onde ficava esse Centro, funciona o curso de Fisioterapia, sob a responsabilidade da Universidade Tiradentes (Unit). Observou-se, nesse trabalho, que, embora o Ninota tenha contribuído com o processo de inclusão dos deficientes auditivos na educação, não logrou êxito na formação dos professores, voltada para o aprendizado da língua oral. Os surdos não conseguiram avançar nem mesmo nas séries iniciais do ensino fundamental, tampouco na conversação com pessoas ouvintes. Notou-se também a necessidade de dar continuidade a uma pesquisa mais aprofundada desse tema.

No artigo *Aspectos históricos e legais sobre a educação de surdos no Brasil: do Império à República Velha*, Castro e Carlixto (2016), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, demonstraram a evolução da educação de surdos no Brasil desde a época do Império até o fim da República Velha, em 1930. Os autores retratam como acontecimentos históricos na educação de surdos em outros países tiveram influência nos métodos utilizados no Brasil e como foi conduzida a criação das leis e normas para a educação de surdos. A primeira seção do trabalho apresenta um breve histórico da educação de surdos ao redor do mundo, mencionando o professor espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1584), monge beneditino, que foi reconhecido como um dos primeiros a trabalhar com surdos.

O artigo também traz destaque para a primeira obra publicada na área da educação de surdos, de autoria de Juan Pablo Bonet (1579-1629), que versa sobre a configuração manual em língua de sinais e metodologia fonética de alfabetização. Apresentou a importância da figura

representativa do Abade L'Epee (1712-1789), “destacado na história da educação do surdo por ter reconhecido a necessidade de usar sinais como ponto de partida para o ensino do surdo” (REILY, 2007 apud CASTRO *et al.*, 2016), e que organizou conceitos que, no passado, eram impossíveis de serem compreendidos pelos surdos. Segundo esse mesmo autor, citado em Castro e Carlixto (2016, p. 192), “os alunos adiantados eram capazes de responder questões metafísicas corretamente em francês e algumas vezes também em latim”. L'Epee divulgou os seus métodos por meio de exposições, onde convidava os interessados para tomar conhecimento dos sinais, disseminando suas ideias em outras partes do mundo, cuja influência chegou aos Estados Unidos e ao Brasil, países que herdaram o sistema de sinais francês. Os autores confirmam que, no Brasil, a educação de surdos teve início com a chegada de Édouard Huet, em 1855, fundador do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Os autores também relatam que, no âmbito do instituto, as atividades das disciplinas eram mescladas com a língua de sinais francesa e a língua de sinais brasileira, utilizada pela comunidade surda brasileira, e que, após a saída de Huet do INES, em 1871, a direção tentou introduzir o método oral, não obtendo bons resultados. Contam que, em 1873, foi incluído o ensino profissionalizante, bastante criticado na gestão de Tobias Leite, pois se pensava apenas no trabalho braçal, sem se considerar o surdo como cidadão crítico; que a Europa foi berço de inúmeros estudos acerca dos métodos de ensino para surdos, organizando-se, em 1872, o Congresso de Veneza, que determinou a filosofia oralista, entendendo-a como superior à modalidade gestual visual e à língua de sinais; que, posteriormente, o Congresso de Milão, em 1880, excluiu o uso da língua de sinais. Mesmo assim, essa língua de sinais continuou sendo usada pela comunidade surda, o que culminou na criação de diversas associações de surdos pelo mundo.

Logo após esse período, por influência do Congresso de Milão, o Império brasileiro implantou a obrigatoriedade da aprendizagem da linguagem articulada e da leitura labial, duas disciplinas que disputavam entre si. Essa disputa encerrou-se quando, em 1911, entrou por completo para o instituto o método oral puro em todas as disciplinas. Os resultados dessas mudanças foram negativos; em 1925, por meio do Decreto nº 16.782, o instituto passa para a classe de estabelecimento profissionalizante.

Na década de 1920, Armando de Paiva Lacerda e Henrique Mercaldo desenvolveram trabalhos de reeducação auditiva, e, com isso, o Instituto passou a ter uma visão clínica da surdez, centralizada essa abordagem no momento em que o Instituto se tornou integrante do Ministério da Educação e Saúde. Por fim, os autores fazem o fechamento, argumentando que

observaram as influências que os métodos usados em outros países tiveram sobre o cenário educacional brasileiro para o surdo; que a história do Brasil junto com a história da educação de surdos, também influenciaram a construção do modelo educacional existente hoje; e que esses períodos e contribuições seriam analisados em trabalhos posteriores.

No artigo de Costa, Ferreira Filho e Souza (2017), *História da Educação dos Surdos Sergipanos*, foi realizada uma pesquisa documental por meio de fontes históricas primárias e secundárias com o objetivo de apresentar os registros históricos da educação dos surdos em Aracaju, de 1962 até os dias atuais. De acordo com os registros históricos encontrados na pesquisa, a educação de surdos em Sergipe iniciou-se em 24 de junho de 1962, com a criação do Centro de Reabilitação Ninota Garcia (CRNG), por seu fundador e primeiro diretor, Antônio Garcia Filho, cuja gestão foi de 1962 a 1979. Esse Centro funcionava como fundação e escola na cidade de Aracaju. Apresenta-se, nessa obra, a descrição da organização do atendimento aos surdos em Sergipe, desde escolas, instituições e associações.

Apontou a pesquisa que, atualmente, existem cinco instituições de ensino para alunos deficientes auditivos em Aracaju, nas quais a metodologia adotada é o bilinguismo, variando apenas a forma de sua aplicação. São elas: Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado de Sergipe (APADA/SE); Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior (CEECNJ); Escola Estadual 11 de Agosto (EE 11A); Instituto Pedagógico de Apoio à Educação dos Surdos de Sergipe (IPAESE) e Fundação CIRAS/Rosa Azul. Os autores descreveram essas instituições, começando pela Associação dos Surdos de Sergipe, fundada em 01/05/1991, cujo primeiro presidente foi o surdo João Batista Filho, que tinha o objetivo de acolher as famílias e a Associação de Pais e Amigos associada à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), com o compromisso de desenvolver e aperfeiçoar as questões sociais e educacionais.

Os autores trataram também do Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior (CEECNJ), que foi considerado referência no atendimento especializado para surdos; da Escola Estadual 11 de Agosto (EE11A), que deu origem à primeira Classe Especial em Sergipe, em 1975; da Sociedade de Ensino e Reabilitação Física Motora Ltda., criada em 1979, em seguida nomeada como Instituto Pedagógico de Apoio à Educação dos Surdos de Sergipe (IPAESE); e da Fundação CIRAS/Rosa Azul, que desenvolve um trabalho de integração social, com desenvolvimento de fisioterapia, reabilitação, educação especial, oficinas profissionalizantes, entre outros serviços. Mencionam ainda o Núcleo de Educação Especial (NEE), criado em 1965 e renomeado, por volta de 1990, como Divisão de Educação Especial (DIEESP), hoje pertencente à Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED). Contam

eles que, no período de 1991 a 1998, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Aracaju ofereceu formações por meio de cursos e seminários, tendo implantado, em 1995, o Projeto de Atendimento ao Deficiente Auditivo, que teve início na Escola Municipal Oscar Nascimento.

É também apresentada na pesquisa uma lista de escolas municipais de Aracaju que atendem os alunos surdos, totalizando oito escolas. Em nível nacional, esse estudo mostrou que existem 39.274 salas de recursos distribuídas em 5.020 municípios-polos no Brasil, sendo que, destas, Sergipe possui 430 salas, distribuídas entre 71 municípios-polos, e que a cidade de Aracaju possui 53 salas de recursos entre as escolas municipais e privadas de Sergipe. Mostrou também que existem, no total, 14 escolas da rede estadual responsáveis por atendimento ao surdo e que o Instituto Pedagógico de Apoio à Educação para Surdos de Sergipe (IPAESE), atuando como a primeira escola especializada de surdos em Aracaju, tem oferecido o curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras), com o objetivo de capacitar o maior número de pessoas surdas, para favorecer a sua inclusão em instituições de ensino fundamental, médio e superior, além de cursos profissionalizantes.

Sobre a Associação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais de Sergipe (AILES), contam os autores que foi fundada em 12/06/2006 e nomeada, em 2016, como Associação Sergipana de Tradutores e Intérpretes de Libras (ASTIL), e que o contexto histórico do profissional tradutor/intérprete de Libras começou em 1997, por meio da experiência vivida, no Rio de Janeiro, pela professora Nadja Maria de Deus, quando trabalhava na interpretação na igreja. Já no contexto do Movimentos Surdos – Seminários Setembro Azul (2011-2013), os autores relatam que foi organizado, em setembro de 2011, por uma professora surda da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Larissa Silva Rebouças, o I Seminário Setembro Azul, com a proposta de lutar pelos direitos humanos, linguísticos e culturais da comunidade surda, além de debater e informar sobre o assunto e que o Centro de Surdos de Aracaju (CESAJU) (de 2013 até os dias atuais) teve por objetivo promover a integração, a busca e a defesa dos direitos dos surdos, fomentando ações da cultura surda.

Nessa narrativa, além de destacarem as instituições voltadas para os surdos, apresentam atividades e entidades de capacitação para professores, como os cursos de Libras Contexto (2002 e 2006); o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez do Estado de Sergipe (CAS) (de 2006 aos dias de hoje) e Cursos de Pós-Graduação em Libras em faculdades particulares de Aracaju. Essa pesquisa possibilitou a relevância do processo evolutivo da história da educação dos surdos sergipanos, que nos permitiu refletir e entender que os fatos relativos ao processo histórico-educacional dos surdos aracajuanos não

estão perdidos no passado, mas inseriram-se na área de História da Educação Especial Sergipana.

Na tese *Mãos Tecendo Histórias de Vida: Memórias dos Surdos Sergipanos Egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)*, defendida na Universidade Federal de Sergipe, Edivaldo da Silva Costa (2018) aludiu sobre a temática do ensino de surdos, oriundos de Sergipe, no Instituto Nacional de Surdos (INES). Como outrora dito, foi a instituição pioneira no atendimento de pessoas com surdez no Brasil. A pesquisa buscou retratar a história do percurso e da formação profissionalizante dos discentes de Sergipe, que atuaram no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), nos anos de 1944 a 1979. A tese teve como objetivos: corroborar para a importância que o INES tem no ensino e na formação profissionalizante dos surdos no estado de Sergipe; expor as perspectivas na educação para surdos na direção de Ana Rímoli de Faria Dória e Mariano Gomes Ferreira; denominar os diversos modelos comunicativos e a metodologia de educação voltada para surdos; evidenciar as práticas de atividades desenvolvidas pelo Estado, no âmbito da instrução de surdos, durante a administração do país por parte de Juscelino Kubitschek de Oliveira e de Emílio Garrastazu Médici; ademais, discorrer das memórias e vivências vigente nas narrativas dos surdos, oriundos de Sergipe, que estudaram no INES.

Para a pesquisa, o autor colheu relatos históricos e experiências de vida, por meio de entrevistas, além de examinar documentos escritos e iconográficos. Durante o processo de investigação, permitiu-se apontar nove surdos de Sergipe e suas histórias de vida no âmbito escolar. Foi possível concluir que, embora o ensino realizado pelos surdos sergipanos no INES ter sido da educação primária, a escolarização que concluíram foi útil para a atuação profissional e ascensão financeira.

A tese de Cibelle Eurídice Araújo Torres (2018), *As margens do silêncio: A história dos passos da inclusão para pessoas surdas no município de Crateús-CE*, de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, averigua as orientações elaboradas por estabelecimentos de ensino na inclusão de pessoas surdas e descreve os enfrentamentos com os quais os surdos se deparam nas escolas regulares de Crateús, no Ceará. Por meio de um estudo de caso, o processo da pesquisa aconteceu em nove escolas inclusivas de Crateús, onde foram entrevistados oito intérpretes, doze professores e professoras desses estudantes, e um aluno surdo matriculado em salas inclusivas.

A autora apresenta um resumo da trajetória dos surdos em âmbito mundial, no Brasil e em Crateús. Em seguida, denomina os procedimentos aplicados de ensino, alcançando a inclusão de estudantes na educação e as barreiras dos órgãos de educação em providenciar

intérpretes de Libras, sem contar a frágil formação dos atuantes na área de Libras nas escolas. A pesquisadora destaca o quanto é necessário o contato direto do aluno com a Libras, língua materna, para que aprenda a comunicar-se e que tenha acesso a uma educação de qualidade. A narrativa revelou a importância de acentuar a oferta de intérpretes para as escolas, com predileção para àqueles especializados, e de componentes curriculares distintos, e de que haja, por parte dos estudantes, suas contribuições para elaboração das aulas, a fim de ter acesso a uma aprendizagem com método adequado.

O artigo *A educação de surdos no Brasil no século XIX e o legado de países europeus*, Sofiato, Carvalho e Coelho (2021), da Universidade de São Paulo, destaca as influências em relação à proposta pedagógica e o trabalho de reabilitação que o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos do Brasil recebeu do Instituto Nacional de Surdos de Paris e do Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Lisboa. Em sua pesquisa, de abordagem qualitativa do tipo documental e bibliográfica, os autores relatam que, durante o século XIX, devido às transformações de ordem política, econômica e cultural que houve no Brasil, em decorrência de sua independência, o país afastou-se de Portugal e aproximou-se da Inglaterra e da França. Com isso, o Estado Imperial consolidou um projeto de Estado nacional, exigindo um novo delineamento urbano e social, com reformas que incluíram a educação de crianças, jovens e adultos das camadas populares.

Por meio do Decreto nº 1.331-A, de 1854, houve a aprovação da regulamentação da reforma do ensino do Município da Corte. Assim, segundo Schueler (1999 *apud* Sofiato, 2021), foi determinado o público para ensino primário e secundário. Esse decreto apresentava instruções para as escolas, condições para o magistério público e regime das escolas públicas, entre outras orientações. Mas, apesar de legitimar o acesso da população à educação, uma parcela dela não estava representada nesse documento, como [...] “os cegos, os surdos-mudos e os aleijados” (IBGE, 1872, p. 5), até que, no ano de 1854, foram criadas a primeira instituição para cegos, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, três anos mais tarde, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Este último, por influência do Instituto Nacional de Surdos de Paris, fundado no século XVIII.

O Instituto Brasileiro herdou vários aspectos da educação de surdos europeia, principalmente com relação aos elementos do currículo e à formação profissional para os alunos surdos. Com o intuito de atender aos objetivos da pesquisa, estabeleceram-se recortes temporais em períodos para cada país: os séculos XVIII e XIX, França; os anos de 1823 a 1860, Portugal; e os de 1856 a 1892, para a educação de surdos no Brasil. Foram utilizadas fontes de origem primária, compostas por relatórios dos ministros e secretários dos negócios do Império do

Brasil, além de documentos do Instituto Nacional de Surdos de Paris e do Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos.

A Instituição Nacional de Surdos, que influenciou a Europa e demais continentes, foi fundado, em 1771, pelo abade Michel Charles L'Épée, que, em sua própria casa, começou a experiência com duas crianças gêmeas e, mais tarde, com um considerável número de crianças de várias classes sociais. Por meio de sessões públicas, L'Épée demonstrava seu método singular e diferenciado. Assim, com base na metodologia do abade, foram obtidos grandes avanços, valorizando-se a língua de sinais utilizada pelos surdos em seu processo pedagógico, além da linguagem visual. Com a morte do abade L'Épée, em 1789, assumiu a entidade o abade Roch-Ambroise Cucurron Sicard, grande conhecedor de língua de sinais. Após sua gestão, teve fim o império dos abades e a instituição passou a ser administrada por leigos, como Joseph-Marie de Gérando, apoiador do oralismo.

Após esse período, o oralismo dominou na França depois do Congresso de Milão, realizado em 1880. Entretanto, contam os autores, que a educação de surdos em Portugal começou, com base em outra linhagem sueca, a ser pensada após 1820, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Constituição Portuguesa, de 1822. Em 1823, ocorreu uma mudança no cenário lusitano, com o convite de D. João VI ao professor sueco, Pedro Aron Borg, para fundar uma escola para surdos em Portugal, nos moldes do instituto criado por ele em seu país. Criou-se, então, o Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos, entretanto, quem assumiu a responsabilidade administrativa foi a Real Casa Pia de Lisboa, o que gerou alguns problemas e desentendimentos, levando o governo a separar a Casa Pia do Instituto, e, no ano de 1828, o professor sueco acabou retornando ao seu país. Após a sua saída, outros gestores assumiram a direção do Instituto, mas o trabalho não atingia os seus objetivos, acarretando sua extinção em 1860.

A partir de 1870, o trabalho com surdos foi retomado pelo Padre Pedro Maria de Aguiar, que inaugurou uma escola própria em Guimarães. Depois de 1872, vieram outros diretores até a chegada de João José Teixeira e o ensino de “surdos-mudos” entrou em decadência. Em Portugal do século XIX, o trabalho com surdos ganhou novo formato a partir da abertura de outros institutos. Registra-se também, no artigo em pauta, que a proposta pedagógica do Imperial Instituto dos Surdos-mudos no Brasil visou instruir e profissionalizar os surdos, e, com a intenção de restituí-los à sociedade, foram ofertadas oficinas profissionalizantes como horticultura, sapataria, marcenaria, alfaiataria. O diretor da época, Tobias Rabello Leite, cotejou a matriz curricular do instituto francês com a do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos do Brasil, anotando as diferenças entre as matrizes.

Com base nos documentos pesquisados, o estudo de Sofiato, Carvalho e Coelho (2021) atestou que existiam semelhanças entre os currículos dos três países, constatando que o Brasil se apropriou de elementos de uma tradição europeia já estabelecida, não tendo sido possível, aos gestores do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, criar uma identidade nacional para tal iniciativa. Por essa razão, após delinear aspectos dos dois institutos europeus escolhidos, trataram da educação no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e dos entrelaçamentos com as instituições europeias. A descrição dos institutos europeus selecionados evidenciou vários aspectos em comum quanto à finalidade dos estabelecimentos no século XIX, assimilados pelo Brasil por meio da reabilitação que o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos do Brasil recebeu do Instituto Nacional de Surdos de Paris e do Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Lisboa. Destacam-se, portanto, nesse trabalho, as influências recebidas pelo Brasil em relação à proposta pedagógica para educação de surdos, confirmando e concluindo os autores que o instituto brasileiro incorporou ao seu currículo e formação profissional várias concepções e perspectivas europeias.

Leonardi (2008), em sua tese, defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, intitulada *Além dos espelhos. Memória, imagens e trabalho: Congregações católicas francesas em São Paulo*, trata do funcionamento e da estrutura de duas congregações católicas francesas instaladas no Brasil, no século XX: Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux e Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, desde a respectiva fundação na França, na primeira metade do século XIX, e sua vinda ao Brasil, até a fundação dos colégios na década de 1950, utilizando-se da memória coletiva, por meio de crônicas, cartas e entrevistas. A autora põe em destaque a atuação feminina nessas congregações, que, já nessa época, difundiu imagens do feminino em suas cerimônias, contribuindo para a feminização da prática. Salienta a importância de se observar a organização interna dessas instituições para se compreender sua atuação, não focando apenas os colégios. Por meio do material pesquisado, constrói a narrativa sob a proposta de uma memória coletiva, analisando informações entre as diferentes casas das Congregações e as possibilidades de instalação do modelo no Brasil.

Nesse estudo, a autora registra que o processo histórico dessas congregações no Brasil iniciou-se, em 1858, com as Irmãs de São José de Chambéry. Depois, em 1906, com as Cónegas de Santo Agostinho; em 1908, com as Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux; em 1912, com as Sacramentinas. Mas desenvolve-se mais efetivamente com as Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário, que se fixaram no Brasil em 1906. Esta última congregação é a que interessa mais de perto à história da educação de surdos no Brasil, por sua atuação junto a essa comunidade. As Irmãs dessa congregação se dirigiram primeiramente para Porto Alegre, Minas

Gerais, passando a administrar um hospital e a trabalhar nele, sendo transferidas, um ano depois, para Campinas, interior de São Paulo, onde fundaram o seu primeiro colégio na cidade. Por meio de fontes encontradas na pesquisa, a autora relata que as escolas fundadas pela Congregação Nossa Senhora do Calvário, destinadas aos surdos-mudos, resultaram da vontade do padre francês Bonhomme.

Na França, esse padre recorre às Irmãs de várias congregações para ajudá-lo, e, não tendo encontrado apoio, devido ao período de insegurança e pobreza que o país vivia em consequência das constantes guerras, sente então o apelo de fundar uma congregação de Irmãs hospitalares e educadoras. Assim, em 1833, nasce a Congregação Nossa Senhora do Calvário, a primeira a admitir freiras surdas-mudas. Nessa congregação francesa, esse trabalho com surdos-mudos existia desde meados do século XIX, e tinha constantemente à frente de sua direção uma figura masculina. As Irmãs não eram de todo independentes. Enviadas para o Brasil desde 1906, as Calvarianas começaram sua missão voltada para a educação, a saúde e a catequese. Algumas Irmãs brasileiras estagiaram nas escolas francesas da Congregação para lecionarem nas escolas no Brasil, exemplo disso foi a Irmã Teresa.

Em 1929, essas Irmãs iniciaram sua trajetória com os surdos, desenvolvendo o projeto da escola, chamado Instituto Santa Teresinha, para surdos-mudos em São Paulo – trabalho que já era desenvolvido pela Congregação Calvariana desde o século XIX. Ao final, a autora registra que as estruturas das congregações católicas femininas diferem, pois suas estratégias de ação se reconstituem internamente. Com relação às freiras, ela afirma ter encontrado representações opostas: trabalham para a Igreja Católica e, ao mesmo tempo, precisam enfrentar os poderes masculinos de bispos e fundadores. A obra destaca a importância da preservação das memórias históricas coletivas e da valorização dessa representatividade feminina no meio católico e o quanto o seu trabalho contribuiu para isso. A pesquisa corrobora os estudos sobre a surdez e traz contribuições importantes por meio do destaque de figuras religiosas muitas vezes esquecidas.

Por fim, Ana Beatriz da Silva Duarte (2009), na dissertação de mestrado intitulada *Releitura Histórica da Educação de Surdos no Brasil: 1961-1996*, defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, buscou investigar a história da educação dos surdos no país, observando os contextos político, legal e práticos do período de 1961 a 1996. Analisou os modos propostos para alfabetizar os surdos, os lugares em que foi oferecida essa educação e os preconceitos vivenciados nesse período. Para tanto, foram analisadas fontes documentais sobre educação de surdos no Brasil, as escolas que os atendiam e os modelos

educacionais (oralismo, comunicação total e bilinguismo) seguidos no período estudado. Segundo a autora,

No século XX, surgiram no Brasil escolas e instituições educativas voltadas à Educação do surdo, como o Instituto Santa Terezinha para as meninas surdas em regime de internato, sendo a primeira escola para surdos fundada em São Paulo, em 15 de abril de 1929, e considerado o segundo polo de concentração de surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (DUARTE, 2009, p. 87).

Na narrativa, relata-se que, na década de 1950, vários estabelecimentos começaram a surgir.

Em parceria com o Instituto foi fundado, em 1959, no Rio de Janeiro, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (INOSEL), com um trabalho diferenciado, incluindo alunos surdos e ouvintes para uma educação integrada e, em 9 de setembro de 1969, foi inaugurado, em Brasília, o Instituto Nossa Senhora do Brasil (INOSEB), mantendo a mesma proposta pedagógica (DUARTE, 2009, p. 87).

A maioria público, e que, em 1957, o governo federal assumiu, em nível nacional, a educação do deficiente, tendo sido a sua primeira campanha realizada em prol do deficiente auditivo, tendo por objetivo promover medidas necessárias para a educação e assistência dos surdos por todo o território nacional. Os institutos de São Paulo e do Rio de Janeiro adotaram a Educação oral, e a língua de sinais era proibida. Segundo a autora, diferentes práticas pedagógicas (projetadas a partir da filosofia oralista) que envolvem os sujeitos surdos apresentam uma série de limitações, e os estudantes, ao final da escolarização básica, não são capazes de ler e escrever satisfatoriamente ou ter um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos. É inegável que as políticas públicas, ao longo do período destacado, evoluíram de maneira a atender com mais qualidade o surdo, porém, conclui Duarte (2009), que nos resta, como professores, além de aprender Libras, a obrigação de buscar formas de agregar, de maneira natural ao ambiente da sala de aula, práticas pedagógicas direcionadas harmonicamente a ambos os públicos, surdos e ouvintes.

Assim, mediante esse balanço historiográfico, foi possível perceber, em vários momentos, que os assuntos mais pesquisados trataram do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos e das instituições católicas e seus atores como precursores dessa trajetória. Por um lado, esses trabalhos revelaram que se fala pouco da história da educação dos surdos propriamente dita, especialmente de Brasília, fazendo-se necessário escrever, de forma investigativa, a respeito de como ocorreu esse processo histórico, na tentativa de aproximar-se dos acontecimentos e do desenvolvimento dos processos educativos na capital. Por outro lado,

os artigos e as pesquisas que versaram sobre o tema contribuem para que se tenha uma noção da história da educação de surdos no Brasil, já que trataram da gênese do processo histórico, partindo da vinda do professor surdo de origem francesa, Huet, responsável pela fundação do INES, e chegando aos relatos sobre o trabalho das instituições religiosas.

Essas estruturas, criadas para atendimento dos surdos, possibilitaram o percurso histórico da história da educação dos surdos no Brasil. A igreja católica, por meio do seu trabalho assistencialista e de instrução, ocupou-se em atividades missionárias voltadas para os surdos, possibilitando-lhes a comunicação e, conseqüentemente, a aquisição de conhecimento. Antes disso, os surdos eram marginalizados pela sociedade e tratados muitas vezes de forma hostil, não sendo vistos como cidadãos. Dado não haver estudos científicos especificamente sobre a história da educação de surdos em Brasília, este trabalho tem a intenção de cobrir uma lacuna na historiografia da educação de surdos brasileira.

Com base nesse balanço historiográfico e nas fontes encontradas no INOSEB, a questão central da pesquisa visa responder ao seguinte problema histórico: **Como era o trabalho pedagógico das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário em relação à educação de surdos no Distrito Federal?** Por intermédio das fontes encontradas e das informações que essas contêm, levanta-se a seguinte hipótese: **Dialogando com práticas educativas em voga para a educação de surdos, apropriadas com base nos interesses de evangelização da Congregação, as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário desenvolveram um trabalho educativo de caráter missionário junto aos surdos do DF.**

O objetivo geral do presente trabalho consiste em investigar o trabalho pedagógico das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário em relação à educação de surdos no Distrito Federal. Já os objetivos específicos são: 1) Investigar o contexto de educação dos surdos no Distrito Federal e o processo de instalação do INOSEB nos anos 1960-1970; 2) Analisar as características das práticas educativas do INOSEB nos anos 1970-1990; 3) Propor, como produto técnico dessa pesquisa, um minicurso intitulado *Aspectos históricos da educação de surdos no DF*, que versa sobre as primeiras instituições de educação de surdos no DF; por meio da atuação do INOSEB nos anos de 1960 a 1990, onde abordará os vestígios de práticas educacionais, práticas católicas e os itinerários de educação; atravessados pelos conceitos de representação e prática. Além de evocar as memórias dos educadores sobre sua própria atuação na educação de surdos no DF, como contribuição à história da educação de surdos no DF.

O recorte cronológico da pesquisa vai da década de 1960 – época da chegada e instalação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário em Brasília – até os anos finais da década

de 1990, quando cessam as informações históricas localizadas na documentação existente no Instituto Nossa Senhora do Brasil.

Os conceitos centrais dessa pesquisa são o de prática e apropriação. Segundo define Chartier, as práticas “visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto ou uma posição” (CHARTIER, 2002, p. 23). Com isso, entende-se que as Irmãs Calvarianas, por meio das suas práticas, demarcaram um modo específico de educar os surdos em contexto educacional brasileiro onde estiveram inseridas, em parte replicando o que já faziam em outros lugares, mas também adaptando tais práticas à realidade que aqui encontraram, visando demarcar seu papel educacional e, ao mesmo tempo, religioso.

Em suas práticas, as Irmãs realizavam uma apropriação – ou seja, uma interpretação (CHARTIER, 2002) – do que era educar os surdos, numa época em que boa parte de sua educação passava pela oralização, mas uma oralização feita por educadoras católicas que tinham também objetivos religiosos, o que lhes permitiu mesclar práticas educativas com práticas religiosas, conferindo-lhes também um caráter missionário. Nesse sentido, concorda-se com Chartier, quando afirma que

a apropriação, tal como entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 2002, p. 26).

Evidenciamos, assim, que a definição desses conceitos constitui o objeto de uma história cultural, que deve ser compreendida como a constituição de um sentido e, dessa maneira, versada como estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Tomar o INOSEB com a definição de práticas e apropriação, assim, implica que sua história seja lida à luz das necessidades e demandas relativas à educação dos surdos no Distrito Federal, nas décadas de 1960 a 1990, a fim de evidenciar, ao longo de sua história, práticas educativas católicas que tentaram dar conta de tais demandas e necessidades.

A partir de um levantamento documental, a metodologia dessa pesquisa se deu por meio de fontes fornecidas pelo INOSEB. Para Lopes e Galvão (2010, p. 71), [...] “a sensibilidade do pesquisador é convocada, tanto quanto seu rigor metodológico” [...], disposto a investigar seu objeto de pesquisa e tentar responder a todas as questões, mesmo quando se trata de um objeto como [...] “um tinteiro, por exemplo” (LOPES; GALVÃO, 2010, p. 71). De acordo com as fontes, o “INOSEB é o braço social do Instituto Santa Teresinha, o qual oferece um espaço de acolhida e apoio à comunidade surda de Brasília há 50 anos, com diversos projetos de

Assistência Social em prol dos surdos. É um lugar de Evangelização, de encontro e de lazer das famílias, jovens e crianças surdas” (CALVARIANAS, 2022, online).

Feita a seleção das fontes – durante as quais contamos com a disponibilidade da equipe gestora do Instituto –, foi preciso proceder à coleta e à categorização, imprescindíveis para análises a respeito do tema abordado, pois o trabalho com as fontes requer cautela

O trabalho com as fontes exige, antes de tudo, paciência. Quantas vezes ficamos horas, dias ou semanas para encontrar um ou dois documentos que interessante à pesquisa? E, quando os encontramos, quanto tempo despendemos até alcançar o significado de uma palavra, uma frase, uma figura, um símbolo que insistentemente nos incomoda, nos remete a um mundo que desconhecemos e do qual ainda não apropriamos? A ansiedade parece ser uma das principais inimigas do historiador [...] Há uma expressão antiga que fala sobre o incansável trabalho que é preciso ter com a formulação do problema, com as questões propostas e com a ida às fontes (LOPES; GALVÃO, 2010, p. 79-80).

Apesar de toda a acessibilidade da equipe gestora do INOSEB, o número de fontes localizadas no arquivo da instituição é limitado e lacunar, o que exigirá no trabalho com elas empenho e esforço interpretativo para fazê-las falar. Por isso, Anjos (2018, p. 282) entende “o Arquivo como o lugar físico que abriga os documentos”, dos quais “se valerá o historiador ou historiadora da educação na construção de suas explicações sobre os homens e mulheres do passado”, mas também um “*lugar epistêmico*”, a partir “do qual e no embate com o qual ele se questiona” [...] “sobre a possibilidade ou impossibilidade de se construir determinado conhecimento sobre diferentes passados”.

Ademais, como salienta Le Goff (2013, p. 548), “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento” (para evocar a etimologia do termo) apresentado por esse devem ser analisados em primeiro lugar, desmistificando o significado aparente do documento. O documento encontrado no arquivo é, assim, sempre um monumento que tem de ser desconstruído e reconstruído pelo historiador.

Ranzi (2010, p. 30-31) menciona os diversos tipos de documentos produzidos por uma instituição educativa, em seu cotidiano: registros exigidos pela burocracia escolar, como também a legislação que orienta e exige ações como a organização e controle de atividades, além de outros tipos de documentos que excedem a determinação legal no arquivo da instituição escolar, como fotografias, recortes de jornais e matérias referentes à instituição. No trabalho de garimpagem das fontes que serão utilizadas nesta pesquisa, alguns desses tipos documentais mencionados por Ranzi (2010) (bem como outros além destes) foram encontrados no INOSEB e merecem desde já ser destacados.

As *Fichas da Arquidiocese de Brasília* constituem uma fonte de pesquisa nas quais menciona-se a existência dos cursos primários e profissionalizantes no Instituto Nossa Senhora do Brasil. Há também os *relatórios*, nos quais o trabalho de evangelização e inclusão para com os surdos são descritos. Quanto às fontes iconográficas, vale destacar as *fotografias* da instituição, das professoras, dos alunos, dos eventos festivos e religiosos. Há ainda registros das *atas das reuniões* ocorridas na instituição, nas quais relatam-se situações de caráter pedagógico desenvolvidas pela atuação docente das Irmãs Calvarianas; documentos como o *Parecer de Funcionamento do Conselho de Educação do Distrito Federal*, autorizando o ensino na instituição; os *livros das reuniões promotoras*, nas quais relatam-se as festividades de apoio financeiro; o livro elaborado pelo INOSEB, sem publicação, *90 anos de Presença Missionária Calvariana*, o qual celebra, a partir do missionário francês Padre Bonhomme – fundador da congregação religiosa Irmãs Nossa Senhora do Calvário -, o trabalho de assistencialismo religioso e educacional, desenvolvido nas diversas regiões do Brasil; o *livro de abertura dos termos de visitas* dos senhores inspetores feito para o Instituto Nossa Senhora do Brasil.

Além das fontes existentes no INOSEB, consultou-se também a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na qual encontra-se digitalizado o jornal *Correio Braziliense*, primeiro jornal diário de circulação em Brasília, lançado junto com a inauguração da capital, em 21 de abril de 1960. Foram buscadas nele informações sobre a educação de surdos em Brasília no período histórico coberto por esta pesquisa, a fim de perceber melhor o contexto no qual o Instituto Nossa Senhora do Brasil, enquanto instituição educativa, estava imerso. No tocante ao uso do jornal como fonte histórica, Anjos (2016) alerta para a crítica historiográfica de seus elementos.

Sempre que exequível, vale a pena o historiador certificar-se da assertividade de uma notícia por meio de outras fontes ou, comparando como uma mesma notícia sobre uma festa escolar, por exemplo, foi relatada em diferentes jornais. É bem provável que nesse exercício não apenas se obtenha o conhecimento sobre aquele fato ocorrido no interior da escola que se aspira compreender, mas também sobre os significados que diferentes atores atribuíram a ele, por meio do qual o transformaram em notícia de jornal. (ANJOS, 2016, p. 108).

No seu conjunto, os vestígios deixados por essas fontes são de grande importância, pois, por meio dessas, será possível, por intermédio de fragmentos, construir as relações entre essas, os atores envolvidos e o espaço onde vivem, os quais permitem ao historiador a realização de seu trabalho de interpretação desse passado. É nesse sentido que Anjos (2016, p. 102) afirma que o historiador estabelece “relações entre as diferentes fontes”, constituindo “um elo entre o

passado e o presente”. Já Souza, Anjos e Barbosa (2013, p. 631) acreditam que é no “desejo de conhecer e compreender as experiências dos sujeitos, contidas nas coisas e espaços habitados pela história, que reside o trunfo do historiador”. [...] “A partir daquilo que limita e ao mesmo tempo seduz – o arquivo, com sua lógica e suas regras –, é que se podem abrir clareiras para o enfrentamento dos problemas que estão no cerne da relação do historiador com os arquivos” e as fontes que eles contêm. Será esse o desafio que iremos empreender nas páginas seguintes.

A dissertação, até aqui introduzida, foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, é investigado o processo de instalação do INOSEB enquanto instituição educativa nos anos 1960-1970. No segundo capítulo, são analisadas as características das práticas educativas efetivadas no INOSEB nos anos 1970-1980, e, no terceiro capítulo, é proposto como produto técnico um catálogo de documentos históricos significativos para a história do INOSEB, como contribuição da educação de surdos no DF.

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO DISTRITO FEDERAL E A INSTALAÇÃO DO INOSEB NOS ANOS 1960-1970

Este capítulo teve por objetivo investigar o processo de instalação do INOSEB em Brasília enquanto instituição educativa nos anos 1960-1970. É composto por três partes, de acordo com as fontes disponíveis. A primeira parte constitui-se de vestígios das primeiras iniciativas de educação de surdos em Brasília, conforme veiculadas nas páginas do jornal *Correio Braziliense* na década de 1960-1970. A segunda parte aborda a trajetória histórica da Congregação de Nossa Senhora do Calvário e a educação de surdos: da Europa à Brasília, a partir do seu idealizador o Missionário francês Padre Pierre Bonhomme. A terceira parte trata da instalação do INOSEB em Brasília com a vinda das suas fundadoras, as Irmãs Calvarianas, e as redes de relações que elas estabeleceram para concretizar a fundação do seu Instituto.

1. 1. Vestígios da educação de surdos no Distrito Federal na década de 1960

Em 1967 – sete anos após a inauguração da capital federal –, pela leitura das páginas do *Correio Braziliense*, somos informados que a educação de surdos era um tema discutido, por exemplo, na Igreja Luterana em Brasília, conforme a reportagem a seguir:

Amanhã, domingo, no horário das 9 horas, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, localizada SQ. 403-4, fará realizar um grande culto de Evangelização. Será pregador o Reverendo doutor Martim Carlos Warth, renomado missionário e professor do Seminário Concórdia de Porto Alegre. À noite do mesmo dia, no horário das 20 horas, o missionário fará a apresentação de slides coloridos sobre o trabalho da Igreja Luterana. Na mesma oportunidade, a professora Dona Naomi Warth, que fez curso de especialização nos Estados Unidos fará uma palestra sobre o ensino a surdos mudos. A Congregação Luterana convida autoridades bem como o povo amigo de Brasília a prestigiar com uma presença esta iniciativa missionária (IGREJA LUTERANA, 1967, p. 3).

O Reverendo doutor Martim Carlos Warth, segundo Igreja Luterana do Brasil (2022, *online*), por meio das buscas de informações, atuou como pastor missionário, sendo o primeiro presidente desta Igreja. O trabalho de evangelização dessa Igreja iniciou com os estrangeiros europeus e espalhou-se por todo o território brasileiro (IGREJA LUTERANA DO BRASIL, 2022, *online*). É perceptível a importância representativa do reverendo, assim como da sua esposa, Naomi Warth, ambos também fundadores da extinta Escola Especial Concórdia. Tornaram-se referência na educação de surdos na década de 1960, tratados como presenças ilustres e tendo destaque especial no jornal. Evidencia-se, assim, nessa notícia, que a educação

dos surdos era tema com apelo social aos leitores do periódico. Já o realce dado à formação da esposa do reverendo nos Estados Unidos aponta para a circulação de modelos pedagógicos para a educação de surdos no período.

A história da Escola Especial Concórdia se inicia com Naomi Warth, que era professora de ensino religioso e que “recebe de uma das suas alunas uma pequena carta. No escrito, a criança comenta sobre possuir dois irmãos surdos que almejavam participar dos mesmos espaços que ela, mas que, frente a falta da língua falada, não encontravam possibilidades” (KUSTER *et al.*, 2022, p. 4) Naomi se sensibiliza e “busca um primeiro contato com essas crianças (...) o encontro foi pouco fecundo por revelar ainda outras problemáticas, como a falta de alfabetização” (KUSTER *et al.*, 2022, p. 4). Naomi toma a decisão, “a partir desse momento, ao que dizem as fontes orais, que buscaria os subsídios que lhe possibilitassem o trabalho com aquelas crianças” (KUSTER *et al.*, 2022, p. 4). Juntamente com a sua família e seu esposo, o qual

recebe a oportunidade de realizar seu doutorado nos Estados Unidos (...) viaja para esse país e lá busca o preparo que faltava para o trabalho frente à surdez. A bibliografia que circulava nos Estados Unidos, como a Língua Americana de Sinais e o trabalho desenvolvido com alunos surdos nesse mesmo espaço serve de importante aporte nesse momento de aprendizado. Na volta ao Brasil, mesmo que sem essa intenção inicial, com o auxílio da Igreja Evangélica Luterana e potencializada pelas necessidades de outras crianças surdas que também precisavam de aulas para sua condição específica, funda, no ano de 1966, a Escola Especial Concórdia. Essa instituição educativa, localizada em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, foi a primeira iniciativa ligada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil preocupada em promover uma educação que se voltasse para alunos com surdez por meio de um viés educativo religioso. (KUSTER *et al.*, 2022, p. 4)

Mas, o que se vinha fazendo efetivamente em Brasília pela educação dos surdos? Algumas respostas podem ser obtidas em matéria publicada dois anos depois, em 1969, no mesmo diário.

A história do ensino especial em Brasília deu-se após o nascimento da nova Capital, sendo discutida pelo *Correio Braziliense* em uma reportagem extensa, estampada em página inteira, com duas fotografias de alunos sendo atendidos em escolas denominadas “Unidades de Ensino Especial”, localizadas no Plano Piloto e nas cidades satélites de Taguatinga e Sobradinho. Uma das fotografias¹ vem acompanhada da legenda: “Na hora do recreio o monte de cascalho é preferido, mas há sempre um que cuida com carinho dos colegas”; e na outra, “a

¹ As fotografias não puderam ser aqui reproduzidas por sua baixa resolução, uma vez que foram digitalizadas a partir de microfílm da Biblioteca Nacional.

quadrilha de São João foi treinada com muito entusiasmo”. Escrita pela jornalista Nayde Abreu, o título era “O Ensino de Excepcionais é uma Obra de Amor” (1969, p. 10), onde pormenoriza:

Duzentos e vinte e sete crianças frequentam a unidade de Ensino Especial no Plano Piloto, em Taguatinga e Sobradinho, portadores de defeitos físicos, lesões ou desvios de conduta de natureza congênita ou motivadas por doenças na primeira infância (...) Há tempos atrás, algumas famílias escondiam suas crianças (...) Relegavam a segundo plano (...) agora, vestem o uniforme e vão para a escola (...).

É relatado nessa matéria o acolhimento desses alunos e sua interação no âmbito escolar. As crianças com deficiência não eram limitadas e tinham direito a conviver em harmonia: se antes eram relegadas “a segundo plano”, “agora vestem o uniforme e vão para a escola”. Indiciasse, apesar desse desejo de homogeneidade, que o ensino de surdos era diferenciado daquele ofertado aos demais alunos, conforme particulariza a reportagem:

O ensino de surdos é resolvido totalmente. Depois que aprendem a linguagem labial e a falar são encaminhados às escolas comuns. Durante certo tempo, o Ensino Especial os acompanha e depois eles próprios se tornam independentes e seguem sozinhos seu caminho. Com os portadores de debilidade mental, o caminho é mais penoso (...) Daí partem para o ensino comum e sua primeira impressão é que são iguais aos seus novos colegas (...) Depois da Escola comum, estão prontos para o trabalho que demande habilidade manual (...) (O ENSINO DE EXCEPCIONAIS..., 1969, p. 10).

Seguindo as tendências da pedagogia oralista, então em voga, o objetivo do ensino de surdos era levá-los ao desenvolvimento da habilidade da fala, por meio da qual seriam “integrados” ao que a jornalista denomina de escolas comuns, visando sua autonomia e independência. Porém, nem todas as pessoas com deficiência conseguiam tal integração, como era o caso dos “portadores de debilidade mental”. No caso dos surdos, por meio do domínio da oralidade, a expectativa dos educadores era de que esses estudantes saíssem da escola “prontos para o trabalho que demande habilidade manual”.

O processo de escolarização comum a todas as crianças no Centro de Ensino Especial ocorria da seguinte maneira:

O primeiro estágio de uma criança no Ensino Especial é a Classe de Oportunidades, que corresponde ao maternal comum: destina-se aos alunos de 2 anos a 2 anos e meio de idade mental; e a fase de socialização e eles adquirem hábitos sociais e de higiene; aprendem a vestir-se, a pentear-se, a saudar-se, a respeitar mutuamente, a respeitar a propriedade alheia. Essa classe comporta o máximo de 5 alunos. O segundo é o da Classe de Adaptação para 6 anos mentais, admitindo um máximo de 10 alunos. Nesta, além de continuar a socialização, os meninos de 3 e 4 anos mentais, correspondendo ao Jardim de infância comum, treinam a coordenação motora e o desenvolvimento sensorial, fazem exercícios digito-manuais, trabalhos com

lixa, veludo, papel, algodão e têm jogos para fixar a atenção, afim de desenvolver o senso de observação, etc. A Classe Pré-Especial, corresponde ao início do primário, comportando um máximo de 12 alunos, de 6 anos mentais inicia a alfabetização e dá rudimentos de matemática. Finalmente a Classe Especial nível de 1ª série mais adiantada do que as comuns, com o máximo de 12 alunos, desenvolve todas as atividades de uma classe propriamente escolar: linguagem e escrita; matemática; geografia; história; ciências naturais; higiene; moral e cívica. Nesta, eles permanecem até atingirem um adiantamento superior ao das classes comuns, afim de que ao passarem para as mesmas, tenham estímulo para continuar a alcançar novos graus, segundo suas possibilidades. Após a escola comum dar-se o encaminhamento para as profissões ligadas à arte. Todos os alunos têm aulas de Praxiterapia, ou seja, o tratamento da arte. Estas versam sobre: recreação, iniciação musical, desenho e artes plásticas (O ENSINO DE EXCEPCIONAIS..., 1969, p. 10).

De acordo com o trecho acima, a educação destinada às crianças com deficiência – incluídas aí as surdas –, no Centro de Ensino Especial, se dava em quatro etapas progressivas: a classe de oportunidades; a classe de adaptação; a classe pré-especial e a classe especial. Na *classe de oportunidades*, voltada a alunos de 2 a 2 anos e meio, o objetivo era desenvolver neles hábitos sociais e higiênicos (o que sugere, assim, uma amálgama de saberes médicos com saberes pedagógicos nessa etapa do ensino). Já na *classe de adaptação*, o público atendido era de crianças de 3 a 6 anos, para as quais, junto com os conteúdos anteriormente aprendidos, acrescentava-se o desenvolvimento sensorial e motor. Posteriormente, a partir dos 6 anos de idade, as crianças com deficiência eram encaminhadas à chamada *classe pré-especial*, na qual começariam o seu processo de alfabetização. Por fim, a partir de uma idade não informada na notícia, ascendiam à chamada *classe especial*, na qual passavam a ser escolarizadas com conhecimentos semelhantes ao das escolas comuns, mas almejando levá-las a um nível além daquele da escola regular, para que, quando passassem a frequentá-la, estivessem em condições de acompanhar os colegas sem deficiências com o máximo aproveitamento.

Após esse percurso pelas diferentes classes do Centro de Ensino Especial, as crianças com deficiência seriam encaminhadas para a escola comum e, ao término desta, para o aprendizado de profissões ligadas à arte. No seu conjunto, os conteúdos aplicados nessa instituição sinalizam que os surdos, assim como os demais alunos, deveriam seguir a mesma metodologia de ensino dos alunos regulares, sendo os mesmos utilizados nas Escolas Classe². Isso sugere que se pretendia, pelo percurso realizado, levar o estudante “excepcional” a um

² Esse é o nome pelo qual são designadas as escolas primárias em Brasília e no Distrito Federal, no período em tela. Sobre o sistema de ensino brasileiro e seu planejamento, ver Teixeira (1961).

padrão dito de “normalidade”, acreditando-se que esse itinerário educativo lhe permitiria ter as mesmas oportunidades e educação das crianças sem deficiência.

A notícia, ao referir-se ao perfil dos professores, atribui a estes um caráter vocacional, sendo vista a profissão como um ato de amor, além de colocar o aluno na posição de privação afetiva:

Para educar excepcionais é preciso vocação e capacidade de amar, porque o ensino de excepcionais é uma obra de Amor. Sem carinho, sem amor, sem paciência, sem aptidão para encarar o excepcional: um ser carente de afeição, nada se consegue do educando incomum. Além dessas qualidades e de todas aquelas que constituem uma devoção, são necessários estudos especializados e estágios no Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, onde escolas e Institutos aceitam bolsistas e alunos regulares (O ENSINO DE EXCEPCIONAIS..., 1969, p. 10).

Em que pese a dimensão “vocacional” do trabalho com as crianças com deficiência e seu caráter quase caritativo – “uma obra de amor” –, nota-se, ao final do excerto, que são citados os “estudos especializados” e estágios realizados pelas professoras, a fim de se tornarem preparadas para os desafios da educação especializada que se propunha para as crianças “excepcionais”. A julgar pelas regiões indicadas, no caso específico dos surdos, talvez tenha havido estágios em instituições como: INES (Rio de Janeiro), Instituto Santa Teresinha (São Paulo) e Escola Especial Concórdia (Rio Grande do Sul). A falta de maiores informações, contudo, só nos permite ficar no campo das “possibilidades históricas” (DAVIS, 1987) e da provável circulação de modelos pedagógicos nacionais no contexto local de Brasília.

Se o ensino especial em Brasília, em 1969, estava organizado como vimos até aqui, nem sempre foi assim. A matéria, nesse sentido, oferece informações significativas. Segundo o periódico, o ensino especializado na capital “iniciou-se em 24 de março 1962 com uma escolinha de surdos e três professoras que lançaram o apelo – ‘O surdo não é diferente de você’” (O ENSINO DE EXCEPCIONAIS..., 1969, p. 10). Posteriormente, a matéria segue relatando que o ensino de surdos, em caráter mais ampliado, deu-se na Escola Paroquial do Carmo com 30 alunos. No 2º semestre de 1962, mudaram para o galpão da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, que era um espaço emprestado, “em compensação, conseguiram para a paróquia uma série de melhoramentos e instalaram turnos pela manhã e à tarde” (O ENSINO DE EXCEPCIONAIS..., 1969, p. 10). Em pouco tempo, “à semelhança do que aconteceu no Carmo, a Paróquia do Sagrado Coração retomou o Galpão para instalar cursos de seu interesse.” (O ENSINO DE EXCEPCIONAIS..., 1969, p.10). Assim, a escola precisou deslocar-se para a sede da Associação de Professores Primários e Secundários onde se fixou até o ano de 1964. Neste

mesmo ano, a Escola de Surdos foi transferida para o Edifício Ceará e, depois, para o Colégio La Salle.

Do conjunto dessas informações, depreende-se que, nos primórdios, a educação de surdos funcionou em espaços sobrantados/cedidos a título precário: numa “escolinha”, depois numa “escola paroquial” – um tipo de estabelecimento de ensino primário confessional existente em Brasília –, depois em um espaço religioso emprestado, posteriormente a sede da Associação de Professores, o Edifício Ceará – uma instituição de assistência social da capital – e, ainda, numa instituição escolar católica, o Colégio La Salle. Emergem, assim, pequenas parcerias estabelecidas entre o poder público e iniciativas privadas, sobretudo católicas, visando possibilitar o acesso das crianças surdas a uma educação especializada.

A matéria segue seu relato, apresentando mais mudanças de endereço, número de alunos surdos misturados aos que apresentavam outras deficiências, que residiam no Plano Piloto e em algumas regiões administrativas:

(...) através de convênio com a Secretaria de Educação e Cultura da PDF se inicia o ensino de retardados, com a requisição da professora Eleida de Aquino Correia. Até o ano passado funcionou o Ensino Especial naquele Colégio [La Salle], onde começou uma experiência de recuperação de alunos surdos do ginásio comum, mediante a requisição de professores do Ensino Médio para Matemática, Português e Línguas Modernas. Em 1964 instalou-se uma classe para atendimento de surdos em Taguatinga e, em 1968, o Ensino Especial enviou professores especializados para classes de Sobradinho. O número total de alunos em 1968 chegou a 201, sendo 123 no Plano Piloto; 66 em Taguatinga e 12 em Sobradinho. Neste ano, sobe a 227, o número de excepcionais que frequentam as escolas de excepcionais do Distrito Federal. E novamente mudou-se para a casa do Ceará, onde aguarda a construção de instalações próprias, em vista do aumento crescente de alunos, a cada ano que passa. O corpo de professores aumentou como consequência da demanda de matrículas que oscilam, de acordo com o local ocupado pela Escola de Excepcionais, para depois voltar ao equilíbrio, quando se resolve problemas de condução e outros. (O ENSINO DE EXCEPCIONAIS..., 1969, p. 10).

Destarte, segundo o periódico, em 1969, a educação de “excepcionais” – incluídos aí os surdos – se descentralizara para além do Plano Piloto de Brasília, chegando a duas das mais antigas cidades satélites do Distrito Federal, Taguatinga e Sobradinho. Mas, apesar do elevado número de crianças atendidas, a falta de uma sede própria para essa escola ainda se fazia sentir, considerado o relevo que se dá ao fato de, naquele ano, a instituição estar novamente, a título provisório, no Edifício Ceará, “onde aguarda a construção de instalações próprias”. Esse dado da falta de uma instalação própria, numa cidade que teve por característica o planejamento cuidadoso do projeto arquitetônico de suas escolas (CHAIN, 2018), pode ser um indicador de que, apesar do atendimento dado às crianças com deficiência, ele ainda não era objeto de todos

os investimentos possíveis naquele período, tendo sido tratado de forma secundária no conjunto das preocupações com a educação local.

O Jornal traz consigo a existência, também, de outras escolas destinadas ao ensino dos “excepcionais”:

Até 1966, o Ensino Especial esteve diretamente subordinado ao Secretário de Educação e Cultura e desta época em diante passou a integrar a Coordenação de Educação Primária da SEC. A Educação de Excepcionais é trabalho que requer uma união de forças para o seu amplo funcionamento. Além do poder público, várias organizações, como associações de pais e amigos dos excepcionais, conhecidas pela sigla de APAES- Sociedades Pestalozzi colaboram para a manutenção de tais serviços, secundadas por instituições de caráter social e a comunidade, através de campanhas públicas, em benefício dos menos dotados. (O ENSINO DE EXCEPCIONAIS..., 1969, p. 10)

Sobre o período em que a educação de surdos funcionou na sede da Associação dos Professores Primários de Brasília, somos informados por outra notícia: “Escola de Surdos - O Instituto da Fala do DF”, publicada em 1963 na coluna “O ensino dia a dia”, de Yvonne Jean – seção do *Correio Braziliense*, que tradicionalmente abordava a qualidade do ensino público em Brasília:

A Associação dos Professores Secundários e Primários do Distrito Federal tomou uma bela iniciativa: emprestou todas as dependências de sua sede à escola de Surdos de Brasília, reservando-se tão somente a noite para suas reuniões. Assim é que as salas mudaram de ambiente, com os cartazes, jogos, objetos para testes, que as enche e a presença constante de 36 crianças e três professoras. Professoras de uma dedicação ímpar. Professoras que as crianças adoram o que é muito importante tratando-se de aulas completamente diferentes das habituais e de alunos, que chegam às primeiras aulas desconfiados, isolados pelas paredes de sua surdez levando algum tempo antes de entender que lhe é possível falar. Cada professora só cuida de 5 crianças de cada vez. No máximo. As aulas não podem ser programadas, devem ser adaptadas a cada caso individual. Observando as reações de um menino como Jayme Alberto, fiquei presa de uma emoção e alegria que não ressentia há muitos anos, inteligentíssimo, querendo aprender o que o apaixona desde que compreendeu o sentido da fala cravando seus olhos nos da professora com uma atenção absoluta e repetindo as palavras que lia nos lábios dela. Imediatamente aplicando-se aos objetos que rotulavam. Se tivessem sentido a alegria do menino cada que vez que pronunciava a palavra certa, aumentando o vocabulário e concepção de vida! Também teriam saído da escola profundamente abalados e felizes pois lá se realiza, concretamente, a integração de crianças excepcionais à vida. (JEAN, 1963, p. 9).

Mais uma vez somos remetidos à centralidade que a oralização assumia na educação de surdos em Brasília. O título da matéria – fazendo referência à escola – já anunciava sua finalidade: “Instituto da Fala”, lugar onde a criança surda aprende a falar. Para tanto, utilizavam-se de vários materiais como “cartazes, jogos, objetos para testes”, além de contar

com professoras “de uma dedicação ímpar”. A jornalista não se furta de apresentar suas representações sobre os estudantes “desconfiados, isolados pelas paredes de sua surdez”, que é rompida quando começavam a aprender que podiam “falar”. Como se sabe, atualmente, esse modelo de educação de surdos é fortemente rechaçado tanto pela comunidade surda quanto pelos especialistas da área, mas, como em história cabe-nos não julgar, mas compreender (FEBVRE, 2009), é preciso reconhecer que ele estava claramente organizado e direcionado para essa finalidade. A alegria do menino Jayme Alberto, ao conseguir falar e ampliar seu vocabulário, descrita por Yvonne Jean, é forte pista de que estes também almejavam – ou eram levados a almejar – alcançar determinados níveis de oralidade.

Prosseguindo seu relato, Yvonne Jean informa-nos que, ao prosseguir os estudos, os alunos seguiam para uma escola regular, que aqui é referida como escola-classe habitual. Destaca, ainda, a diferença de como o ensino para o surdo era oferecido no passado e como passou a ser oferecido no Distrito Federal, como uma educação considerada moderna e de qualidade:

Tanto assim que muitas crianças entrarão numa escola-classe habitual quando tiverem aprendido a dominar a linguagem labial. Que diferença com os antigos meninos que chamavam de surdos-mudos e apresentavam quadros desanimadores e tristes com seus gestos, seu alfabeto manual. As crianças de 4 a 15 anos do Plano Piloto e Cidades Satélites, reagem cada uma ao seu modo e recebem constante atenção e um ambiente de liberdade e alegria. (JEAN, 1963, p. 9)

É oportuno registrar, no trecho acima, a crítica da jornalista à educação através de sinais, revelando ser ela, como os demais atores do período, favorável à oralização, que estaria alcançada quando as crianças “tiverem aprendido a dominar a linguagem labial”. Para ela – assim como para os educadores que trabalhavam com essa parcela da população infantil naquele contexto –, esse era o modelo educativo desejável e para o qual empregavam seus esforços. Era o que de mais moderno havia em matéria educacional. Haja vista que a escola sequencial, de ensino comum, não tinha professores especializados na área de surdez. Ao chegar à Escola Classe, os surdos passavam a receber o mesmo ensino das demais crianças, visando sua inserção na escola comum.

Na reportagem, observou-se que a jornalista esteve presente na sala de aula e expressou suas impressões de uma forma bastante romantizada. Percebe-se que a intenção dos educadores, na ocasião, era alinhar o surdo a um grau de “normalidade”, que outrora era visto como um “fardo” para a sociedade. Vale destacar que, nesse período, os surdos tinham uma

educação com abordagem do oralismo até mesmo nas escolas especializadas, de forma que, o que ocorria em Brasília, conforme afirma Strobel (2008), não era uma exceção, mas a regra. “[...] os sujeitos surdos eram/são colocados nas escolas onde os professores ensinam os surdos com modelo de identidade de pessoas ouvintes não permitindo-lhes construir a identidade surda, sendo representados como ‘deficientes’” (STROBEL, 2008, p. 24).

A mudança para a Escola de Surdos de Brasília, na sede da Associação dos Professores Primários e Secundários, segundo é evidenciado pela reportagem, possibilitou um melhor acolhimento para os alunos:

A professora Aracy nos contou que muitas poderão estudar normalmente, lembrando alguns alunos do Rio que conseguiram preparar-se ao lado de outros estudantes, para uma profissão. Um deles é hoje engenheiro. Outros seguiram curso do ensino comercial. Não são mais um peso morto para a família e a sociedade, não são mais seres infelizes. Levam uma vida normal, útil e cheia. E isto, que acontecerá com a maioria dos alunos que observamos em Brasília, é algo tão animador que dá vontade de pedir a todos de dar um pulo até a Associação dos Professores para tomar conhecimento do que se pode fazer com um planejamento sério, estudos especializados, boa vontade e dedicação para crianças destinadas outrora a uma vida vazia e injusta e que, agora pulam de alegria cada vez que sentem elas próprias que deram mais um passo no caminho da absoluta integração à vida ambiente. (JEAN, 1963, p. 9)

A notícia procura descrever, a partir da ótica de uma das docentes – a professora Aracy –, as experiências exitosas que os surdos do Rio de Janeiro tiveram ao receber ensino semelhante ao que era oferecido em Brasília. Representações negativas sobre os surdos que não tinham tais oportunidades educativas também são novamente veiculadas (“peso morto para a família”; “seres infelizes”). Tudo para convencer os leitores da pertinência da proposta educacional da instituição, com um convite para os que quisessem conferir *in loco* o que “se pode fazer com um planejamento sério, estudos especializados, boa vontade e dedicação”.

Embora o periódico apresente com entusiasmo o ensino oferecido no Distrito Federal ao surdo, este é pintado ao leitor de uma maneira utópica, projetando que alguns desses alunos viessem a atingir o maior topo possível no mercado de trabalho e o apogeu nos seus estudos. Todavia, mesmo assim, as professoras dessa escola solicitaram a criação do Instituto da Fala do Distrito Federal – uma instituição que, como o nome indica e já tivemos oportunidade de ressaltar, teria o desenvolvimento da fala como seu objetivo central:

As professoras que sonham com a criação do Instituto da Fala do Distrito Federal, pedem que o terreno da Novacap já pedido ao Presidente da República lhes seja dado, quanto antes, para a criação do que querem chamar de Instituto da Fala do Distrito Federal. (...) Não nos esqueçamos de que não

se trata de uma escola particular e sim de uma das escolas da Fundação Educacional de Brasília. Tem direito absoluto a um prédio. Acrescento após a visita que fiz direito prioritário. (JEAN, 1963, p. 8)

A notícia finaliza enfatizando que o sonhado “Instituto da Fala do Distrito Federal” seria uma escola pública, mantida pela Fundação Educacional de Brasília, e não uma instituição particular, como que a endossar aos leitores a pertinência da proposta, que viria complementar o sistema de ensino implantado na jovem capital federal.

Em outra matéria assinada por Yvonne Jean, Escola para Surdos, a jornalista reforça impressões positivas sobre a Escola de Surdos de Brasília, da Fundação Educacional de Brasília:

Descrevemos há poucos dias, as úteis e inteligentes atividades da Escola para Surdos da Fundação Educacional, implantada na Associação dos Professores Secundários e Primários de Brasília, que lhe emprestou sua sede. Em vez de sentirem tristes e um pouco desanimados da escola – e isso geralmente acontece quando ao aproximarmos de crianças excepcionais cujos problemas são complexos e, às vezes insolúveis – sentimo-nos, ao contrário, otimistas e alegres, pois observamos crianças conseguindo aprender e preparando-se para uma vida tão normal quanto possível após terem vencido a desconfiança para com os professores e tornando-se interessados e até mesmo entusiastas do estudo. (JEAN, 1963, p. 9)

Um ano depois, a reportagem “Escola de Surdos já tem Laboratório de Psicologia” (1964a, p. 8) menciona a mudança da sede da Associação dos Professores de Brasília para as novas instalações no Edifício Ceará, orientada agora pelo Departamento de Ensino Extraescolar e os encaminhamentos médicos precisos para o desenvolvimento dos surdos, ressaltando a interligação com o Hospital Distrital de Brasília e o Laboratório de Psicologia:

A Escola de Surdos do Distrito Federal, por determinação do Presidente da Fundação Educacional, prof. Cleantho Siqueira, passou agora a ser orientada pelo Departamento de Ensino Extra Escolar, o qual, através de seu Laboratório de Psicologia, que superintende a Educação de Adultos e de Excepcionais, poderá melhor atender, orientar e preparar para a vida escolar os que sofrem de deficiência da audição, reintegrando-se na sociedade. Uma das primeiras medidas adotadas pelo Diretor do Ensino Extra- Escolar, foi a de transferir a Escola de Surdos, na Superquadra 310, na Sede da Associação dos Professores do Distrito Federal, para o Edifício Ceará, 12º andar, onde funciona o Departamento a fim de manter o seu funcionamento próximo ao Laboratório de Psicologia dando melhor assistência aos alunos, bem como aproximando-se do Hospital Distrital, onde diversos médicos colaboram com o programa de recuperação dos surdos. Uma reunião das professoras deverá ser realizada hoje a fim de ser acertado o novo horário das aulas, bem como tomar outras medidas que se fazem necessárias (ESCOLA DE SURDOS..., 1964a, p. 8).

A matéria procura, no título, destacar o que seria uma inovação na educação de surdos – o uso que passariam a fazer de um laboratório de psicologia, que poderá “melhor atender, orientar e preparar para a vida escolar os que sofrem de deficiência da audição, reintegrando-se na sociedade”. Outra novidade é a proximidade com o hospital distrital, “onde diversos médicos colaboram com o programa de recuperação dos surdos”. Nos dois casos, a tônica é a reintegração, a recuperação, enfatizando a aliança entre saberes educacionais e saberes médicos, com vistas a levar os estudantes surdos a assumirem para si suas vidas, a cultura e os padrões de oralidade dos ouvintes.

A última reportagem, “Escola de Surdos vai para o Edifício Ceará” (1964b, p. 5), descreve também a transferência da Escola de Surdos, bem como anuncia a construção de um Centro de Educação Especial:

A Escola de Surdos que funciona na superquadra 310, será transferida para o Edifício Ceará, onde funciona o Departamento de Ensino Extra- Escolar. Esta decisão foi tomada pela Diretora deste Departamento em reunião realizada com os pais dos alunos daquele estabelecimento de ensino, recuperação e orientação dos pequenos deficientes de audição do Distrito Federal. Um dos objetivos da mudança é aproximação com o Laboratório de Psicologia, que funciona no Edifício Ceará e no HDB, onde as crianças surdas são constantemente examinadas e de outro lado, visa a oferecer à Escola um local de trabalho mais adequado do que uma sede de entidade privada. A mudança é temporária, pois já se encontra em fase bastante adiantada a Construção do Centro de Educação Especial. A decisão tomada de comum acordo trouxe grande contentamento aos pais assistência que agora vem sendo dispensada a seus filhos, diretamente assistidos pela Professora Edy Abreu de Andrade, dela recebendo a orientação necessária para a sua integração nas escolas comuns, merenda escolar e transporte de suas residências à Escola e vice-versa. A matrícula de novas crianças na Escola de Surdos, em seu novo endereço, reflete o acerto com que se houve a autoridade que determinou sua transferência e o alargamento das perspectivas de seus campos de ação. (ESCOLA DE SURDOS..., 1964b, p. 5)

A notícia reforça que a mudança de sede da escola – de uma “entidade privada” para uma entidade assistencial – permitiria um “trabalho mais adequado”, especialmente pela proximidade com o laboratório de psicologia e o Hospital de Base do Distrito Federal. A transferência teria sido bem recebida pelos pais, inclusive com a recepção de novas matrículas. O periódico ainda traz uma informação que não podemos deixar passar: “a mudança é temporária, pois já se encontra em fase bastante adiantada a construção do Centro de Educação Especial”. No olhar retrospectivo, próprio de historiadores e à luz das notícias que abriram esta seção, sabemos que a construção desse edifício, ao menos até 1969, não saiu do papel, sendo

que, no referido ano, a escola de educação especial (depois de outras mudanças no meio da década) ainda funcionava, a título provisório, nas dependências do Edifício Ceará.

Foi possível observar que, ao longo de praticamente toda a década, a Fundação Educacional de Brasília – órgão responsável pela gestão do ensino na capital federal – esteve à frente de iniciativas para a escolarização das crianças com deficiência, dentre elas, as crianças surdas. Porém, isso não necessariamente permite afirmar que tal atendimento tenha se dado a contento, a julgar pela ausência de uma sede própria para a Escola de Educação Especial e as constantes mudanças de local pelas quais passou a instituição que, em distintos momentos, se ocupou da educação de surdos. Parcerias com entidades religiosas, assistenciais e profissionais parecem ter sido fundamentais para que a educação de surdos se efetivasse na cidade. Em termos educacionais, o modelo de educação voltado para as crianças surdas visava sua oralização e “integração” à sociedade, pela via do acesso às escolas regulares, após alguns anos de frequência dessas crianças em escolas especializadas. Diversos investimentos pedagógicos e materiais foram feitos nesse sentido, passando, inclusive, pela especialização de professores para o atendimento desse público escolar.

É dentro desse contexto de uma educação da criança surda no Distrito Federal, ainda em fase inicial, com algumas realizações em nível de ensino público, mas também com muitas carências, que se dará a chegada das Irmãs Calvarianas, que tinham por carisma, justamente, o trabalho com esse segmento populacional, como veremos a seguir.

1.2. A Congregação de Nossa Senhora do Calvário e a educação de surdos: da Europa à Brasília

Nasce, em 4 de julho de 1803, numa cidade francesa chamada Quercy, de família modesta, uma criança (MONGRELET, 1892, p. 15) – filho de ferreiro e de uma dona de casa – Pierre Bonhomme. Essa região sofria resquícios do anticlericalismo do período da Revolução Francesa (1789- 1799), além de o clero restante ter envelhecido (VATICANO, 2022, online).

De acordo com Clecinéia de Souza,

No ano de 1813, no dia de Natal, Pierre Bonhomme recebeu o sacramento de primeira comunhão e sentiu o chamado para exercer a função de sacerdote. Seus pais receberam a visita do Padre Prunières que confirmou a vocação para Bonhomme ser sacerdote. Bonhomme em 1816 foi estudar latim e em 1819 terminou curso ginásial do seminário. (SOUZA, 2017, p. 46)

É assim que, com ares hagiográficos, é descrita por alguns biógrafos/ historiadores a vocação daquele que viria a ser o Fundador da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do

Calvário, na França do século XIX. Ainda, sobre seu itinerário de formação intelectual/sacerdotal, podemos complementar com bases em informações obtidas no site do Vaticano:

O Seminário Maior estava ainda fechado, e as necessidades apostólicas eram imensas nesta Região que contava com mais de 250.000 habitantes. Bem cedo o jovem Pierre Bonhomme apaixonado por Jesus Cristo e motivado pela amplitude da missão, decide tornar-se padre. Tendo seu diploma de Bacharel em Letras, que ele obteve no Collège Royal de Cahors, entra no Seminário Maior, sendo ordenado padre em 1827. A partir deste momento, ele dá prova de um dinamismo extraordinário: abre um colégio para meninos em Gramat. (VATICANO, 2022, online)

Conforme documentos cedidos pelas Irmãs Calvarianas para esta pesquisa, quando o idoso vigário de Gramat faleceu em decorrência de um derrame, o Padre Bonhomme foi eleito por unanimidade para substituí-lo. Aos vinte nove anos, os frutos de seu ministério já testemunhariam que possuía “dons espirituais”. Tomou posse e se apresentou ao povo da cidade, restaurando a igreja que se encontrava em ruínas, atraindo os paroquianos pela singularidade dos ofícios, a organização do canto e principalmente pela pregação do evangelho. (IRMÃS CALVARIANAS, s.d.). As figuras a seguir, localizadas no INOSEB, retratam a pessoa do padre Bonhomme e da cidade de Gramat (Figuras 1 e 2). Nelas, vemos a representação de um típico clérigo francês do oitocentos, trajando a batina e o chapéu clerical bem como os ares medievais da cidade onde iniciou seu trabalho religioso.

Figura 1 – O jovem Padre Pierre Bonhomme



Fonte: (INOSEB, s.d.)

Figura 2 – Cidade de Gramat



Fonte: (INOSEB, s.d.)

O Colégio de Gramat, dessa forma, teria sido a primeira incursão do padre Bonhomme no mundo da educação. O estabelecimento esteve ativo de 1827 a 1837. Em 1832, foi aberto um outro colégio em Prayssac, cidade vizinha à Gramat. Estima-se que “durante sua existência, de 1832 a 1889, formaram-se mais de duzentos padres para a diocese, todos dedicados à Igreja e vários deles encarregados de funções importantes” (LEONARDI, 2008, p. 79). Quando ao assumir como assistente, padre Bonhomme “presta uma valiosa ajuda aos padres das duas Paróquias de Gramat e funda as Filhas de Maria - movimento de espiritualidade para as jovens. Ele também obtém a autorização da Prefeitura para construir um Asilo” (VATICANO, 2022, online), cujo empreendimento não chegou a efetivar. Foi por meio da Congregação Filhas de Maria, fundada em apenas alguns meses, que a cidade de Gramat “mudou quase completamente de fisionomia”. O colégio fundado pelo Padre Bonhomme tinha mais alunos que o que podia abrigar e “ele havia suscitado nas pessoas, um verdadeiro entusiasmo por sua pregação”. (MONGRELET, 1892, p. 74)

Em seguida, Bonhomme organizou um retiro de uma semana que reuniu 109 moças. (LEONARDI, 2008) “Dentre essas moças, um pequeno grupo se formaria para estabelecer a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário” (LEONARDI, 2008, p. 80). Essa equipe realizava voto de castidade e “tinha um regulamento particular a respeito de meditação, missa e sacramento. Além disso, visitavam doentes e moribundos levando qualquer tipo de auxílio: material e espiritual”. (LEONARDI, 2008, p. 80)

O fundador obteve o consentimento do bispo para organizar a pequena comunidade Filhas de Maria. A partir de então, o Padre Bonhomme teve a ideia de formar, em 1833, uma

nova congregação, e a confidenciou a uma associada chamada Hortense Pradel, que “falou desse projeto a uma de suas amigas, uma jovem com o nome de Cora Rousset” (MONGRELET, 1892, p. 109). Em breve, uma terceira tomou conhecimento, Adèle Pradel, irmã de Hortense. Cora tinha uma irmã mais nova, Mathilde Rousset, que desejava entrar no convento, mais tarde se juntou às três novatas. Ao acolher as quatro moças, o Padre Bonhomme preparou uma casa para recebê-las e, em seguida, nomeou a pequena sociedade como Irmãs de Nossa Senhora do Calvário (MONGRELET, 1892).

As quatro religiosas vestiram esse hábito da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário e adotaram nomes religiosos. “À época da fundação, foram aconselhadas pelo próprio bispo a usarem uma roupa semelhante àquela que utilizavam como filhas de Maria: um vestido preto simples e um véu, para que não chamassem a atenção” (LEONARDI, 2008, p. 89). Hortense Pradel recebeu o nome de Irmã Thérèse, Adèle, de Irmã Vicent, Cora de Rousset chamou-se Irmã Marie e Mathilde, Irmã Marie de La Croix, superiora da pequena família nascente. Irmã Thérèse foi nomeada ecônoma e as outras duas ocuparam-se do ensino e do cuidado dos pobres (MONGRELET, 1892).

Silva (2012, p. 22) menciona que a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário “possui carismas para assistência social, educação e cuidado hospitalar, formando irmãs hospitalares e educadoras, tendo preferência pelos marginalizados (surdos e doentes mentais), idosos, doentes, pessoas pobres, crianças e jovens (educação e catequese)”. O fato de seu fundador ter sofrido de laringite no fim de sua vida e como ficou afônico por muitos anos, fez com que se sensibilizasse com as dificuldades de comunicação dos surdos-mudos.

“Uma violenta dor de garganta cortou-lhe, subitamente, a palavra. Era o primeiro sinal de uma doença que, mais tarde, devia truncar, antes da hora sua carreira de missionário na época de seu maior esplendor, afastando-o definitivamente, de seu ministério (...)” (MONGRELET, 1892, p. 69) A equipe das Irmãs Calvarianas (s.d.), em seu livro *Meu Modelo será Jesus Cristo. Quem ama, quer assemelhar-se*, relata:

Assim, sob neve e chuva, transido de frio, viajando às vezes a cavalo e muitas vezes a pé, pregando em igrejas glaciais, o P. Bonhomme se entrega totalmente à missão. Vimo-lo por longas horas no confessionário, e os padres bem sabem como é exaustivo falar muito tempo em voz baixa. Quando a igreja se faz demasiado pequena para conter as multidões que acorrem para ouvi-lo, ele prega ao ar livre, com toda a voz – sem microfone, que não o havia no tempo, em estrados improvisados, como recifes batidos pelas ondas. Um dia, em plena missão, assalta-o violenta dor de garganta. O Padre Bonhomme sente-se afônico. No dia seguinte sobe novamente ao púlpito. Um lenço escuro envolve-lhe o pescoço, mas esse lenço esconde oito grandes sanguessugas, que fez colocar para descongestionar as cordas vocais. Remédio bárbaro, e ainda

assim passageiro. Prescrevem – lhe uma estação de águas minerais. Apenas de volta, porém, quando recomeça as missões, a moléstia não tarda a reaparecer, obrigando-o a renunciar a pregação. (CALVARIANAS, s.d., p. 29).

É importante frisar que todos os meios médicos para sua cura foram realizados na época. (MONGRELET, 1892). Conforme a fonte das Irmãs Calvarianas, relatada acima, Padre Bonhomme, a partir de sua enfermidade adquirida durante uma missão religiosa, se preocupou com a situação e a educação dos surdos. “A Congregação, não apenas se expandiu em todo o Lot e regiões vizinhas, mas chegou até Paris, com as Obras dos surdos e dos deficientes mentais” (CALVARIANAS, 2022, online). Nesse período, algumas instituições francesas de ensino para surdos já vinham atuando desde o século XVIII. A exemplo disso, temos a escola do Abade de L’Epée, sendo provável que o Padre Bonhomme tivesse mantido contato com a escola, tendo em vista as inúmeras viagens missionárias realizadas (ZANELLATO, 2016).

Ainda, de acordo com Silva (2012, p. 22), “a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, afirmam ter formado as primeiras freiras surdas-mudas do século XIX”. Mongrelet (1892) narra em seu livro que o fundador da Congregação, Padre Bonhomme, tinha uma grande preocupação com a obra das surdas-mudas, uma vez que, em quase todos os lados que o Padre percorria as cidades, “o surdo não era considerado um ser inteligente e era confundido como um bicho e tratado como tal.” (MONGRELET, 1892, p. 396). A partir dessa experiência, sentiu o desejo de ter, em sua Congregação, obras dedicadas à instrução das surdas-mudas. “A primeira e mais difícil exigência era formar as Irmãs para esse ensino, que além de uma dedicação especial, exigia aptidão e métodos especiais” (MONGRELET, 1892, p. 396).

Em 1833, enquanto o Padre Bonhomme reunia em Gramat os primeiros membros da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, as Filhas da Sabedoria fundaram uma escola de surdos-mudos na cidade Portiers, na França. Depois mudou-se, em 1847, para Larnay, na França, onde um respeitável cônego chamado Chaubier de Larney fez a doação de toda sua riqueza para a obra – “ele deixou um dos mais belos colégios para deficientes auditivos” (MONGRELET, 1892, p. 397). Duas Irmãs Calvarianas foram para essa escola no início de 1853, onde foram formadas para o ensino das surdas-mudas e aprenderam os métodos usados nesse ensino especializado. Esse colégio possuía uma boa estrutura. Ficaram um período de dez meses aprendendo com as Irmãs da Sabedoria (MONGRELET, 1892). Tiveram também a ajuda de “uma surda-muda, experiente na linguagem de sinais lhes foi dada como professora” (MONGRELET, 1892, p. 399).

Como já dito anteriormente, padre Bonhomme, com a pretensão de preparar as Irmãs e torná-las competentes para educar as surdas-mudas, “logo poderia ver realizado um de seus

mais belos sonhos de caridade. Agora tinha que encontrar um local adequado para a nova instituição e convidar as alunas” (MONGRELET, 1892, p. 400). No ano de 1854, as Irmãs se fixaram na casa de Mayrinhac com várias surdas-mudas, onde recebiam também crianças da paróquia (MONGRELET, 1892). Posterior a isso, fundou, em 1854, o primeiro instituto para surdos-mudos da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, em Mayrinhac-Lentour, na França (SILVA, 2012). Essa escola começou com alunas surdas.

Padre Bonhomme morreu no dia 9 de setembro de 1861, vítima de um segundo derrame, sendo beatificado, em 2003, pelo Papa João Paulo II. Nesta data, a Congregação possuía 181 religiosas que formavam as comunidades Calvarianas da Diocese de Cahors, Dioceses vizinhas e Paris (CALVARIANAS, 2022, online). A missão das Irmãs Calvarianas estendeu-se, estando presentes na França, Argentina, África (Costa do Marfim, Burkina Fasso e Guiné), Filipinas, Vietnã e Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Rondônia, Pará, Piauí, Ceará e Amazonas) (CALVARIANAS, 2022, online).

A fim de entendermos os caminhos históricos percorridos pelas Irmãs Calvarianas, da Europa até o Brasil, faz-se necessário trazeremos a análise de Colombo (2018), onde descreve que a França foi assolada “pelas mudanças surgidas desde o processo revolucionário de 1789 e as tentativas modernas de secularização, do secularismo e laicidade³” (COLOMBO, 2018, p. 44). Chegado o último quartel do século XIX, quando a monarquia deu lugar ao regime republicano, as congregações católicas femininas enfrentavam a “intransigência do governo francês da 3ª República frente aos processos de fechamento de seus estabelecimentos de ensino” (LEONARDI, 2008, p. 44). Foi um período bastante controverso entre o Estado e a Igreja. “A propagação das novas ideias contribuiu para acentuar o processo de laicização do ensino, assim entre 1875 e 1905 foi inserida na França, uma política de regras e leis que acabou por marginalizar as congregações religiosas dedicadas à educação” (LEONARDI, 2008, p. 49), onde a laicidade coordenava “as funções do Estado, os serviços públicos” (LEONARDI, 2008, p. 49) e regulamentava o ensino do país.

Criou-se, assim, um ambiente hostil para a atuação das Congregações. O Estado recusava autorizações para o funcionamento das instituições confessionais. Decorreu daí que inúmeras Irmãs se viram sem utilidade e precisavam descobrir uma resposta para esse problema. Para as que desejavam dar continuidade ao ensino, restavam-lhes duas opções: sair de solo francês e partir em busca de outros lugares, em outros continentes, para atuarem ou abraçarem

³ A secularização se refere à declinação da religião e à perda de sua influência, o enfraquecimento dos comportamentos e das práticas religiosas. A laicidade é um fenômeno político que separa o poder político e o poder religioso. (RANQUETAT JÚNIOR, 2008).

o estado civil (COLOMBO, 2018). Muitas dessas Irmãs “escolheram o exílio para salvar a vocação e o hábito” (COLOMBO, 2018, p. 56), considerando-se privilegiadas por irem para outro país e pela opção pelo “carisma missionário” (COLOMBO, 2018, p. 56). É dentro desse contexto de busca por novas terras para exercer o carisma religioso que se dá a vinda das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário para o Brasil.

Segundo Mendonça (1996), a gênese da obra das Irmãs Calvarianas em nosso país teve início quando o Bispo Dom Nery, de Pouso Alegre, em Minas Gerais, percebeu a necessidade de se fundar nessa cidade uma Santa Casa. As Irmãs deveriam assumir a direção, “administrada por uma comissão formada por doze homens” (LEONARDI, 2008, p. 242), da qual o bispo era presidente. O prelado brasileiro havia incumbido Dom O’ Connor – que após viver muitos anos no Brasil retornou à França, onde iria viver seus últimos anos – a cooptar as primeiras religiosas, sendo as escolhidas: Irmã Mière Pierre du Sauveur, Irmã Françoise Marie, Irmã Louis Joseph e Irmãs George Marie (LEONARDI, 2008).

Para as religiosas francesas, era “a ‘Providência’, na pessoa de D. Nery, bispo de Pouso Alegre, a lhes oferecer uma alternativa para a situação em que a Congregação se encontrava” (LEONARDI, 2008, p. 239-240). Já que “teriam uma profissão e sustento garantidos fora da França, sem deixar o hábito e a vida religiosa” (LEONARDI, 2008, p. 240). O êxodo forçado “era visto como símbolo da fidelidade absoluta à Congregação” (LEONARDI, 2008, p. 240). Para algumas Irmãs, a decisão da partida não foi fácil – “outra língua, outra cultura e um exílio do qual não se sabia se haveria volta” (LEONARDI, 2008, p. 240). “As palavras perseguição e exílio se faziam presentes, mas foram, aos poucos, tomando outra conotação” (LEONARDI, 2008, p. 240), (...) “configurando a vinda para o Brasil como sacrifício” (LEONARDI, 2008, p. 240).

Ao chegarem no cais do Rio de Janeiro, em 1906, as Irmãs foram saudadas pelo Bispo Dom Nery e conduzidas ao Colégio Imaculada Conceição, onde receberam a acolhida amável das Filhas da Caridade (MENDONÇA, 1996). Após 8 dias no Rio de Janeiro, as Irmãs partiram para Pouso Alegre/MG, cidade que foi o berço da Congregação Nossa Senhora do Calvário em terras brasileiras. No dia 20 de abril de 1907, a comunidade de Pouso Alegre aumentou ainda mais, pois também chegaram, da França, as Irmãs M.S. Antonie, Jean de Jesus e Joseph (MENDONÇA, 1996). Na figura 3, vemos retratadas as Irmãs pioneiras da congregação no Brasil.

Figura 3 - Irmãs Fundadoras



Fontes: (INOSEB [1909?])

Quando da sua chegada à Pouso Alegre,

Em 24 de dezembro de 1906, Madre Suzanne, superiora da Nossa Senhora do Calvário escrevia às Irmãs em circular: *Minhas mui queridas Irmãs, Dizer-lhes minha emoção ao dirigir-lhes uma carta circular, nas atuais circunstâncias, ser-me-ia impossível. (...) Somos a porção escolhida por Deus. Não esqueçamos este privilégio e tornemo-nos dignas dele. (...) A feliz instalação de nossas casas no estrangeiro, parece nos prometer uma garantia dessa sobrevivência. Primeiramente em Pouso Alegre onde nossas Irmãs foram acolhidas com entusiasmo, e onde o apostolado a fazer excita o zelo de nossas queridas exiladas e as cumula de uma alegria verdadeiramente sobrenatural.* (LEONARDI, 2008, p. 241, grifos do autor)

No ano de “1908, D. Nery foi nomeado bispo da diocese de Campinas, São Paulo e solicitou às Irmãs que partissem com ele para abrirem um colégio nessa cidade” (LEONARDI, 2008, p. 244). Foi autorizada, pela superiora, “a partida de Madre Pierre, Irmã Françoise, Irmã Jean, Irmã Agnes e Irmã Madeleine. As demais Irmãs permaneceram no trabalho da Santa Casa, em Pouso Alegre” (LEONARDI, 2008, p. 244-245).

Quando se instalaram “em Campinas-SP, as Irmãs alugaram um imóvel chamado Casa das Rosas e assim também ficou conhecido o Colégio” (LEONARDI, 2008, p. 245). Esse estabelecimento ficou “provisoriamente instalado nesse local até que encontrassem uma casa mais adequada e desligassem seu nome da primeira instalação, passando a ser nomeado Colégio Sagrado Coração de Jesus” (LEONARDI, 2008, p. 245). Logo depois, “Irmã Madeleine assumiu a direção do colégio nascente” (LEONARDI, 2008, p. 245) “(...) que logo chegaram a 90 alunos” (LEONARDI, 2008, p. 245).

Ao perceber que o colégio estava tendo progresso, Irmã Madre Pierre viajou para Gramat, no ano 1910 e requereu “mais quatro Irmãs para o trabalho em Campinas” (LEONARDI, 2008, p. 247). “Dois anos depois, desejavam comprar o prédio que era destinado ao Jardim da Infância e que pertencia ao bispado” (LEONARDI, 2008, p. 247). As religiosas “pareciam suspeitar que Dom Nery poderia pedir o prédio para a fundação de um colégio para meninos. Assim, elas tentaram apressar a compra” (LEONARDI, 2008, p. 248). Dessa maneira, “mediante um empréstimo feito com monsenhor Campos, compraram o prédio em 1912” (LEONARDI, 2008, p. 248). “No final desse ano, D. Duarte esteve presente nas cerimônias do final de ano no colégio de Campinas. Esse contato com o arcebispo rendeu um convite às Irmãs para fundarem um colégio para surdos em São Paulo” (LEONARDI, 2008, p. 248). Todavia, enquanto sonhavam com o tão esperado instituto para surdos, o colégio Sagrado Coração de Jesus foi se aprimorando, mas eram necessárias algumas mudanças:

Com o Colégio prosperando em Campinas, os convites para novos trabalhos aumentavam, mas muitos eram rejeitados devido ao número reduzido de Irmãs. Em 1916, receberam a proposta de trabalho na Santa Casa de Itapira (...) deixaram definitivamente o trabalho em Pouso Alegre quando chegaram Irmãs de outra Congregação, da Divina Providência, para assumirem esse posto. (LEONARDI, 2008, p. 249)

Segundo um documento localizado no INOSEB, intitulado *Pastoral dos Surdos de Brasília fundada em 1982 e hoje 15 de Setembro...Comemorando 30 anos, servindo e evangelizando com amor*, e o trabalho de Mendonça (1996), a missão das Irmãs Calvarianas no Brasil, em seus primeiros anos, foi focada na educação feminina, saúde e catequese. Aos poucos, elas foram participando de diversas pastorais junto às Paróquias, até iniciar o trabalho com os surdos, em 1929, quando foi fundado o Instituto Santa Teresinha, na cidade de Campinas-SP (MENDONÇA, 1996).

Apesar de ter sido almejada, a concepção do instituto para surdos em São Paulo, segundo as fontes das Irmãs Calvarianas, sua gênese aconteceu em Campinas. A ideia de criar o Instituto Santa Teresinha partiu de Dom Francisco de Campos Barreto, Bispo de Campinas/SP, em 1925, o qual pretendia fundar, em sua diocese, um estabelecimento destinado para crianças surdas-mudas, a fim de instruí-las. Ele procurou as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, que, naquela feita, dirigiam o Colégio Sagrado Coração de Jesus, instalado também na cidade de Campinas, onde, já outrora mencionado, ocupavam-se com o trabalho de ensino dos surdos, administrado, na ocasião, pela supervisora Reverenda Madre Maria Rita Inês (LIVRO DE TOMBO..., 1929).

Ao despertar o desejo do Bispo Dom Francisco, Madre Maria Rita Inês decide enviar duas religiosas à cidade de Bourg la Reine, na França, para se especializarem (no Brasil, nesse

período, não era possível realizar cursos especializados para crianças excepcionais, pois não havia oferta de formações), com o designo de poderem, mais tarde, fundar, no Brasil, um estabelecimento similar ao fundado pelo Padre Bonhomme, na França. As Irmãs enviadas foram as duas brasileiras: Irmã Suzana Maria e Irmã Madalena de Jesus (LIVRO DE TOMBO..., 1929.

Essas Irmãs viveram 4 anos em solo francês, em Bourg la Reine, em um ambiente de completa imersão com as meninas surdas-mudas, cujo convívio era diário. Essas Irmãs desenvolveram as metodologias de educação e foram submetidas a avaliações oficiais. (LIVRO DE TOMBO..., 1929; MENDONÇA, 1996) Assim concluíram sua formação no “ensino dos deficientes da audição”.

Em regresso ao Brasil, aos 8 de fevereiro de 1929, as Irmãs brasileiras vieram acompanhadas de mais duas Irmãs francesas, Irmã Luiza dos Anjos e Irmã Maria São João (LIVRO DE TOMBO..., 1929; MENDONÇA, 1996). Chegaram em Campinas, em fevereiro de 1929, e em 15 de abril do referido ano, teve início as atividades no Instituto Santa Teresinha, em uma residência localizada na Rua Luzitana, nº 543. Na ocasião, a Irmã Luiza dos Anjos foi designada 1ª Superiora. Após essa fase, o instituto foi transferido para a capital São Paulo, onde permaneceu por volta de um mês no Asilo Nossa Senhora Auxiliadora, no bairro do Ipiranga, um asilo administrado pelo Dr. José Vicente de Azevedo (MENDONÇA, 1996).

O livro de Tombo Histórico do Instituto Santa Teresinha das Irmãs Calvarianas (1929) traz detalhes da fundação do Instituto Santa Teresinha:

O Instituto recebe autorização legal para o seu funcionamento e é aprovado pela Diretoria Geral do Ensino. O Prefeito da Cidade em companhia de diversos membros da Câmara Municipal visita o estabelecimento. As Irmãs fazem uma demonstração do ensino com as quais as alunas estão existentes. O Conselho Municipal vota para o Instituto uma subvenção anual a dez contos. A Diretoria se compromete a receber 5 alunas pobres de Campinas (LIVRO DE TOMBO..., 1929).

Novamente, em 29 de abril, muda-se para outra casa alugada, na Rua Cardoso de Almeida, nº 135, Bairro das Perdizes, em São Paulo. Durante esse período, “a escola atendia somente meninas internas” (LEONARDI, 2008, p. 249). Quando, no mês de janeiro, o Dr. Mário de Rezende, médico otorrinolaringologista, faz a promessa de doar um terreno para a construção do Instituto. Esse médico era um admirador do trabalho com as crianças deficientes auditivas. Com o passar do tempo, o número de alunos aumentou, tornando-se necessário mudar a escola para um espaço maior. Então, em 22 de junho de 1939, é transferida para uma casa alugada, na rua Martiniano de Carvalho, nº 741, em São Paulo/SP. Em setembro desse mesmo

ano, a escola recebe o embaixador da França e o Arcebispo de Cahors, Monsenhor Cizerac, nesse novo endereço (MENDONÇA, 1996).

Teixeira (2008) narra as adversidades encontradas pelas Irmãs:

Além das dificuldades e o árduo trabalho de ensinar as crianças a leitura labial e a fala, as irmãs do Instituto, enfrentavam também o problema de manter os custos mensais da instituição, o aluguel do prédio e as demais despesas, visto que a maioria dos alunos que estavam matriculados no Instituto eram carentes e suas famílias não possuíam condições para mantê-los em uma escola interna. Poucas eram as crianças que pertenciam a famílias abastadas, ou seja, representantes da alta sociedade (TEIXEIRA, 2008, p. 26).

Finalmente, no dia 16 de abril de 1935, o Dr. Mário Ottoni de Rezende cumpre a promessa de doar um terreno de 6.000 m², localizado no Bosque da Saúde, em São Paulo/SP, com a premissa exclusiva de ser construída uma escola para surdos (MENDONÇA, 1996).

Teixeira (2008) reporta aos noticiários para descrever como foi esse acontecimento:

A partir daí, os apelos ganham cada vez mais visibilidade nos noticiários da imprensa, principalmente porque as irmãs da Congregação Nossa Senhora do Calvário no dia 26 de abril de 1935, receberam como doação um terreno situado no Bosque da Saúde, doado pela firma Rezende e Cia, aonde almejam construir sua sede, podendo atender todas as suas necessidades naquele momento, como também atingir um número maior de alunos na instituição (TEIXEIRA, 2008, p. 26).

Contudo, as Irmãs pretendiam expandir o Instituto Santa Teresinha. Então, para isso, com a ajuda do Colégio Sagrado Coração de Jesus, compram vários lotes avizinados ao terreno doado. Com isso, “conseguiram comprar mais sete mil metros quadrados, que era exatamente o que faltava para inteirar a compra de um quarteirão inteiro” (TEIXEIRA, p. 2008, p. 27), estendendo a área do projeto para 13.000 m². De posse da área, iniciaram a construção do estabelecimento. Ainda, em processo de construção, as Irmãs resolvem mudar-se para esse espaço, a fim de evitar a renovação do aluguel, pois seria um gasto a mais. Além disso, fizeram um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal (MENDONÇA, 1996).

No ano de 1938, “estavam matriculados no Instituto Santa Terezinha: 57 meninas internas, 12 meninos externos e 3 meninas semi-internas, eles pertenciam aos mais variados Estados: Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo”. (MENDONÇA, 1996, p. 65)

Como já mencionado, ao ser fundado, o Instituto Santa Terezinha tinha como propósito promover a educação de crianças portadoras de deficiência auditiva, de ambos os sexos, em regime de internato, semi-internato e externato. Desse número de matriculados, tinham os que eram beneficiados da gratuidade total e outros pagavam parcialmente pelo ensino. “A educação

dessas crianças tinha a duração de 8 anos, os alunos eram matriculados com a idade de 7 anos ou mais. Além da parte escolar, as meninas recebiam aulas de corte e costura, bordados, tricô, crochê e pintura” (MENDONÇA, 1996, p. 68).

Existia toda uma preocupação quanto à formação das Irmãs, que sempre procuravam estudar. Nesse sentido, realizavam cursos e participavam de congressos em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Maria/RS. “Com o passar dos tempos as Irmãs mais jovens fizeram em São Paulo cursos de especialização para deficientes de audição, entretanto com a diminuição do número de Irmãs o Instituto Santa Teresinha viu-se na obrigação de contratar professoras não religiosas” (MENDONÇA, 1996, p. 66). O Instituto Santa Terezinha primava pela qualidade da formação das professoras, prova disso é que também recebia visita de pessoas ilustres. Em 1952, prestigiou Hellen Adams Keller, escritora, ativista social norte-americana, surda-cega, personalidade mundialmente conhecida e dotada de excepcional inteligência (MENDONÇA, 1996).

O instituto precisava garantir seus gastos e se manter para que pudesse funcionar. Assim, precisou firmar diversos contratos com o governo, Secretaria do Estado e a Legião de Assistência (MENDONÇA, 1996), que “(...) exigiram a contratação de médico otorrinolaringologista, clínico geral, psicóloga, assistente social, fonoaudióloga e orientadora pedagógica” (MENDONÇA, 1996, p. 66).

Mendonça (1996), detalha os respectivos atendimentos no instituto:

A reabilitação da fala, da linguagem e da audição é realizada num prédio anexo construído posteriormente o qual contava com aparelho apropriado e a escolaridade era ministrada no prédio antigo. Além da escolaridade os alunos recebiam iniciação em cursos profissionalizantes que abriam perspectivas no mercado de trabalho acessível ao deficiente auditivo. Para atender às necessidades dos adolescentes e adultos que procuravam a entidade, organizou-se um atendimento mensal, aos domingos no período da tarde, o tempo era dividido em atividades de lazer e orientação religiosa, incluindo-se preparação para o batismo, Primeira Eucaristia e casamento. Além de momento de encontro para conversas e orientação pessoal. (MENDONÇA, 1996, p. 66)

Com a criação do Instituto Santa Teresinha, prosperou o Colégio incorporado no ano de 1954, conhecido atualmente como Organização Educacional Madre Maria Margarida (OEMAR). Todavia, o Colégio das Calvarianas acentuou a quantidade de alunos, fundando o ginásio, em 1961, e o colegial, em 1994 (LEONARDI, 2008). Na atualidade, as Irmãs

Calvarianas “possuem três colégios, sendo dois em Campinas e a OEMAR em São Paulo, e três institutos para surdos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.” (LEONARDI, 2008, P.250)⁴

Em se tratando da obra missionária das Irmãs Calvarianas, alguns grupos de suas comunidades realizam o trabalho itinerante, por meio da participação nas Pastorais. Atuam sobre a premissa de formar pessoas da comunidade que se tornam líderes em nível paroquial, onde posteriormente visitam locais mais precários. No ano de 1935, a Congregação esteve presente também na Amazônia, onde efetuaram muitos trabalhos frente à população carente de Rondônia e do Pará. A Congregação, sensibilizada com a invocação da Igreja, a pedidos dos bispos e padres, chegou ao Nordeste, no estado do Ceará, e finalmente no Piauí, com a finalidade de atender os apelos dos mais pobres – crianças, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência auditiva e mental (CALVARIANAS, 2022, online)⁵

Essa obra missionária, conforme Mendonça (1996), estendeu-se também pela região Centro-Oeste, especificamente em Brasília, quando, em 1965, a Madre Geral, Mère Pierre du Crist, ao visitar a nova capital, divulgou aspiração de que a Congregação Nossa Senhora do Calvário tivesse também no centro do país, como mencionado outrora, um instituto voltado para o atendimento de surdos. Sobre sua instalação no Distrito Federal, trataremos a seguir.

1.3. A instalação do INOSEB em Brasília

Figura 4 - Padre Vicente de Paulo Burnier



Fonte: (INOSEB, s.d.)

⁴ Atualmente, o Instituto Santa Teresinha é uma escola bilíngue que atende jovens surdos, localizado no Bosque da Saúde em São Paulo; já o OEMAR oferece a educação infantil, ensino fundamental 1 e 2, ensino médio e ensino integral. Não há nenhuma referência sobre o OEMAR ser uma escola bilíngue para surdos. Ambos ficam no mesmo Bairro da Saúde em São Paulo, mas em ruas diferentes.

⁵ O INOSEB atende também surdos-cegos e tem a mediação do guia-intérprete.

As Irmãs Calvarianas, incentivadas pelo Padre Vicente de Paulo Penido Burnier, primeiro sacerdote surdo brasileiro e conhecedor da situação das pessoas com surdez no Brasil e no Distrito Federal (CARDEAL ASSIS, 2021), decidem partir, em 1967, para Brasília, tida como “Capital da Esperança”. Um documento comemorativo dos 30 anos da Pastoral dos Surdos na cidade, localizada no INOSEB, enfatizando uma dimensão mística e espiritual por trás da decisão, descreve assim esse momento:

As Irmãs Calvarianas marcaram presença “no coração do Brasil” com o objetivo da criação de um instituto para trabalhar especificamente com os surdos. Então após um tempo de oração, discernimento e escuta, é oficializada no dia 17 de junho de 1969 a fundação INOSEB- Instituto Nossa Senhora do Brasil. Irmã Yolanda Baldioti é designada para iniciar a fundação INOSEB. Chega a Brasília inicialmente sozinha, e começa os preparativos para a construção da futura sede do Instituto. (PASTORAL DOS SURDOS, 2012, n.p.)

O livro do Cardeal Assis (2021) traz a informação de que a Irmã Yolanda Baldioti fundou a comunidade em Brasília, “tendo como Irmãs de comunidade as Irmãs Celina e Ruty Paltamimo” (CARDEAL ASSIS, 2021, p. 178). Ele apresenta que o objetivo da congregação, ao vir para Brasília, “foi trazer para a nova capital do Brasil a missão evangelizadora junto aos surdos, inicialmente por meio da educação especial.” (CARDEAL ASSIS, 2021, p. 178).

O processo decisório sobre vir à Brasília, contudo, parece ter sido um pouco mais complexo. Conforme uma das crônicas da Congregação, a Superiora Geral das Calvarianas, à época Mère Pierre du Christ, “não queria que o instituto fosse localizado no Plano Piloto, pois o achava grandioso demais”. (MENDONÇA, 1996, p. 169). Antes, queria que se instalasse numa “das cidades satélites, assim chamadas as subprefeituras que circundavam o Plano Piloto, que é propriamente Brasília, a Sede do Governo e os Órgãos governamentais, formando o conjunto: Distrito Federal.” (MENDONÇA, 1996, p.169). A cidade de Taguatinga – havia oito cidades satélites existentes naquele tempo – foi pensada para ser “uma possível fundação calvariana. Ali residia Dr. Chaves, irmão de Irmã Ana Maria de Jesus, colaborador e incentivador da obra.” (MENDONÇA, 1996, p. 169). Na verdade, já em 1966, Padre Vicente de Paulo Penido Burnier lançou a ideia da criação de um Instituto para deficientes auditivos, em Brasília, mas seu pedido, naquele momento, não entusiasmou a Congregação. Passado algum tempo, Padre Vicente, reforçado pelo estímulo de pessoas amigas e do Sr. Bertolino – “pai de duas alunas do Instituto Santa Teresinha” (MENDONÇA, 1996, p.169), o qual financiou a viagem das Irmãs comprando as passagens de avião até Brasília –, renovou o pedido. E em “resposta a tanta insistência, Irmã Yolanda pediu licença à Madre Maria Helena da Cruz, então Superiora Provincial, para fazer

uma tentativa com a intenção de desistir diante da primeira dificuldade que se apresentasse, certa das dificuldades que seriam muitas.” (MENDONÇA, 1996, p.169). E embarcou de avião para Brasília (MENDONÇA, 1996).

Como se nota na crônica da congregação, escrita em 1996 por Irmã Marlene Leite Mendonça, as origens e as causas da vinda das Irmãs à Brasília são explicadas como uma série de fatores e desencontros, desembocando, porém, numa decisão missionária da Irmã Yolanda de vir para a nova capital e enfrentar, em atitude quase “heroica”, as dificuldades que ali seriam encontradas. É um tipo de narrativa típica dos relatos religiosos, que vê na mão de Deus a guia e organizadora dos acasos da história.

Em 07 de março de 1967, ainda conforme a crônica em tela, outras três Irmãs também viajaram para Brasília (MENDONÇA, 1996). “Após três longas horas de viagem, chegaram na nova capital que tinha apenas sete anos de idade, ficando hospedadas junto às Irmãs de São Vicente de Paulo na casa do Dr. Chaves, na cidade satélite de Taguatinga.” (MENDONÇA, 1996, p. 170). Em seguida, procuraram o Sr. Arcebispo Dom Newton de Almeida Baptista, “a fim de pedir licença para tentar uma fundação na Arquidiocese, porém Dom Newton encontrava-se viajando. Enquanto aguardavam a sua volta, as Irmãs foram conhecer a cidade, procurar local para a possível fundação.” (MENDONÇA, 1996, p.170). A escolha inicial das Irmãs por tentar uma fundação fora do Plano Piloto – onde se concentravam os equipamentos educacionais, conforme plano educacional proposto por Anísio Teixeira (1961) – indica um interesse em atuar junto das crianças com deficiência dos meios proletários, já que era nas cidades satélites que residia a população operária do Distrito Federal, os construtores de Brasília, chamados de “candangos”. Porém, as coisas acabaram se encaminhando de outra forma, como registra a crônica escrita por Irmã Marlene Mendonça.

O Sr. Arcebispo, ao se encontrar com as Irmãs, as tratou de forma bastante entusiasmada e amigável – ao estar ciente que queriam instalar uma Casa numa cidade satélite, ele as sugeriu que abrissem no Plano Piloto, entretanto, Irmã Yolanda respondeu ao Arcebispo Dom Newton: “é grandioso demais, somos pobres, não temos patrimônio” (MENDONÇA, 1996, p.170). Ele teria replicado: “Eu também não tenho, mas Deus Pai tem muito” (MENDONÇA, 1996, p.170). E acrescentou às Irmãs: “(...) venham amanhã à Cúria” (MENDONÇA, 1996, p. 170). Ao fazer essa afirmação, causou “muita surpresa às Irmãs, pois conhecia o desejo de Sua Exc. de que as Irmãs procuravam de preferência as cidades satélites, onde se encontravam muitas famílias de pobres e – era justamente estes que as Irmãs procuravam – pelo fato de existir no Plano Piloto grande número de religiosas” (MENDONÇA, 1996, p.170). Então, no outro dia, “12 de março de 1967, Dr. Chaves levou as Irmãs à Cúria, onde receberam as instruções para os primeiros

passos. Um processo foi feito para solicitar ao Departamento da NOVACAP, uma área para uma escola de recuperação de assistência aos surdos-mudos”. (MENDONÇA, 1996, p.170).

De novo, a crônica religiosa vai anunciando uma espécie de providência divina a guiar os passos das Irmãs. Todavia, nossos olhos de historiadores nos fazem enxergar aí algo bem mais humano: uma boa rede de relações que as Calvarianas foram tecendo ao longo do tempo, com agentes religiosos (Pe. Vicente e o Arcebispo D. Newton), familiares (Dr. Chaves, irmão de uma das freiras) e, inclusive, com um órgão do governo do Distrito Federal, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), responsável pela distribuição de terrenos na cidade. Foi graças a essa insipiente rede que puderam dar início à implantação do INOSEB.

Segundo uma das crônicas da congregação, os planos das Irmãs estavam dando certo, pois não havia impedimentos “que se podia prever. Irmã Ana Maria da Eucaristia e Irmã Ana Maria de Jesus voltaram para São Paulo e Irmã Maria Ancilla (Yolanda) ficou ainda dez dias em Brasília, seguindo a tramitação do processo que teve despacho favorável. Foi doado ao Instituto Santa Teresinha⁶ uma área de 3.000 m².” (MENDONÇA, 1996, p. 170). Dr. Chaves aceitou ser procurador das Irmãs. Achando “insuficiente o lote já doado, entrou com um recurso para a aquisição de mais um lote. Foi então que começou uma série de dificuldades e debates junto à Companhia da Novacap” (MENDONÇA, 1996, p. 170). De novo, a mediação de um dos elos da rede de relações tecida pelas Irmãs se revela fundamental: a atuação do Dr. Chaves, no intuito de ampliar o terreno doado pela NOVACAP e, com isso, garantir o espaço adequado para a instalação do futuro INOSEB.

Até que no dia:

(..) 7 de janeiro de 1969, o Órgão Oficial do Distrito Federal, publicou a Ata da 533ª reunião do Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora/da NovaCap, autorizando a venda de mais um lote, ficando com uma área de 6.400 m², no Setor de Edifícios Públicos Sul EQ 714/914. (MENDONÇA, 1996, p. 170).

Dr. Chaves pediu que Irmã Yolanda acompanhasse todo andamento da obra de construção e os processos de legalização dos terrenos. Mendonça (1996, p. 171) relata que Irmã Yolanda “transferiu-se então para Brasília, deixando a direção do Instituto Santa Teresinha de São Paulo. Ficou hospedada no convento das Irmãs Franciscanas, norte americanas, da Paróquia Santo Antonio, Catedral Provisória”. As Irmãs demonstraram gratidão à grande ajuda, mas também estavam preocupadas com a regulamentação da área:

⁶ Instituto das Calvarianas em São Paulo, do qual o INOSEB viria a ser um braço no Distrito Federal.

Quanto devemos a essas Irmãs, bem como as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, as primeiras, a nos prestarem auxílio e as Irmãs de Notre Dame, pela hospedagem e acolhimento fraterno com que nos acudiram quando, a Irmã Maria Ancilla, sozinha em casa, precisava passar meses em Brasília. Vencida esta etapa, surgia outra mais dura: legalizar a doação e a compra dos lotes, passar a escritura da área, conseguir a demarcação da mesma e pensar na construção. (MENDONÇA, 1996, p. 171)

Logo adiante, Irmã Yolanda “procurava uma casa para ser alugada, na qual as Irmãs pudessem dar início a Obra. Madre Maria Helena da Cruz, em São Paulo providenciava uma equipe de Irmã que devia vir trabalhar em Brasília” (MENDONÇA, 1996, p. 171). As selecionadas foram: “Irmã Maria Ancilla, como superiora, Irmã Celina de Jesus, Irmã Maria de Lourdes de Jesus, Irmã Maria Madalena (surda) e Teresa de Assis uma moça surda de São Paulo.” (MENDONÇA, 1996, p. 171). Sendo escolhida a casa, “o Vice-Provincial dos Padres Redentoristas, Padre Costa, sabendo da procura das Irmãs, ofereceu-lhes o Centro Social e cultural, da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Lago. Casa boa nova, onde ninguém ainda havia morado.” (MENDONÇA, 1996, p. 171).

O grupo saiu de São Paulo e chegou à Brasília para instalar-se de vez:

(..) trazida pela Madre Maria Helena da Cruz acompanhada da Irmã Ana Maria da Eucaristia, no dia 25 de agosto de 1969. Após dezesseis horas de viagem, chegavam à Brasília onde aguardavam caloroso acolhimento por parte do Dr. Chaves, membros de uma família, o vigário da Paróquia, Padre Arthur Bonotti e Irmã Maria Ancilla, que chorava, de emoção e alegria. Enfim, ia ter uma comunidade, Madre Helena não cansava de agradecer a Deus por tudo que fizera por suas filhas em Brasília. E não deixou de enaltecer a perseverante intrepidez, a fé e a generosidade de Irmã Ancilla, que durante dois longos anos vinha fazendo a longa viagem: São Paulo – Brasília, lançou os fundamentos desta Obra tão difícil, em tão difícil circunstância. (MENDONÇA, 1996, p. 171)

Assim nasceu a primeira classe de surdos ministrada pela Irmã Celina, “sendo três alunos: Jaime Alberto Figueira Campelo, Teresa Cristina Figueira Campelo – irmãozinhos – e Alexandre Silva Adnet” (MENDONÇA, 1996). Nesse período, abriu-se a escola em “9 de setembro de 1969, quatorze dias após a chegada das Irmãs.” (MENDONÇA, 1996, p. 172). E o Sr. Arcebispo recebeu as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário acompanhado de Madre Maria Helena da Cruz, “que foram lhe pedir a benção, não escondeu sua satisfação e esperança.” (MENDONÇA, 1996, p. 172)

Existia uma grande expectativa de que as Irmãs realizariam “aqui um magnífico trabalho” (MENDONÇA, 1996, p. 172). Assim, o Arcebispo

Mostrou-se feliz ao saber que uma das Irmãs vira para o trabalho Paroquial, esta: Irmã Maria de Lourdes de Jesus. Dirigiu-se ao grande mapa para mostrar o campo imenso que aguarda os operários da Boa Nova. Em seguida prometeu-se que no dia 15 de setembro, celebraria em nossa Capela e faria a ereção canônica da nossa Casa em Brasília. Infelizmente, porém foi obrigado viajar e seus planos foram transformados. (MENDONÇA, 1996, p. 172).

Ao regressar à Brasília no dia 28 do referido mês, o Arcebispo Dom Newton foi recepcionado com muita alegria e satisfação pelas Irmãs (MENDONÇA, 1996). “Assim foi o primeiro passo, a primeira arrancada para implantação da congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário no ‘Coração do Brasil’, dentro da Capital da Esperança.” (MENDONÇA, 1996, p. 172).

Já o “segundo passo: em fins de 1969, Padre Arthur Bonotti foi transferido para a Casa dos Redentoristas de Aparecida do Norte. Substitui-o o Padre Gui, também Redentorista.” (MENDONÇA, 1996, p. 172). Mas, “este tinha uma maneira diferente de ver a permanência das Irmãs na Paróquia. Colocou dificuldades insuperáveis que obrigaram as Irmãs a procurarem outro local para prosseguirem sua missão” (MENDONÇA, 1996, p. 172). Então, as crianças foram retiradas pelas Irmãs, “mas permaneceram na Casa. A escola passou a funcionar em duas salas – emprestadas – no colégio de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, das Irmãs dos Sagrados Corações”. (MENDONÇA, 1996, p. 173).

O espaço foi disponibilizado pela Irmã Silvina, “pessoa grandemente aberta e disponível, cedeu as salas com alegria” (MENDONÇA, 1996, p. 173). A escola esteve lá por um período, até que o “Padre Célio Del’Amore, lazarista precisava de Irmãs para o seminário e para lá levou as Irmãs e a escola” (MENDONÇA, 1996, p. 173). Por essa razão, “a escola ficou reduzida a 6 (seis) alunos somente, devido à grande distância” (MENDONÇA, 1996, p. 173).

No ano de 1970, “Irmã Teresa Kaminsque⁷ veio substituir Irmã Maria de Lourdes Jesus que retornava a São Paulo. Irmã Maria veio substituir Irmãzinha Maria Madalena que também ficara em São Paulo. As Irmãs Permaneceram no seminário todo ano de 70” (MENDONÇA, 1996, p. 173). Contudo, houve desentendimentos entre os padres e mais uma vez as Irmãs precisaram deslocar-se:

Quando em fins de 1970, os problemas sérios entre Padres lazaristas que tomavam conta do seminário e o Sr. Arcebispo fecharam a escola e Irmã Maria com Irmã Catarina que se encontrava em Brasília, foram morar em Taguatinga com dona Benvinda, mãe da Madre Ana Maria de Jesus (MENDONÇA, 1996, p. 173).

⁷ O nome da Irmã Thereza Kaminski, aparece nas fontes de quatro formas: Teresa Kaminsque, Teresa Kamisque, Theresa Kaminski e Thereza Kaminski. Foi optado uniformizar na citação e será utilizado Thereza Kaminski.

Foi neste mesmo período de 1970, que receberam “Irmã Maria Ruth que veio substituir Irmã Celina que, com Thereza Kaminski, mudou-se para Catanduva.” (MENDONÇA, 1996, p. 173). Quando em 1971, a Superiora Provincial Ana Maria de Jesus, convidou as Irmãs Maria e Catarina para voltar à “São Paulo e Irmã Yolanda, ficou sozinha cuidando da construção da Casa própria. Irmã Yolanda morou na comunidade da várias Congregações” (MENDONÇA, 1996, p. 173). Além disso, Irmã Yolanda hospedou-se “no apartamento da tia Rosa, tia da Madre Ana Maria de Jesus, com a família Sarkis, proprietária do Hotel das Nações.” (MENDONÇA, 1996, p. 173).

Mais uma vez – é algo que devemos reter da crônica em tela aqui interrogada –, é com uma rede de relações, agora ampliada pelo apoio recebido de outras ordens religiosas instaladas em Brasília e de membros da comunidade, que o trabalho das Calvarianas conseguiu iniciar-se na cidade. Sem uma sede própria, dependeram da ajuda de congregações já devidamente instaladas e em atividade no Distrito Federal, que lhes cedessem espaço físico: congregações femininas, como as Irmãs Franciscanas e as Irmãs de Notre Dame, e também congregações masculinas, como os padres Redentoristas e os Lazaristas. Nem sempre, contudo, o apoio foi constante, mas, no seu conjunto, propiciou as bases para os primeiros passos das Calvarianas para a instalação do seu Instituto. Quando faltou a ajuda dos religiosos, entrou em cena a solidariedade da comunidade local: a mãe de uma das religiosas cedendo sua própria casa para a congregação e uma família envolvida com o setor hoteleiro da capital. É um testemunho de que a rede de relações das Calvarianas ampliava-se ainda mais, ao mesmo tempo em que iam desenvolvendo o trabalho educativo com as crianças surdas da cidade.

Paralelamente a esse processo, as Irmãs buscaram o reconhecimento legal do INOSEB, junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal.

No ano de 1969 (com conclusão em 1970), as Irmãs Calvarianas, a fim de regularizar a situação do INOSEB, fizeram uma solicitação para autorizar o funcionamento do Instituto. Conforme documento localizado na instituição – o parecer de nº 96/ 70 do Conselho de Educação do Distrito Federal –, é possível recuperarmos alguns vestígios do processo legal. Lê-se no documento:

(..) Pedido de autorização para funcionamento do Instituto Nossa Senhora do Brasil, escola especial para surdos, e aprovação do curriculum vitae de sua diretora Yolanda Baldiotti (Irmã Maria Ancilla) e Areídes de Frelria (Irmã Celina de Jesus) e Thereza Kaminski. (INOSEB, 1970, p. 1)

Uma primeira questão abordada pelo documento é a que diz respeito às credenciais profissionais das Irmãs que estariam atuando na escola. Sobre o currículo da diretora, Irmã Yolanda, o parecer traz as seguintes informações:

1- Apreciação da capacidade funcional do diretor e corpo docente.

à fls. 9 do processo consta o currículo de:

Yolanda Baldiotti- Certificados e Registros –

a) atestado de habilitação para o ensino particular (Delegacia Regional de Ensino de Campinas-S.Paulo; respectivos registros e certificados (Departamento de Educação de S. Paulo – 1939).

b) certificado de habilitação para o ensino de surdos-mudos do Instituto Santa Teresinha de S.Paulo – 1943 visando em 1963 pelo Supervisor Geral do Serviço de Educação de surdos-mudos (a fls. 21), e respectivo registro.

c) certificado de aptidão pedagógica para o ensino de surdos-mudos da Federations des Associations de Patronage de Institutione de Surds-Muets at d' Avengles de France Nantes (sic) 1958, por tese apresentada sobre fases da leitura da fala.

Funções Desempenhadas: professora no pré-primário do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Campinas (SP)1 ano; professora de surdos no Instituto Santa Teresinha – S.Paulo – 17 anos; diretora do mesmo estabelecimento (1959 a 69); fundadora e diretora do Instituto N. S^a do Brasil em Brasília.

Além dos certificados apresentados, a fls.9 do processo cita os vários cursos feitos com pessoas altamente credenciadas, visando constante aperfeiçoamento na sua especialização. (INOSEB, 1970, p. 2)

Aqui, nesse currículo da Irmã Yolanda, nos deparamos com o um rico capital cultural e sua capacitação para o trabalho com surdos, onde obteve, dentre outros, certificado de instituição francesa, com “tese apresentada sobre fases da leitura da fala”. Bem provável que esse certificado tenha sido emitido pela Sede das Irmãs Calvarianas, em Bourg la Reine, na França, embora o documento mencione a cidade francesa de Nantes. Era comum, na prática das Calvarianas, que fossem enviadas Irmãs para França, onde recebiam formação. Entretanto, o documento não deixa claro se isso aconteceu com a Irmã Yolanda por uma decisão da ordem ou iniciativa própria, mas testemunha que obteve “certificado de aptidão pedagógica para o ensino de surdos-mudos”. A referência ao tema de sua tese evidencia que tal especialização a capacitara para a prática da pedagogia oralista, então em voga e considerada a mais adequada para a educação das pessoas com surdez. Encontra-se, ainda, nessa fonte, a informação de que, antes de fundar o INOSEB, Irmã Yolanda teve vasta experiência no trabalho como professora e diretora no ensino de surdos, atuando nas instituições pioneiras da congregação: o Sagrado Coração de Jesus e o Instituto Santa Teresinha. Sabia educar, mas sabia também gerir, duas aptidões desejáveis para quem seria diretora de uma instituição educacional.

Depois de especificar a formação e credenciais da diretora Irmã Yolanda, o parecer vai descrevendo também as formações das demais professoras:

Araídes de Frelria (sic) - certificado e registros: a) registro de prof. particular para o ensino de surdos do Departamento de Educação de São Paulo -2-12-63; b) certificado de habilitação para o ensino de surdos do Instituto Santa Teresinha de São Paulo, datado de 24 de dezembro de 1945 e visado em 31/10/63 pelo Supervisor Geral do Serviço de Educação de Surdos; c) declaração a fls. 38 do processo de ter frequentado o curso de foneatria (sic) ministrado pelo Dr. José Resende Barbosa e Dr. Artur Mangabeira e o curso Montessori com Pêre Port, professor francês.

Funções desempenhadas: - professora de surdos durante 18 anos no Instituto Sta. Teresinha; membro participante de semanas do excepcional, realizadas no Rio e São Paulo e em 1967 foi uma de suas diretoras; fundadora do Instituto N. S.^a de Lourdes no Rio de Janeiro e professora; membro da sociedade de Foneatria do Dr. Pedro Bloch.

Thereza Kaminski - Diploma de curso normal de grau colegial do Instituto E. E. Conde José Vicente de Azevedo de S. Paulo 1976; certificado de conclusão de curso de prof. especializados – Universidade de Sta Maria R.G. do Sul (1 ano); registro de prof. primário na Secretaria de Educação e Cultura do D.F. – 15 de maio de 1970.

A fls. 11 do processo a requerente – Yolanda Baldiotti aponta como fator positivo para a apreciação do seu currículo os muitos anos de eficiente experiência educacional que possui, salientando que a época em que iniciou o magistério, a Secretaria de São Paulo não exigia o diploma de curso normal, sendo considerado do maior interesse a utilidade imediata para a comunidade, o curso de especialização, considerado curso normal de especialização, complementado por cursos de aperfeiçoamento relativos à educação e promoção do deficiente auditivo.

2-à fls, 56; em resposta a pedido de diligência informa que o curso realizado no Instituto Santa Terezinha, durou 2 anos (1941 a 1943) e constou de aulas teóricas; trabalhos práticos e longos estágios e o conteúdo programático foi extraído da Escola Francesa de N. Fourgon e N. Toulon todo ele baseado em linguagem falada.

3-A fls. 57 do processo constam as disciplinas do curso, sendo 8 na 1^a e 6 na 2^a série.

Comparando-se o Instituto Sta Terezinha e o do Instituto Nacional de Educação de Surdos, observa-se equivalência naquelas disciplinas que objetivaram a especialização, havendo no currículo do INES as constatou na Lei Orgânica do Ensino Normal, aprovada pelo Decreto Lei 8530 de 2/1/46 o que confere ao professor especializado formado dentro dessa estrutura disciplinas, os direitos previstos naquele diploma legislativo. O programa do Instituto Sta. Teresinha visa exclusivamente a educação especial. (INOSEB, 1970, p. 3)

Nota-se que o currículo das Irmãs acima revela que elas eram bem preparadas para o ensino dos surdos, além também da vasta experiência como docentes. Em se tratando da Irmã Araídes de Frelria, além de longos anos como professora, teve formação com professores franceses. A competência dessa religiosa é destacada quando nos é apresentado que a mesma foi fundadora do Instituto N. S.^a de Lourdes, no Rio de Janeiro. E além de docente, era membro da sociedade de Foneatria do Dr. Pedro Bloch. Conforme relata Abreu

Pedro Bloch (RJ) e Mauro Spinelli (SP) trouxeram a Foniatria para o Brasil como especialidade médica. No Rio de Janeiro, o Instituto de Educação de Surdos (INES) ficou com responsabilidade da escolarização de deficientes auditivos, mas também tinha preocupação voltada para os problemas da voz, fala e linguagem. São Paulo ficou mais voltado para os problemas de escolaridade decorrentes da surdez, mas ambos os estados tratavam dos problemas de comunicação. Nas décadas de 40 e 50 manifestava-se a concretização do profissional especializado que era a professora, atuando na eliminação dos problemas da fala, surgindo então a palavra ORTOFOBIA que significa pronúncia normal e correta, ruído de vozes ou a arte de combinar sons, conseqüentemente a palavra Ortofonia foi substituída por Terapia da Palavra. Nesta mesma época, Pedro Bloch fez a reeducação dos problemas da fala e voz, criando o setor de Foniatria da Associação Brasileira de Reabilitação (ABBR). (ABREU, 2009, p. 12)

Ao longo da história, “a reabilitação de sujeitos Surdos esteve a cargo da educação especial que realizava, em seu espaço pedagógico, o ensino da fala a esses sujeitos, considerando as suas possibilidades de aprendizado dessa modalidade de comunicação” (NASCIMENTO e MOURA, 2018, p. 3). Esse trabalho era desenvolvido “por meio de exercícios articulatórios e de compensação auditiva” (NASCIMENTO e MOURA, 2018, p. 3). Acreditava-se que todos os surdos deveriam “se submeter a um processo de reabilitação” (LORENZINI, 2004, p. 15), iniciando “com a estimulação auditiva precoce” (LORENZINI, 2004, p. 15). Esse processo tinha como objetivo

(...) aproveitar os resíduos auditivos que os surdos possuem e capacitá-las a discriminar os sons que ouvem. Através da audição e, também a partir das vibrações corporais e da leitura oro-facial, a criança deve chegar à compreensão da fala dos outros e, finalmente, começar a oralizar. (LORENZINI, 2004, p. 15)

O currículo de Irmã Araídes indica que além de ela estar devidamente preparada para o trabalho com surdos, estava inserida numa sociedade científica que tinha por característica debater o que de mais moderno havia em termos de “reabilitação” de pessoas com surdez, revelando estar atualizada nas estratégias de atendimento educacional aos surdos. Sua linha de formação, inclusive, mantém-se naquela que seria a característica pedagógica do INOSEB: a oralização.

Ao final, os currículos das Irmãs foram aprovados pelo Conselho de Educação do Distrito Federal:

1º) A Instituição que forneceu os certificados de especialização é idônea, constatando-se isso pelo currículo que desenvolve pelos anos de eficiente atividade e pelo fato de ser reconhecida como autoridade pública do Estado onde se radicaliza a qual forneceu registros e visou os certificados das requerentes.

2º) Fazendo-se um estudo comparativo dos currículos do Ines e do Instituto Sta Terezinha, verificou-se que algumas das disciplinas não constantes do currículo deste Instituto são as previstas no art. 9º da lei 8530/46 que permite a formação de professores primários em dois anos intensivos.

4º) O Instituto Sta Terezinha deu mais ênfase às disciplinas que se ocupam da problemática do surdo ao passo que o Ines armou sua estrutura curricular baseada na do ensino normal, acrescida da estrutura curricular especializada.

5º) Será válido o argumento baseado no art. 116 da L.D.B. no julgamento do presente caso?

Art. 116-“Enquanto não houver número suficiente de professores primários formados pelas Escolas Normais ou pelos Institutos de Educação e sempre que se registre esta falta, a habilitação ao exercício do magistério a título precário até que cesse a falta, será feita por meio de exame de suficiência realizado na Escola Normal ou Instituto de Educação Oficial, para tanto credenciado pelo Conselho Estadual de Educação.

Ao término do exame da documentação apresentada, o INOSEB foi aprovado pelo conselho:

O relatório é favorável e enfatiza o material utilizado, visando a educação especial. Apenas chama a atenção para a necessidade de ser melhor atendida a escrituração. A entidade mantenedora do Instituto Nossa Senhora do Brasil e sua congênere de São Paulo - Instituto Santa Teresinha – e sua capacidade financeira poderá ser avaliada pelo fato de ter a Caixa Econômica efetuado o empréstimo para a construção da sede definitiva que já foi iniciada nesta Capital na Avenida W4 – Q 714/914). (INOSEB, 1970, p. 8)

Quanto à estrutura curricular, o parecer apresenta que o funcionamento do Instituto seria dividido nas seguintes etapas da educação: a) Jardim de Infância - de duração variável; b) Classes Preliminares: 1º, 2º e 3º nível e c) Curso Primário até a 5ª série. (INOSEB, 1970). As crianças atendidas pelo INOSEB, dessa forma, tinham na instituição o seu primeiro contato com o mundo da escola e da escolarização, já que esta receberia alunos do jardim de infância à 5ª série do ensino primário (prevendo, ainda, classes preliminares para o atendimento de necessidades específicas dos educandos). Era uma socialização entre pares, ou seja, exclusiva para crianças com surdez. O atendimento dos três primeiros anos do primário era especializado, chamado de nível 1 (INOSEB, 1970), ao passo que nas séries “posteriores passa-se ao ensino comum, concomitantemente com o ensino especial” (INOSEB, 1970, p. 9). Em cada classe haveria 8 alunos (INOSEB, 1970), o que aponta que a escola, quando viesse a funcionar completamente com todas as séries e turmas previstas, poderia chegar a uma média de 72 alunos, sendo uma instituição de pequenas proporções para os padrões do sistema educacional de Brasília, cujas escolas públicas primárias previam receber 480 alunos em dois turnos (TEIXEIRA, 1961).

Superadas, assim, as formalidades legais, o foco das Irmãs passou a estar na construção da sede própria do INOSEB, o que ocorreu de 1971 a 1973. Conforme uma das crônicas, “os trabalhos da construção foram acelerados, cursistas, amigos e simpáticos à Obra ajudaram muito, organizando promoções beneficentes: filmes, chá, jantar, etc, para conseguir dinheiro” (MENDONÇA, 1996, p. 173). A fotografia da figura 5, tirada em 1971 aproximadamente, retrata um desses momentos de angariação de recursos para a construção.

Figura 5 – Irmã Yolanda recebendo um cheque para a construção do INOSEB



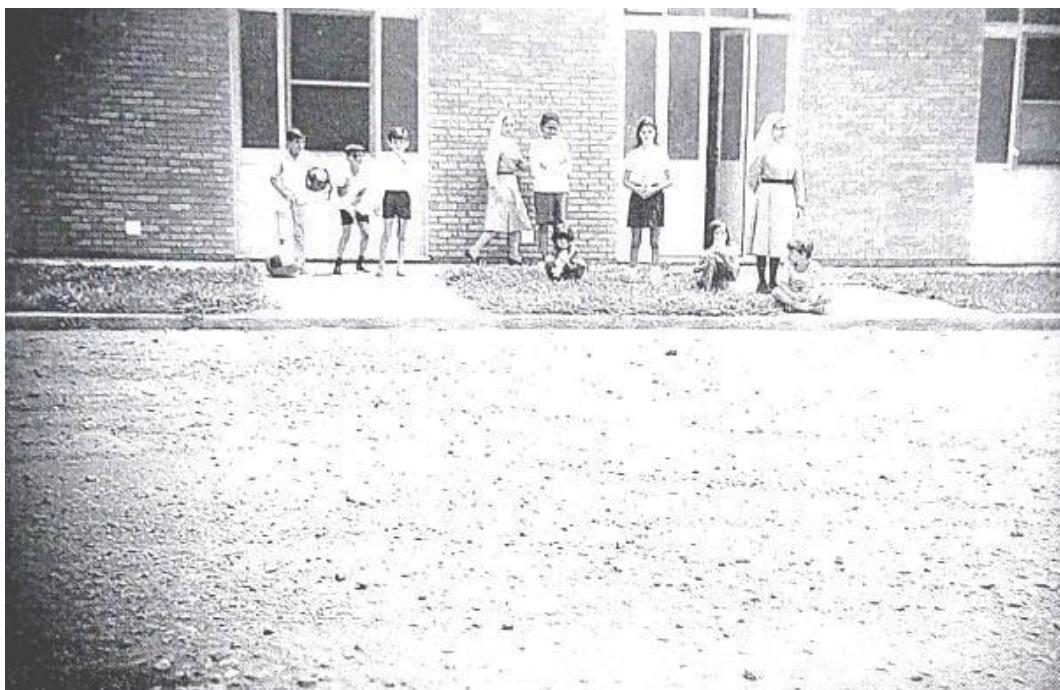
Fonte: (INOSEB, s.d.)

A intencionalidade do fotógrafo parece ter sido a de registrar um flagrante de solidariedade da sociedade brasiliense para com as Calvarianas e sua obra. Na fotografia, vemos um senhor de terno e gravata entregando para Irmã Yolanda o que parece ser um cheque – ou seja, doação financeira. O ato da entrega foi solenizado com a participação e assistência de algumas alunas (não sabemos se do INOSEB ou do Colégio Notre Dame, que, como vimos, acolheu as Irmãs e sua escola provisoriamente nessa mesma época) que, junto com outros quatro adultos não identificados (dois homens e duas mulheres), posam para o retrato que fixaria para a posteridade, agora através de uma imagem, a eficaz rede de relações estabelecida pelas Irmãs, possibilitando-lhes o vil metal para a efetivação do seu intento de construção de uma escola para surdos em Brasília.

Conforme outra crônica da Congregação, com o avanço da construção do prédio do INOSEB, enquanto não era concluída, as Irmãs puderam contar com algumas “pessoas solidárias que cederam o espaço para que a educação de surdos não parasse. Entre esses espaços está o salão paroquial da Igreja Cura D’Ars e as Irmãs do Colégio Notre Dame” (PASTORAL

DOS SURDOS..., 2012, n.p.) Uma fotografia localizada no INOSEB (Figura 6) apresenta os alunos com as Irmãs nesse colégio.

Figura 6 – Flagrante das religiosas e alunos no pátio do Colégio Notre Dame



Fonte: (INOSEB, s.d.)

A fotografia acima recortou do passado uma representação do cotidiano educacional propiciado pelas Calvarianas às crianças surdas. Vemos oito crianças sendo atendidas por duas religiosas, de hábito. Os três meninos à esquerda parecem estar no intervalo de uma brincadeira com bola, enquanto os demais sugerem estar descansando de alguma atividade realizada no momento anterior ao corte fotográfico. Uma das Irmãs se movimentou na hora da pose, como que caminhando em direção à porta aberta, talvez, rumo a algum afazer. A outra freira posa entre duas crianças, embora mantenha o olhar para algum ponto fora do campo da foto. No conjunto, a imagem congela no tempo um instante do trabalho educativo do INOSEB, realizado pelas freiras e sua pertinácia, mesmo sem ter ainda sua sede própria, o que faz da fotografia, hoje arquivada, testemunho dessa atuação.

Em 1972, uma reportagem do *Correio Braziliense*, “Ensino de Surdo reclama auxílio”, descreve como foi esse período de espera pela concretização da construção do INOSEB:

Até o início do ano que vem as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, responsáveis por uma das obras de maior alcance social de Brasília – a escola para crianças com deficiência auditiva – esperam concluir a primeira etapa das instalações próprias do Instituto Nossa Senhora do Brasil, situado entre as

quadras 714/914 Sul (W4). Tudo vai depender da colaboração da população brasiliense. Especializadas na educação de crianças surdas-mudas, as Irmãs chegaram à Capital em 1969 e se instalaram provisoriamente, na paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Lago e no Seminário Nossa Senhora de Fátima, onde atendiam normalmente vinte cinco alunos, mas estendia a sua assistência a cerca de quarenta, principalmente a crianças oriundas da antiga Vila do IAPI, através do método de visitas a domicílio, já que os meninos não possuíam condições de locomoverem. Dirigidas pela Irmã Yolanda Baldiotti, as Irmãs de N.S.Calvário, em número de quatro, desenvolveram suas atividades utilizando-se do método de educação auditiva e fonética de terapia da fala, através de aparelhos eletrônicos específicos. Dessa maneira as crianças submetidas a esse método aprendem a falar fazem todo curso primário podendo esse após a conclusão, receber iniciação profissional, integrando-se, portanto, na sociedade, como criaturas úteis e ajustadas. Em virtude de não possui sede própria, o Instituto para crianças surdas-mudas tem lutado com sérias dificuldades. (ENSINO DE SURDO..., 1972, p. 38)

O trecho acima revela que o trabalho das Irmãs em Brasília tinha um cunho social bastante relevante. Além da preocupação com a educação dessas crianças (que por conta da distância não conseguiam chegar até a escola), existia uma dedicação pela obra de caridade, por meio de visitas às residências desses alunos. Mais do que instrução do ensino, que era oferecido aos alunos surdos, existiam também, conforme relata o jornal, ajuda às famílias necessitadas da antiga Vila do IAPI, uma ocupação irregular que foi “removida para Ceilândia, [localidade que] apresentou queda na qualidade de vida, uma vez que o local para onde os moradores foram destinados não possuía o mínimo de estrutura básica” (OLIVEIRA, 2007 p. 11).

Quanto “(...) à questão social, a mudança da Vila IAPI para a Ceilândia ocasionou significativa redução de renda nas famílias. Por ser muito distante do Plano Piloto, a locomoção ficava mais cara para o centro ofertador de serviço” (OLIVEIRA, 2007, p. 104). Isso revela que muitas dessas crianças estavam em situação de vulnerabilidade, uma vez que, devido a mudança para a Ceilândia, podem ter sido acentuados “os índices degradantes de violência, alcoolismo, prostituição, tráfico e desesperança” (OLIVEIRA, 2007, p. 106), a ponto de, no olhar retrospectivo próprio do historiador, sabermos que “em menos de dez anos a Cidade Satélite criada para resolver os graves problemas sociais das Vilas-Invasões, se destacou com o maior índice de criminalidade de todo o Distrito Federal” (OLIVEIRA, 2007, p. 106). Assim, sob forte apelo social, a reportagem também apresentou ao leitor a obra assistencialista dessas religiosas.

As Irmãs Calvarianas mantinham a sobrevivência do Instituto por meio de doações. Por essa razão, sofriam grandes dificuldades, pois dependiam dessas ajudas. Percebe-se na reportagem que isso trazia elas certa frustração, pois almejavam, o quanto antes, o término da construção da escola. Existia então, por parte das Irmãs, preocupações com a obra, que era

morosa em decorrência da falta de recursos, e também com as necessidades dos alunos. Por essa razão, presumimos que as religiosas procuraram o Jornal *Correio Braziliense* para solicitar auxílio para divulgação, pois estavam sob risco de fechar o estabelecimento caso não conseguissem a ajuda tão esperada.

Sobre o modelo de educação de surdos ministrado na escola, a reportagem confirma uma vez mais que era uma educação oralista, isto é, preocupada com o desenvolvimento da fala por partes das crianças surdas. Embora esse modelo seja fortemente rejeitado na atualidade, era a proposta pedagógica mais aceita à época para a educação de surdos, o que confirma, mais uma vez, a atualização pedagógica das Calvarianas para esse ensino especializado.

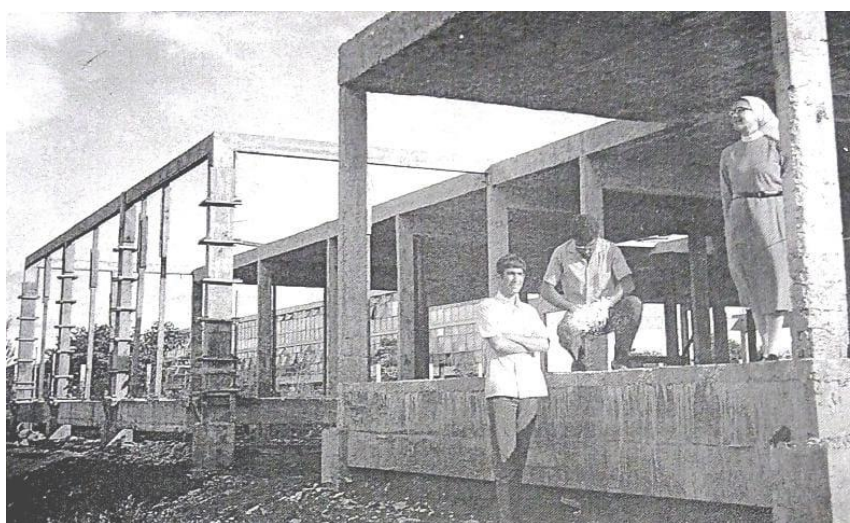
O periódico segue relatando que ainda estava em fase do processo de construção da primeira etapa do INOSEB:

No momento, enquanto as irmãs tentam angariar recursos para conclusão da primeira etapa da obra (quatro salas de aula e um pequeno internato) as crianças são atendidas no Salão Paroquial da Igreja Cura Santo D' Ars na 914 em caráter precário e provisório. Num levantamento feito as Irmãs constataram a existência de 250 a 300 crianças em Brasília com deficiência auditiva e que precisam de assistência especializada. Algumas estão matriculadas em escolas especiais do governo, outras sem nenhuma assistência, assim torna-se necessário a conclusão das instalações do Instituto e obra. As Irmãs lançam um apelo a toda a população brasiliense afim de contribuírem para o andamento e conclusão da obra. Em entrevista com Irmã Yolanda, ela aponta que o ideal para crianças, na convivência com outras sadias é progredir mais e integrar com mais facilidade na vida da comunidade. A expectativa é que quando o Instituto esteja concluído sua primeira etapa, poderá receber em média de 25 a 30 alunos e trabalhará em convênio com a Assistência a Secretaria de Serviços Sociais e a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, afim de que possa assistir de igual maneira não só àqueles que tem condições de custear suas despesas como aqueles que não dispõem de recursos. A escola recebeu recentemente da Divisão de Educação Complementar do MEC, três conjuntos eletrônicos para educação auditiva que havia chegado de São Paulo. (ENSINO DE SURDO..., 1972, p. 38)

A atitude das Irmãs em recorrer ajuda ao Jornal *Correio Braziliense* demonstra a intenção de conseguir alguma ajuda financeira por meio da divulgação de sua obra assistencialista e expandir o atendimento às crianças surdas. Sugere-se com isso que mesmo existindo algum atendimento por parte do governo, não era suficiente o suprimento dessa demanda, tendo em vista o alto índice de crianças com deficiência auditiva em Brasília nessa época. Percebe-se também que existia, por parte do governo, um convênio junto ao órgão competente de educação do Distrito Federal e a doação de recursos eletrônicos oriundos de São Paulo/MEC, visando otimizar o trabalho educativo das religiosas, novamente pelo viés da oralização.

Na fotografia a seguir (Figura 7), vemos retratado o momento de construção dessa primeira etapa do prédio a que se refere o jornal. Irmã Yolanda parece fixar o seu olhar para o horizonte. Esse olhar, talvez, tenha querido representar sua esperança no futuro, que estava sendo preparado naquele momento da construção do edifício. Os dois homens, que parecem ser operários, ajudam a compor a cena: enquanto um deles para e posa para a fotografia, o outro continua seu trabalho, como que a sugerir ao expectador da imagem que o que fazia – a construção do INOSEB – era urgente e não podia esperar.

Figura 7 – Construção das salas de aula e um pequeno internato - 1ª etapa do INOSEB



Fonte: (INOSEB, s.d.)

O apelo das Irmãs através do *Correio Braziliense* somado a outras iniciativas já mencionadas parecem ter surtido efeito. Em 02 de março de 1973, foi inaugurada a sede do INOSEB, quando sua equipe, “as Irmãs: Miriam (Helena C. Croda), Clotilde e Ancilla (Yolanda) entraram, definitivamente em casa nova. Nesse ano tiveram 18 alunos e quatro professoras: Irmã Miriam, Francisca Perdigão, Maria do Rosário e Dalva de Carvalho, esta última voluntária” (MENDONÇA, 1996, p. 173).

Na fotografia da Figura 8, vemos a família Chaves – colaboradores da primeira hora, cujo chefe, Dr. Chaves, era irmão de uma das religiosas e procurador da Congregação – ajudando a colocar a 1ª placa de identificação do Instituto Nossa Senhora do Brasil:

Figura 8 – Família Chaves, colaboradores do INOSEB, ajudando a colocar a 1ª placa de identificação do Instituto



Fonte: (INOSEB, s.d.)

Chama a atenção nessa foto o senso de coletividade envolvido no momento do registro: um trabalho voluntário de pessoas que se sentiam solidárias a ajudar as religiosas. A fixação da placa que identifica o território da Escola Especializada de Recuperação e Assistência aos surdos-mudos nos denota ao tipo de educação oferecido naquele período, a qual visava recuperar o surdo. A obra das Irmãs também pretendia dar assistência às famílias e aos alunos, por meio de visitas às casas das famílias, ensino para os surdos-mudos e apoio psicopedagógico aos alunos. Mais do que fotografar uma placa com dizeres de identificação, a foto congela no tempo uma espécie de tomada de posse do terreno onde estava levantada a sede do INOSEB na capital federal, resultado de um processo iniciado alguns anos antes.

Um último registro fotográfico é revelador de como as Irmãs conseguiram efetivar a instalação do Instituto Nossa Senhora do Brasil: por meio de uma rede consolidada de colaboradores (Figura 9):

Figura 9 – Inauguração da Sede do INOSEB



Fonte: (INOSEB, s.d.)

Vemos, representadas na fotografia, 75 pessoas, em sua maioria mulheres. O padre, no canto esquerdo, era Vicente Burnier, o incentivador da vinda das religiosas para Brasília. No centro, vemos duas freiras calvarianas (uma delas, Irmã Yolanda). Fora esses religiosos, são 72 os leigos, membros da sociedade brasiliense, posando para o fotógrafo. Ou seja, temos, diante dos olhos, o testemunho da ampla rede de relações que propiciou a instalação do INOSEB e a construção de sua sede em Brasília, uma rede iniciada com poucas pessoas e, agora, exponencialmente maior, cuja colaboração, tida por essencial pelas religiosas, pode ter sido o motivo da fixação no tempo daquele momento em que todos se alegravam pelos resultados do trabalho coletivo articulado pelas Irmãs: a inauguração do prédio do Instituto Nossa Senhora do Brasil, fruto do capital educacional e das redes de relações que as calvarianas souberam cultivar e do capital cultural para a educação de surdos que estas possuíam.

A pretensão deste capítulo foi o de investigar o processo de instalação do INOSEB em Brasília enquanto instituição educativa, tratando-se de vestígios das primeiras iniciativas de educação de surdos em Brasília, relatados pelas páginas do jornal Correio Braziliense de 1960 a 1970. Quando ao retratar na primeira parte a reportagem um culto que seria realizado pela

Igreja Luterana, resultado da disseminação europeia, nos foi revelado o trabalho de evangelização voltado para os surdos realizado por essa instituição evangélica. Abordando para esse público, que até então, estava vinculado ao movimento missionário em todo o Brasil. Acreditamos que graças a esse trabalho missionário dessa Igreja, assim como das Irmãs Calvarianas, foi possível uma visibilidade maior para com as pessoas surdas, na nova Capital.

Ao direcionarmos para a segunda reportagem que versa sobre a história do ensino especial em Brasília, onde os surdos estavam inseridos e cuja finalidade era aprenderem a leitura labial, seguindo as tendências da pedagogia oralista e depois eram direcionados ao ensino comum, compreendemos que o propósito da educação nesse período era a recuperação da fala dos surdos, porque “o mais importante era saber ‘falar’, fazendo com que os surdos sejam próximos de modelo ouvintes de serem ‘normais’, segundo eles, mesmo que seja de forma mecânica” (STROBEL, 2008, p. 48).

Nos foi informado também sobre a Escola de Surdos em duas reportagens escritas pela jornalista Yvonne Jean, localizadas na sede da Associação de Professores Primários e Secundários, que tratam da trajetória dessa instituição, que se instalou até o ano de 1964, quando encerrou-se sua atividade. Embora seja uma informação bastante relevante e preciosa para esse estudo, não foi possível identificarmos maiores informações a respeito, deixando assim uma lacuna na historiografia da educação de surdos, pois, dessa maneira, questionamos como funcionava essa escola, embora tenhamos buscado respostas por outros meios investigados, as fontes não nos puderam responder, nos levando a crer que é oportuno e necessário estudar com maior profundidade futuramente.

Dentro desse contexto, o Distrito Federal iniciava o seu ensino público, chegaram juntamente com ele as Irmãs Calvarianas com seu carisma voltado para os surdos, que também já era atuante em outros estados brasileiros. Assim, iniciou-se a segunda parte desse capítulo, a qual abordou a trajetória histórica da Congregação de Nossa Senhora do Calvário e a educação de surdos por meio do livro elaborado pelo INOSEB, sem publicação, *90 anos de Presença Missionária Calvariana*, onde celebra a partir do seu fundador o Padre Missionário Francês Pierre Bonhomme.

A representatividade do fundador das Irmãs Calvarianas é nitidamente notada em todos os trabalhos vinculados ao INOSEB, assim como as demais instituições lideradas pelas religiosas. Esse personagem simbolizou a coragem e desprendimento para com a educação de surdos, até mesmo por ter vivenciado a dificuldade que enfrentou - após muitos anos a sofrer de uma doença que o deixou afônico, o que o impossibilitou de falar. Essa experiência de vida despertou a vontade de criar o grupo Filhas de Maria, cujo propósito era formar Irmãs

educadoras, preferindo ajudar os mais marginalizados (dentre eles os surdos), os doentes mentais e os idosos.

Após o delineamento dos acontecimentos que marcaram a fundação da Congregação das Calvarianas, alcançamos o momento em que instalou o INOSEB com a vinda de suas fundadoras, onde engendraram uma rede de relações, para então ocorrer a concretização da inauguração do seu Instituto, em Brasília. É o início de suas práticas educativas voltadas aos surdos do Distrito Federal, que aprofundaremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 – AS CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO INOSEB

Em Brasília, as atividades desenvolvidas no INOSEB pelas Irmãs Calvarianas tiveram o reconhecimento da sociedade local, que percebeu o Instituto como uma importante organização católica, tendo esta perdurado até os dias atuais.

Nascido 9 anos após o surgimento da nova capital do Brasil, o INOSEB teve sua “inauguração em 17 de junho de 1969” (INOSEB, s.d., p. 1). Suas atividades começaram em uma “pequena sala da residência das Irmãs Calvarianas e a medida em que ela foi crescendo as Irmãs foram ampliando os espaços da casa para acolher os surdos que cada vez mais buscavam os serviços” (INOSEB, s.d., p. 2). “Aos poucos foram chegando mais Irmãs Calvarianas para somarem na missão do INOSEB juntamente com Irmã Yolanda e Irmã Helena.” (INOSEB, s.d., p. 2). Conforme outrora referido, além de ter funcionado como uma das principais instituições de ensino para surdos no modelo de internato e externato (décadas de 1960 a 1970), o INOSEB também firmou convênio com o CEAL-LP.

Dito isso, o objetivo específico deste capítulo é analisar as características das práticas educativas do INOSEB nos anos 1970-1990. Ele está dividido em três partes: na primeira, nós analisamos as práticas educativas voltadas para o surdo no INOSEB; na segunda, investigamos as práticas educativas de educação católica voltadas para o surdo no INOSEB; e na terceira, traçamos alguns fragmentos de itinerários educativos de surdos atendidos pelo INOSEB.

2.1. Práticas educativas do INOSEB

O INOSEB é uma instituição filantrópica/ católica que, ao longo dos anos, sobreviveu com todas as dificuldades e desafios encontrados, sob o comando das Irmãs Calvarianas que persistiram no carisma da congregação em prol das pessoas surdas. Irmã Yolanda Baldiotte, ao chegar de início sozinha à Brasília, se deparou com grandes empecilhos. A escola de surdos precisou mudar-se várias vezes de endereço, dependendo da solidariedade de instituições amigas que cederam seus espaços, até a sua permanência definitiva na Área especial da 714/914 SQS.

Sabemos que a vinda das Irmãs Calvarianas à Brasília aconteceu sete anos após a inauguração da cidade. A criação da nova capital é

apresentada como uma das faces do “novo” Brasil proposto pelo Presidente Juscelino Kubitschek, sendo atribuída o adjetivo de cidade revolucionária

justamente porque representava a superação de um contexto social, político e principalmente econômico na década de 60 (FONTENELE, 2017, p. 1).

As religiosas eram a representação dessas mudanças e desse espírito “revolucionário”. As Irmãs trouxeram com elas a garra e o desejo de impulsionar a cidade, traduzindo, a seu modo, o “marco desenvolvimentista, a inserção do país no mundo moderno (...) gerando uma capital moderna para o Brasil que buscava se modernizar” (FONTENELE, 2017, p. 1-2). Ao registrar nesta pesquisa a atuação de mulheres religiosas nessa história, também intentamos contribuir para que saiam “do silêncio de onde por muito tempo estiveram confinadas, fazendo romper o apagamento de sua atuação na memória social” (FONTENELE, 2017, p. 4).

Para isso, a contribuição das Irmãs Calvarianas nos primórdios de Brasília:

Nos faz refletir, de maneira mais profunda, sobre o entendimento de que o passado é uma construção histórica, no qual nos proporciona múltiplas possibilidades de abordagens, além de nos fazer refletir sobre o que constitui o valor de nossa pesquisa, questionando o lugar da “mulher” como sujeito e objeto do conhecimento histórico. (FONTENELE, 2017, p. 5)

Para mais, “as mulheres religiosas, especialmente as freiras da Igreja Católica, tiveram papel importante em diversas ações ligadas ao campo educacional, saúde e assistência social, além de oferecerem um espaço alternativo para a independência da mulher.” (SILVA e BERTONI, 2019, p. 607-608).

Contudo, ao longo da história, a mulher era representada pela Igreja Católica como

um ser inferior e submisso ao homem. Herdamos desta tradição uma visão negativa da figura feminina, uma vez que seu legado foi responsável pelo sufocamento de uma via feminina na teologia, na doutrina e na autoridade no cristianismo. Neste, o acesso ao poder institucional está legitimado pelo sexo e pelas representações simbólicas que foram sendo cristalizadas ao longo dos séculos. Nesse sentido, pode-se afirmar que este se institucionalizou como uma religião eminentemente masculina, uma vez que ser homem ou ser mulher, no âmbito religioso, significa mais do que uma representação sexual, ou seja, trata-se da possibilidade de acessar ou não o espaço do poder de hierarquia, do culto e até mesmo do ensino e da produção do saber teológico-religioso. (MACIEL e SILVA, 2012, p. 2)

Sabemos que “a tradição religiosa cristã caracteriza-se por ter colocado a mulher, ao longo da história, como reprodutoras das orientações determinadas pela estrutura dominante vigente: a predominância masculina [...]” (MACIEL e SILVA, 2012, p. 6), além do que,

Nas grandes religiões institucionalizadas as lideranças femininas acabam sempre marginalizadas, reforçando a tradicional imagem de mulher submissa à autoridade religiosa representada pela figura masculina. Essa

marginalização envolve espaços de liderança, acesso à formação e as relações hierárquicas nas estruturas institucionais. No caso do catolicismo, as ordens femininas são suprimidas do ofício sacramental e de todas as instâncias de decisão da Igreja, estando ligadas mais a obra social. (MACIEL e SILVA, 2012, p. 6)

E é através dessa obra social no INOSEB, desenvolvida ao longo dos anos pelas mãos das Irmãs Calvarianas, que “percebemos a importância das mulheres nesse espaço de poder, desde Maria a mãe de Jesus e Maria Madalena que, segundo a Bíblia, foi a primeira discípula a testemunhar o Cristo (...)” (SILVA e BERTONI, 2019, p. 606) e o seu trabalho na nova Capital do Brasil, “semelhante com outras mulheres protagonistas fora do contexto católico cristão, que são reconhecidas pela luta a favor dos direitos políticos, civis, econômicos, culturais das mulheres (...)” (SILVA e BERTONI, 2019, p. 607). Pois, muito além de beneficiar os surdos, tudo isso nos levou a crer que,

O que essas freiras intelectuais tinham em comum com as feministas da época era a luta pela educação das mulheres por entenderem que é através da escolarização que se chega à autonomia e à liberdade. Portanto, a educação era uma arma que poderia ajudar as mulheres na luta pelos seus direitos (SILVA e BERTONI, 2019, p. 607).

Mesmo diante disso é lamentável que

a Igreja Católica que prega a bondade, a caridade, o amor e a justiça, paradoxalmente nega a plena cidadania às mulheres, em uma época que outras instituições sociais já avançaram em matéria de igualdade de gênero e reconhece os direitos civis e capacidade que a mulher possui de ocupar os mais altos cargos de poder (TOMITA, 2006 apud SILVA e BERTONI, 2019, p. 607).

O INOSEB, na década de 1960 a 1970, ofereceu um espaço de acolhida e apoio aos surdos, funcionou como instituição de ensino e firmou convênio com a secretaria de educação e cultura e também com o CEAL. A instituição teve seu número de alunos reduzido, por conta da diminuição da quantidade de turmas e a necessidade de se fazer uma experiência com a aplicação do Sistema Mobral, ensino de jovens adultos, em 1981, no período noturno. Antes de entrarmos na história do INOSEB enquanto instituição educacional, precisamos entender o conceito de escolarização. Para isso, apresentaremos o pensamento de Faria Filho (2007), que diz que a

(...) escolarização é entendida como a produção de representações sociais que têm na escola o *locus* fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados. Neste caso, a atenção volta-se para o que tenho chamado de implicações/ dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização,

abrangendo questões relacionadas ao letramento, ao reconhecimento ou não das competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão professor (FARIA FILHO, 2007, p. 194).

Ainda, dialogando com Faria Filho (2007, p. 194), a escolarização se propõe a construir a ordenação “de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar de leitura, da escrita e do cálculo e, no mais das vezes, de moral e da religião (...)”. Compreendemos que essa categorização corresponde, em grande parte, ao tipo de ensino do INOSEB, que além de transmissão de saberes específicos destinados aos surdos também estava preocupado com o ensino da religião, nesse caso com valores católicos.

Embarcaremos numa viagem em busca da escolarização do INOSEB, e, para que seja bem explorada, de início, vamos fixar o nosso olhar nos vestígios de normas educativas da instituição. Vejamos o registro de uma das Atas de reuniões de professores do Instituto. Esse documento traz o início do ano letivo de 1973, especificamente em 15 de março.

No mês de março de 1973, (...) reuniram-se os professores do Estabelecimento. Assunto: Leitura do Regimento interno do Instituto; Horário Escolar; Problema do Uniforme do Professor e do Aluno. No dia 15 reuniram-se os professores...assunto: organizar o corpo administrativo do Instituto; necessidade de criar uma Comissão Especial para selecionar Bolsas de Estudos. No dia 18, reuniram-se, o corpo docente do estabelecimento e um representante dos pais, assunto: seleção dos pedidos de bolsas. (INOSEB, 1973-1981, p. 5-6)

Ao que parece, as Reuniões de Professores (1973-1981) foram práticas utilizadas pelas religiosas para organizar de forma pedagógica e administrativa o Instituto, demonstrando que ali funcionava uma escola. Encontramos numa ata de 1981 – já em um outro momento da história da instituição – a informação de como era o funcionamento no regime de externato, evidenciando a reunião como um momento de tomada de decisões:

Em fins de fevereiro de 1981, reuniram-se as professoras Irmãs Helena Croda e Irmã Yolanda, a fim de tratarem do horário escolar. Funcionando no Instituto um só período e uma só turma em regime externato, o horário ficou assim determinado: “Período de 8:00hs às 12:00hs, com intervalo de vinte minutos de intervalo para merenda e descanso. A educação física e esportes nas sextas-feiras de 10:30 às 11:45 (INOSEB, 1973-1981, p. 11).

A compreensão dessas práticas pedagógicas e administrativas nos remete ao entendimento de Dominique Julia (2001), ao definir o conceito de cultura escolar como

(...) um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses

conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas finalidades religiosas sócio políticas ou simplesmente de socialização (JULIA, 2001, p.1).

Ao mencionarmos o conceito de Julia (2001), voltando ao mês de março de 1973, nos deparamos com a leitura do Regimento Interno do Instituto. Pressupõe-se que foi realizada em voz alta a todos os presentes na dita reunião. Foi mencionado o horário de aula, o que denota o método disciplinar das Irmãs, de certo não era tolerado atrasos por parte das professoras e tampouco dos alunos. Discutiu-se na reunião o problema do uniforme do professor e do aluno, percebeu-se a existência de uma disciplina rígida em que não era liberado o uso de qualquer tipo de vestimenta para assistir a aula. Ainda, baseado nas teorias e conceitos de Dominique Julia (2001), destacamos que “os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola”. (JULIA, 2001, p. 19).

Tratou-se, ao final dessa reunião, da organização do corpo administrativo do Instituto e da necessidade da criação de uma Comissão Especial para a seleção de bolsas de estudo. Essa informação sinaliza que o Instituto ainda estava dando seus primeiros passos, pois não havia ainda ninguém que fizesse o trabalho administrativo. Podemos inferir com esse excerto que foram escolhidas entre as Irmãs ou docentes uma que ficasse responsável por isso. Quanto à comissão especial do INOSEB, era composta por professores junto com um representante dos pais dos alunos, uma espécie de Conselho Escolar da época, onde tomavam as decisões em reunião realizada no Instituto. Há no documento Ata das Reuniões de Professores (1973-1981, p. 3), também datada de 15 de março do ano 1973, a indicação dessa informação:

(...) Falou-se em seguida da necessidade de criar uma comissão especial composta de professores do Estabelecimento e de pais dos alunos, afim de receber e selecionar os pedidos de Bolsa de Estudos dos alunos carentes de recursos financeiros. Ficou resolvido que a Comissão ficava, naquele momento criada, integrando a turma de professores presentes e mais um representante dos pais dos alunos que seria convidado para a próxima reunião (...). (INOSEB, 1973-1981, p. 3)

Aqui podemos ver que o Instituto tinha bolsistas, transparecendo, assim, que havia alguns alunos carentes, o que evidencia a preocupação de encaminhá-los a um apoio assistencialista. Por meio da Comissão Especial para a seleção dessas bolsas de estudo, constatou-se nas fontes que eram “cinco os alunos de família de baixo nível financeiro, que necessitavam de ajuda da Direção de Assistência Estudantil (DAE) do Ministério de Educação

e Cultura” (INOSEB, 1973-1981, p. 4). Esses alunos foram “todos relatados no mapa Discriminativo dos Candidatos a Bolsa” (INOSEB, 1973-1981, p. 4).

Quanto às práticas de escolarização no INOSEB, no que tange à organização curricular do instituto, no ano de 1970, era dividida nas modalidades de Educação Infantil, Primário e Mobral (INOSEB, 1970). Nos horários de 19h às 22h, as Irmãs ministravam aulas para surdos adultos (MOBRAL). Esses alunos necessitavam trabalhar durante o dia, por essa razão abriu-se essa modalidade de ensino (INOSEB, 1969). Esse trabalho com os adultos surdos perdurou até o ano de 1986 (MENDONÇA, 1996). Voltaremos a esse tema mais adiante.

Parte da escolarização no INOSEB, conforme indicam os registros na Ata de Professores do dia 6 de abril de 1973, era voltada ao treinamento rítmico corporal e musical:

A professora Dalva Haln de Carvalho esteve no treinamento rítmico corporal e musical. Esta professora fez uma apresentação daquilo que conseguiu com as crianças: -Fonemas- pa.ta/ Estruturas: pa.papo/ ta.ta.ta.to/ papapa.pa/ Palavras: pé. pau. papai. pato. Em seguida, discutiu-se sobre as estruturas com a finalidade de generalizar os movimentos, usados pela professora no treinamento rítmico corporal e musical. Em atividades diversas foram treinados os primeiros hábitos e motricidade geral com trabalhos de recortes, colagem, exercícios de linha, viso-motores, jogos de atenção, percepção, etc. Decidiu-se que na próxima semana será trocada a professora do treinamento rítmico corporal e musical, iniciando-se a semana com a fiação do que foi dado, aumento progressivamente de acordo com as possibilidades das crianças. (INOSEB, 1973-1981, p. 5-6).

Naquela época, foi elaborada pelo MEC a proposta da DERDIC, encontrada em nossa fonte, que deveria ser aplicada nas escolas especiais. Assim foi feito pelo INOSEB. Por meio do treinamento rítmico corporal e musical descrito na Ata de Professores, pretendia-se apresentar a música não “como um sentimento musical, mas no valor derivado do ato de cantar (...) o foco da estimulação auditiva foi realizado com objetivo de melhorar a qualidade da emissão vocal para a fala” (FINCK, 2009, p. 54). Era esse o tratamento dado aos alunos cuja orientação estava inserida no documento da DERDIC, que dizia que a “utilização da música com o deficiente auditivo constitui um recurso valiosíssimo para a exploração dos seus resíduos auditivos, fornecendo-lhe (...) condições para uma melhor comunicação oral” (MEC, 1979, p. 81). Por se tratar de uma política nacional, essa mesma metodologia era utilizada em outras escolas como Ninota Garcia, em Aracaju, conforme descreve Silva *et al.* (2013):

(...) utilizava fichas com figuras, possibilitando uma melhor compreensão da fala. Para os deficientes perceberem as vibrações das cordas vocais, uma de suas mãos era colocada no pescoço do docente, no momento da fala. Do mesmo modo, as professoras do Ninota procediam, como também apresentavam gravuras e ensinavam a pronúncia dos vocábulos simples aos

mais complexos(...) A professora Heloisa Aragão comenta que diariamente todos os alunos faziam exercícios de foniatría, soprando lápis deitados na carteira ou com bolas de borracha para exercitar os pulmões (SILVA *et al.*, 2013, p. 180).

Voltando à classe do INOSEB, também era trabalhado os primeiros hábitos e motricidade geral. Esse documento não nos revela a qual turma se referia, entretanto, parece nos encaminhar para uma turma de 1º ano do primário, sendo aplicadas atividades com o propósito de desenvolver a psicomotricidade e a coordenação motora, efetuadas com “recortes, colagem, exercícios de linha” (INOSEB, 1973-1981, p. 5-6). Aponta também que o INOSEB dava importância ao desenvolvimento visual da criança surda, ao mencionar as atividades “viso-motores, jogos de atenção, percepção” (INOSEB, 1973-1981, p. 5-6), tornando pontual a afirmativa de Nery *et al.* (2004, p. 290) que anuncia o benefício do surdo quanto ao processo de ensino com imagens visuais:

(...) o processo de ensino do aluno surdo se beneficia do uso das imagens visuais e que os educadores devem compreender mais sobre seu poder construtivo para utilizá-las adequadamente; a formação de conceitos seria facilitada utilizando representações visuais, e a sua adoção, nas atividades educacionais, auxiliaria no processo de desenvolvimento do pensamento conceitual, porque a imagem permeia os campos do saber, traz uma estrutura e potencial que podem ser aproveitados para transmitir conhecimento e desenvolver o raciocínio (NERY *et al.*, 2004, p. 290).

Há registros também de terapia ocupacional, conforme consta também na Ata das reuniões de professores (INOSEB, 1973-1981, p. 8-9):

No dia 6 de abril de 1973 reuniram-se os professores do estabelecimento. Assuntos: Reunião da semana e do rendimento escolar dos alunos; motricidade; terapia ocupacional, etc.

Embora as fontes não aprofundem como acontecia esse atendimento, vamos adentrar na formação do terapeuta ocupacional no Brasil, que, de acordo com Lopes (1999, p. 146):

Data da década de 50 o processo que seria a gênese do surgimento de diversos novos profissionais da saúde, incluída aí a terapia ocupacional. Portanto com algumas décadas de atraso em relação aos países centrais da economia ocidental, iniciam-se no país cursos visando a formação profissional de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, definidos então, coerentemente com o exposto acima, como exercendo ‘funções intermediárias’ (Brasil, 1974), assim entendidas em contraposição a ‘funções de nível superior’, visando o trabalho na área de reabilitação (LOPES, 1999, p. 146).

O trabalho dos “terapeutas ocupacionais nas discussões políticas na década de 60 a 80 refletiu em novos espaços de atuação não só na área da saúde, mas também no campo social e

educacional” (CERVELIN, 2020, p. 22). A profissão de Terapeuta Ocupacional é regulamentada e reconhecida como curso superior pelo Decreto-Lei 938, de 13 de outubro de 1969. Em seu artigo 4º, o decreto podnera que “É atividade privativa do terapeuta ocupacional executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente” (BRASIL, 1969).

Na década de 1970, encontramos, por meio dos estudos de Kolecza (2016), a trajetória do Colégio Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior, uma das mais antigas instituições do Paraná e do Brasil. Um dos atendimentos que existia nessa instituição, assim como no INOSEB, era a terapia ocupacional, onde menciona que “era realizada em períodos de 1 hora, para no máximo 10 alunos”. (KOLECZA, 2016, p. 120),

A didática aplicada contemplava ainda musicoterapia, terapia ocupacional, iniciação profissional e escolinha de artes. O setor da terapia da palavra envolvia a logopedia, a psicomotricidade e praxiterapia, com o objetivo do "desenvolvimento neuropsíquico para se chegar ao uso correto da linguagem". (KOLECZA, 2016, p. 106).

Já Lopes (1999, p. 151-152 apud DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA..., 1986, p. 4-5), caracteriza o perfil do Terapeuta Ocupacional da seguinte forma:

O terapeuta ocupacional é um profissional da área de saúde responsável pela prevenção, cura e reabilitação de disfunção de origem física, mental, social ou do desenvolvimento, através do uso específico, em diferentes situações, de atividades expressivas, lúdicas, artesanais, profissionais e de auto-manutenção, previamente analisadas e avaliadas sob os aspectos anátomo-fisiológico, cinesiológico, psicológico, social, cultural e econômico. A terapia ocupacional, através de seu trabalho, objetiva promover e manter a saúde, restaurar e/ou reforçar capacidades funcionais, facilitar a aprendizagem de funções essenciais e desenvolver habilidades adaptativas visando auxiliar o indivíduo a atingir o grau máximo possível de autonomia no ambiente social, doméstico, de trabalho e de lazer, tornando-o produtivo na vida de relação. Assim, para alcançar seus propósitos, o terapeuta ocupacional necessita avaliar o paciente na disfunção específica, correlacionando-a à totalidade de suas relações com o mundo, estabelecer os objetivos terapêuticos, selecionar métodos, técnicas e recursos apropriados ao tratamento, desenvolver e reavaliar sistematicamente o programa estabelecido, tendo sempre como valor e referência básica para o seu trabalho o respeito à condição humana daquele que está sob seus cuidados. Compete-lhe ainda criar, estimular e desenvolver condição e/ou situações que favoreçam o desencadeamento do processo terapêutico. Em terapia ocupacional esse processo se dá, essencialmente, através da inter-relação do paciente com o terapeuta, a atividade e/ou o grupo, sendo que nessa dinâmica, assume papel fundamental a pessoa do terapeuta, como um dos elementos facilitadores e integradores do processo. O terapeuta ocupacional, sempre que necessário, trabalha em estreita cooperação com outros profissionais e atua ainda nas áreas 152 científica, educacional e administrativa, nesta última dirigindo, supervisionando e orientando serviços próprios em instituições públicas ou privadas, educacionais e assistenciais.”

(LOPES, 1999, p. 151-152 apud DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA..., 1986, p. 4-5).

O Terapeuta Ocupacional, segundo Gonçalves e Schmidt (2020, p. 7), nas décadas de 1970 e 1980,

teve participação nas discussões políticas para novas possibilidades de intervenção na área da saúde e em outros espaços, exemplo no campo social e educacional, “com práticas voltadas à população infantil, adolescentes, idosos, presidiários, em projetos de inserção social e de luta por direitos de pessoas com deficiência, entre outras.” (ROCHA, PAIVA e OLIVEIRA, 2012, p. 354). Assim, ganhou espaço de atuação em diversos âmbitos organizacionais, um deles na atenção primária a saúde (APS).

Conforme estudos de Galheigo *et al.* (2018), na década de 1970, as interposições no ramo da terapia ocupacional tinham como principais finalidades:

As intervenções realizadas tinham como objetivos principais: (i) a reabilitação, entendida como adaptação biopsicossocial (WILLARD; SPACKMAN, 1973), por meio de desenvolvimento de habilidades e aspectos sensoriais (DOMENICO, 1972; RODRIGUEZ, 1974); (ii) a mudança de comportamento (MEYERHOF, 1972; TELG; MEYERHOF; BAILÃO, 1974); (iii) a restauração da função física (DOMINGOS; TAMASO; TANIGAKI, 1974); (iv) o treino de atividades da vida diária (SCHIVARTCHE; LINDENBOJM, 1972) (GALHEIGO *et al.*, 2018, p. 727).

Retornando à proposta da DERDIC, era norteadada pela Lei Federal nº 5.692/71, que definia para os deficientes auditivos:

como metas prioritárias da reabilitação como indivíduos e a sua inserção no meio social como ser produtivo e atuante (...) Instituições especializadas, classes especiais anexas a escolas regulares centros de reabilitação, clínicas e demais modalidades poderão contribuir para a consecução dos fins propostos desde que adotem como premissas básicas de trabalho o potencial real dos educandos e as condições sociais do meio em que se situam (MEC, 1979, p. 9).

É importante resgatar o histórico de como surgiu a ideia de criação da proposta da DERDIC, conforme descreve Saia (2014):

(...) na década de 1960 ficava oneroso enviar as crianças surdas ao INES, no Rio de Janeiro. Assim elas passaram a ser encaminhadas para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Instituto Pestalozzi, em outras regiões do país (...) após um tempo foram criadas diretorias de educação especial vinculadas à Secretaria de Educação de cada estado e, conseqüentemente, escolas especiais para surdos. A partir desse momento o INES deixou de ser a única escola especial a atender os surdos. Com isso o Ministério da Educação (MEC) teve a necessidade de orientar a proposta

curricular para os alunos surdos a ser executada em todo o país (SAIA, 2014, p. 31).

Assim, conforme consta nos registros do INOSEB, a instituição, como escola especial para surdos, seguia essa proposta da DERDIC, apresentada na Ata dos professores:

Em fins de junho de 1981, encontraram-se as professoras Irmã Helena Croda, Irmã Yolanda afim de avaliarem o rendimento escolar dos alunos. Constatou-se que houve bom aproveitamento para alguns e desinteresse de outros, verificou-se que o sistema mobral é para os surdos analfabetos, de muito difícil assimilação. Decidiu-se voltar a seguir a Proposta Curricular para Deficientes auditivos elaborada pela DERDIC-PUCSP (ATA DAS REUNIÕES..., 1973-1981, p. 12).

Ao que tudo indica, o INOSEB havia parado de utilizar a metodologia adotada pela DERDIC e depois voltou a aplicá-la, pois o Mobral não foi favorável ao aprendizado dos surdos analfabetos, fazendo entender que, por essa razão, voltou a utilizar essa proposta, porque como já mencionado, de acordo com as fontes, existia um convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, já que conforme estudos, era adotada nas escolas que faziam o atendimento com surdos no Distrito Federal na época. É significativo destacar, mais uma vez, que historicamente o INOSEB, enquanto escola especial, estava vinculada “ao período vigente do *oralismo* (...) à correção via oralização” (SILVA, 2011, p. 74-75). Por essa razão, está enlaçada “historicamente com a superação da *mudez*, mais do que da *surdez*, tendo a categoria *surdo-mudez* desempenhado um papel histórico fundamental nessas escolas” (SILVA, 2011, p. 75). Nessa premissa, acreditavam que o surdo poderia desenvolver a fala oral, por essa razão os estudos desenvolvidos por profissionais fonoaudiólogos tinham “a preocupação em produzir, então, formas reabilitadoras das funções auditivas com o objetivo de adequar o sujeito Surdo às convenções do padrão de normalidade ouvinte” (NASCIMENTO, 2018, p. 4). Sobre essa ótica, Lebedeff (2015, p. 185) explana com exatidão o pensamento desse período:

Aos surdos era oferecida a alternativa do Oralismo (...) e buscava uma “normalização” da surdez através de exercícios fono-articulatórios que permitiam a produção da fala e treinamento para leitura labial (LEBEDEFF, 2015, p. 184 -185).

Existia um trabalho conjunto entre o INOSEB e a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, prova disso que eram solicitadas para atuarem em outras escolas, pelo fato de se encontrar ali professoras com alto grau de instrução e também pela falta de demanda de profissional especializado. A exemplo disso, temos no documento Ata das Reuniões de Professores (1973-1981) de em abril de 1973, constando o caso das professoras “Maria do Rosário Simões e Francisca de Lima Perdigão [que] foram convocadas pela Fundação

Educacional e enviadas para servirem no Centro de Ensino Especial nº 3 de Taguatinga”(ATA DAS REUNIÕES..., 1973-1981, p. 8). O corpo docente do INOSEB, em sua maioria, era composto por Irmãs advindas de São Paulo, lugar onde tinham os melhores profissionais especializados, oriundos do Instituto Santa Teresinha, atuantes há muitos anos. Sem contar que as religiosas já chegavam em Brasília tendo vasta experiência em técnicas e metodologias para surdos, tornando bastante solicitadas e respeitadas nesse meio.

Devido à competência das Irmãs Calvarianas, não demorou muito para que o CEAL-LP percebesse a necessidade de uma parceria com o INOSEB, em abril de 1973:

O Instituto Nossa Senhora do Brasil iniciou conversação com o CEAL- Centro Educacional da Audição e Linguagem – nos termos de oferecer a esta moradia para meninas surdas, das cidades satélites, que necessitam de alojamento para poderem frequentar Escola de Ensino Especial. Os alunos do Instituto Nossa Senhora do Brasil passariam a pertencer ao CEAL. Este convênio deverá ser concretizado em 1974. (ATA DAS REUNIÕES..., 1973-1981, p. 9)

Assim, no ano de 1974, conforme já relatado, o CEAL necessitou da ajuda do INOSEB, pois precisava ampliar o internato, isso foi sugerido pelo Diretor Geral do CEAL, na época Padre João, um convênio com o Instituto. O CEAL funcionava em regime de externato, semi-externato e internato, assim como no INOSEB, no entanto, esse último, como era regido pelas Irmãs, só podia abrigar meninas.

Conceição (2012) resume como se dava, ao longo da história da educação, a organização dos internatos e externatos:

Os internos moravam no estabelecimento e recebiam alojamento, alimentação, instrução e direção dos estudos, os semi-externos permaneciam no estabelecimento os dois turnos do dia, recebiam alimentação e instrução e direção dos estudos. Em determinados estabelecimentos os alunos semi-externos entravam 6 horas da manhã e saíam às 8 horas da noite depois da banca de estudos. Já os alunos externos recebiam apenas instrução e não podiam se demorar no estabelecimento além das horas das aulas. Os internatos eram sempre monossexuais (masculinos ou femininos). Apenas no externato, em determinados estabelecimentos, admitiam-se os dois sexos (CONCEIÇÃO, 2012, p. 279).

Por essa razão, precisou existir essa parceria. Além do que, por causa do grande crescimento do número de alunos no CEAL e também as dificuldades encontradas pelo INOSEB em manter-se, o instituto sofria uma grande crise, sem condições até mesmo de pagar os professores e tampouco enviar Irmãs para darem aulas (MENDONÇA, 1996). No entanto, não sabemos o porquê, mas, todo o processo para a efetivação, em sua totalidade desse

convênio, foi bastante conturbado, tendo diversas ocorrências, conforme descreve a Ata de reuniões de Professores (1973-1981), de dezembro de 1981:

O Centro Educacional da Audição e Linguagem – CEAL- firmou convênio com o Instituto Nossa Senhora do Brasil- INSB- nos termos desta casa, oferecer moradia – (25 vagas), para meninas que estivessem impossibilitadas de frequentarem aquele Estabelecimento, em regime-externato devido à grande distância e ao alto custo do transporte, por serem carentes. Os alunos do Nossa Senhora do Brasil, passaram para o CEAL, onde recebem todo o tratamento de caráter particular, para adolescentes, jovens e adultos de ambos os sexos, sem se descontatar com a Secretaria de Educação e Cultura. Esta atividade, o INSB desenvolveu até 1980 inclusive quando procurou se entender com o CEAL a fim de estudarem juntos a possibilidade de se constituir em anexo ou numa extensão do CEAL.

Até fins de 1981 esta negociação não ficou terminada. Foi impedida por diversas e inesperadas ocorrências. (ATA DE REUNIÕES..., 1973-1981, p. 10)

A Irmã Calvariana, Helena Croda, chegou “em Brasília e assumiu o trabalho de educação dos surdos no CEAL e também nas escolas da rede pública”, ela também realizava o acompanhamento “de crianças, adolescentes e jovens surdos através de aulas de Ensino Religioso”. (PASTORAL DOS SURDOS..., p.14). Na imagem a seguir (Figura 10), vemos retratada a Irmã Helena Croda, por volta de 1975:

Figura 10 – Irmã Helena Croda



Fonte: INOSEB [1975?]

Nós já vimos no capítulo anterior que a Irmã Helena conduzia as alunas, em uma Kombi, até o CEAL. E que essas meninas dormiam no INOSEB. Aqui agora, nós vamos aprofundar algumas das práticas educativas que aconteciam no CEAL dentro desse convênio com o INOSEB. Fizemos um percurso histórico ao descrevermos os primórdios do CEAL, por meio da reportagem do Correio Braziliense, os estudos sobre essa instituição filantrópica, relatos de experiências e os resgates dos registros do Relatório de Atividades do Instituto Nossa Senhora do Brasil (1975-1976), este último no capítulo 1. Esse trabalho com o CEAL, como já mencionado, perdurou até meados do ano de 1983. Abaixo, encontramos a imagem da professora Helena Croda com seus alunos (Figura 11):

Figura 11 – Irmã Helena Croda ministrando aula



Fonte: (INOSEB, [974?])

Pela foto, é possível observar Irmã Helena Croda ministrando aula para os alunos, todos parecem fazer a configuração de mão⁸ em “A”, enquanto, junto com a professora, parecem articular com a boca a mesma letra. Costa (2018) explana como era esse dinamismo da alfabetização de surdos, onde era desenvolvido o método fônico:

No processo de alfabetização das crianças surdas pelo método fônico era solicitado que as crianças olhassem as bocas, e tentassem reproduzir os fonemas e então realizassem uma associação desse fonema a um grafema correspondente. A articulação de um fonema e a junção deles formam uma sílaba, ou nem sempre sílabas, mas junção de grafemas. (COSTA, 2018, p. 59)

Retornando a fotografia da Irmã Helena Croda, creditamos tratar-se de uma imagem tirada no próprio CEAL. Três alunos estão com os fones biauriculares nos seus ouvidos. Há um material sobre a mesa, próxima à menina de saia branca. Estão presentes 4 crianças do sexo feminino e 3 crianças do sexo masculino. As meninas estão vestidas de saias de prega e os meninos de bermuda. Todos parecem estar de camiseta branca, parecendo se tratar do uniforme escolar, exceto a criança com maior estatura, que se encontra com uma blusa com listra horizontal. Observa-se que há, na parede do lado direito, cartazes colados. Acreditamos que esses cartazes tratam-se de um dos materiais didáticos para a prática do ensino, por meio do treinamento áudio-visual, assim como o uso de fones biauriculares, que, para Dória (1961, p. 303), o uso desses fones era o “processo reeducativo da audição (...) durante o período de instrução”, ao mesmo tempo que o aluno atenta para rosto da professora, aplicando também os seguintes instrumentos:

O material didático utilizado no treinamento áudio-visual, além dos aparelhos eletrônicos citados, constará de cartazes, quadros, fotografias e gravuras ricamente coloridas, coleções de jogos educativos, instrumentos de música e de percussão, discos com gravações de vozes de animais, de ritmo e solos de instrumentos diversos, canções folclóricas e de ninar, músicas para danças infantis típicas ou de salão, coleção de histórias etc (DÓRIA, 1961, p. 306).

Sabemos que o oralismo manifestou-se em 1970, porém, tendo o objetivo de superar o insucesso e “a situação de fracasso instaurada na educação de pessoas surdas (...) surgiu a Comunicação Total” (TORRES, 2018, p. 30-31). Talvez por isso, a Irmã Helena Croda tenha utilizado também em sua metodologia de ensino datilologia ou talvez, uma lógica de português sinalizado, com os alunos surdos, pois:

⁸ A configuração de mão faz parte dos parâmetros da Língua Brasileira de Sinais e “é a forma que as mãos assumem ao longo da produção de um sinal, ou seja, está relacionada, principalmente, na posição de cada dedo da mão no que se refere aos demais” (ANJOS, 2017, p. 10).

A dificuldade de aprendizagem da linguagem oral e o fracasso do oralismo levaram alguns profissionais nas décadas de sessenta e setenta, a criarem uma nova filosofia educacional para surdos e surdas: a comunicação total, que usa a língua oral e elementos da linguagem de sinais, aproximando essas duas linguagens e criando línguas orais sinalizadas, além de permitir que a comunicação e não apenas a língua, seja privilegiada (TORRES, 2018, p. 30-31).

Vale destacar que a Comunicação Total foi extinta, sendo derrogada a partir do ano 2000 e logo depois introduzido o bilinguismo. A proposta do bilinguismo é utilizada até os dias atuais, e recentemente surgiu a Lei nº 14.191/2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. O Capítulo V dessa lei trata da educação bilíngue de surdos e a caracteriza da seguinte forma, em seu art 60-A:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Depois desse percurso histórico, recordaremos agora a razão da fundação do CEAL, efeito de uma reivindicação por parte dos professores, criação do Instituto da Fala (JEAN, 1963) assim nascia o CEAL-LP. Num grande apanhado, a reportagem do Correio Braziliense, Uma escola para surdos (CEAL) (1973), apresenta esse acontecimento e a superestrutura do novo Instituto:

Terão início este mês as atividades do Centro Educacional de Audição e Linguagem do Instituto Ludovico Pavoni, situado na quadra 909 da Asa Norte. Os dirigentes da escola, para dar unidade ao plano pedagógico-didático, sem prejudicar as crianças, começará a desenvolver o trabalho por etapas. A primeira inclui o curso de Escola Maternal, Jardim de Infância e a 1ª série do Ensino de 1º grau. (...) O conjunto tem onze blocos com funções específicas e interligadas de modo que em seu interior haja locais adequados para abrigar administradores, técnicos, professores, pais e alunos. O conjunto está equipado de piscina semi olímpica e infantil, espelho d'água, play-ground, quadras de basquete e voleibol. Tudo constitui o parque recreativo visando pela hidroterapia, o aprimoramento da coordenação física. Além disto o parque possibilitará o intercâmbio desportivo com outros estabelecimentos de ensino de Brasília. Há entradas interdependentes para cada setor, objetivando não prejudicar as demais atividades que desenvolve no restante da escola. Todas as salas de aula são revestidas em material acústico, cujo índice de absorção atinge a 72 por cento dos ruídos internos e externos, sendo ainda

dotadas de tomadas de energia para os aparelhos especialmente importados para este tipo de ensino. Foram construídas antenas embutidas nas paredes para difusão das emissoras de frequência modulada –FM- dos aparelhos dos professores e protege cada sala das emissões da vizinha, bem como de qualquer outra emissão radiofônica estranha ao estabelecimento. Os mesmos tratamentos são aplicados ao bar, salas de ritmo e fisioterapia e auditório, permitindo aos alunos o uso contínuo das próteses auriculares de movimento. (UMA ESCOLA PARA SURDOS..., 1973, p. 8)

A matéria acima denota como era a estrutura da proposta educativa do CEAL, que tinha toda a sua organização voltada à excelência do atendimento ao estudante surdo, desde o trabalho da coordenação física, com um parque recreativo altamente equipado a explorar, até as salas com frequência modulada-FM⁹, trabalho da fisioterapia, além de receber alunos de outras instituições que faziam esse intercâmbio desportivo. Embora o periódico não seja claro, supomos que esses alunos que faziam esse intercâmbio eram matriculados no Centro de Ensino Especial, no INOSEB e em outras escolas. Quanto à estrutura física do CEAL, há uma preocupação com as entradas de cada setor, de forma independente, para que houvesse o funcionamento harmônico da instituição, transmitindo uma grande responsabilidade pedagógica para com seus usuários.

A matéria encaminha-se expondo:

Cada sala de aula é equipada por um armário destinado a guardar os aparelhos e materiais didáticos, adequados a cada fase do ensino. Algumas contam com os modernos aparelhos de sistema audiovisual: projetores de slides automáticos, retroprojetores. TV projetores de filmes didáticos e epidiascópios, isto porque, segundo declarações do Padre João, diretor da escola, os meios visuais são indispensáveis no sistema moderno de reeducação dos portadores de deficiências auditivas. Nenhum detalhe foi esquecido para o melhor desenvolvimento da aprendizagem dos alunos que inclui uma formação geral tendo em vista sua reintegração na sociedade, como qualquer criança normal. Todos os corredores e pátios tem pisos de borracha com dupla finalidade: eliminação dos ruídos e proteção física em caso de queda. O Parque aquático haverá um espelho d'água, onde se fará criação de peixes decorativos e que concorrerá para a correção hidrométrica do ambiente, proporcionando internamente, microclima saudável em conjunto com a vegetação que circula todo o ambiente.

Ludovico Pavoni, sacerdote e educador da juventude fundou, em 1921, o primeiro núcleo do apostolado pavoniano e consolidou a primeira equipe de padres e irmãos, hoje em atividades nos três continentes. No Brasil os Pavonianos se estabeleceram há trinta anos, formando uma Associação de Obras de Assistência, dentro de um plano de cooperação nas atividades religiosas, educacionais e sociais. Hoje trabalham em vários estados da

⁹ O FM, corresponde a um sistema de transmissão sem fio que possibilita a pessoa a ouvir num ambiente não tão propício acusticamente pois ele permite a melhora do sinal x ruído, otimizando a percepção de fala e diminuindo assim a distância entre o interlocutor e o ouvinte (INSTITUTOESCUTA, online).

federação atendendo a juventude: menor abandonado, no Rio Grande do Sul, Escola Profissional em Minas Gerais: trabalhos com populações de favelas.

O planejamento do CEAL, nasceu dos anseios de pessoas responsáveis pelo setor educacional do Brasil, que conhecendo as atividades da congregação, se prontificaram a prestar sua colaboração dentro de um plano de cooperação com o governo. A escolha da capital federal determinada por uma pesquisa no meio ambiente dos anacúsicos. Escolas Especiais para surdos-mudos, estão implantados nos grandes centros do sul do país. Belo Horizonte possui dois destes estabelecimentos, constituindo o centro mais avançado do interior do Brasil. O CEAL em Brasília objetiva a interiorização do atendimento a deficientes auditivos. (UMA ESCOLA PARA SURDOS (CEAL), 1973, p. 8)

Aqui nos são apresentadas informações sobre o funcionamento e redes de atendimento da Associação das Obras Pavonianas - AOPA, na cidade de Belo Horizonte, onde possui duas de suas instituições, destacando-se como referência renovadora no atendimento às crianças e adolescentes. Acreditamos que a ideia era expandir o universo cultural e social dessas crianças e adolescentes. Horta (2006, p. 44) confirma essa informação do atendimento oferecido pela Associação das Obras Pavonianas de Assistência – AOPA, em Minas Gerais, ao dizer que: “(...) as Obras Pavonianas desenvolvem oficinas profissionalizantes, culturais, de artesanato e de temas de interesse dessa população”.

Evidentemente, nessa matéria, ficou clara a intenção dispendiosa que a estrutura e dinâmica de funcionamento do CEAL revelava à sociedade brasileira, o que era de mais atual para época no tocante à modernidade em termos tecnológicos para a educação de surdos. No entanto, não podemos deixar de esclarecer que, nesse período, ainda não se falava no Bilinguismo (HONORA, 2014). Enquanto “na década de 1970, as escolas especiais do Brasil começaram a implementar uma nova abordagem de educar os surdos com Surdez: a Comunicação Total” (HONORA, 2014, p. 91), o CEAL sempre teve sua filosofia de trabalho baseada no oralismo, e, segundo relatos de alguns estudos, como o de Silva (2017), onde por meio de depoimento de um aluno, relata que a “regra da instituição que não podia ser burlada (...) era não poder usar a língua de sinais em sala de aula. Como o objetivo do centro filantrópico é ajudar as crianças surdas a se oralizarem e aprenderem a leitura de lábios, o uso (da língua de sinais) poderia se tornar um empecilho a esse aprendizado” (SILVA, 2017, p. 11). De acordo com Souza (2018), o CEAL “apesar de ter diversificado o foco do seu trabalho nos últimos anos, é tradicionalmente oralista” (SOUZA, 2018, p.122). Assim o bilinguismo “é bastante recente no Brasil (...) sua metodologia está assegurada através do Decreto Federal n. 5626, de 22 de dezembro de 2005” (HONORA, 2014, p. 93). Segundo De Sales *et al.* (2012),

A proposta de uma educação bilíngue trouxe para o contexto educacional uma abordagem que tem como objetivo modificar o processo de escolarização dos

alunos surdos, marcado fortemente pelo fracasso escolar; suas práticas pedagógicas vão de encontro às praticadas em abordagens educacionais anteriores - oralismo e comunicação total - que norteavam (e de certa forma ainda norteiam) a educação de surdos. (DE SALES *et al.*, 2012, p. 42)

Permanecemos com a matéria:

Brasília

Para atender as crianças do Brasil Central, a Capital Federal é a melhor cidade que permite e assegura desde já a presença de pessoal especializado – técnico e médico – à altura do conjunto educacional planejado. Assim pretendem os pavonianos alcançar os objetivos previstos: cooperar para a solução do problema anacúsico, visando principalmente a solução imediata da reintegração do surdo na sociedade: criar na região uma mentalidade nova sobre o ensino especial.

Objetivos

O equipamento eletrônico, o uso da prótese individual, não somente um problema econômico, mas também uma opção no sistema pedagógico, requerendo mentalidade aberta e dinâmica, profundo conhecimento e confiança nas possibilidades humanas. As oficinas – laboratórios de iniciação para o trabalho, de acordo com a Lei 5.692/71, no Ensino de 1º e 2º graus pretende ser uma tentativa prática da integração do anacúsico na sociedade industrializada de hoje. Apenar das deficiências auditivas, e respeitando a vocação de cada um, os alunos terão oportunidades de se transformar em pessoas úteis e conceituadas na comunidade.

Para a implantação desta nova mentalidade, o CEAL foi construído de modo a permitir a normal convivência de meninos e meninas no setor escolar e presença de alunos em regime de internato, semi-internato e externato.

A escolha da faixa etária de atendimento se deve a estudos de experiências recentes, que aconselha a reeducação da criança surda-muda desse os primeiros anos de vida, para um melhor aproveitamento dos resíduos auditivos e uma rápida e eficiente integração social. Serão admitidos alunos de três a oito anos de idade. As pagas (sic) determinadas são: 40 na Escola Maternal e jardim de infância: 70 da 1ª a 4ª série do 1º Grau: 45 da 5ª a 8ª série do 1º Grau. Os alunos das últimas quatro séries do 1º Grau terão acompanhamento diário para verificar suas condições de frequentar aulas com crianças normais. A determinação da faixa etária, no ato da admissão, é essencial para o diagnóstico e consequente planejamento de atendimento, a fim de se aproveitar ao máximo os resíduos auditivos do aluno. Além disto o CEAL exige o QI normal, para melhor aproveitamento dos recursos técnicos que estão à disposição dos educandos, mesmo porque a escola não atenderá a portadores de outras deficiências (UMA ESCOLA PARA SURDOS (CEAL), 1973, p. 8).

Uma das exigências do CEAL era que o aluno tivesse potencial auditivo para desenvolver a sua fala. Pretendia-se, com isso, um alto padrão no conceito ao atendimento de alunos com deficiência auditiva. No entanto, existia uma cobrança de QI normal por parte dos alunos. Sabemos que isso faz cair por terra o argumento de uma educação para todos os surdos. Embora fosse um modelo de ensino aplicado em Brasília, cuja intenção era que superasse por meio de um novo ideal de educação, jamais visto na nova capital, esse modelo não alcançava a

todos os surdos, pois exigia, por parte deles, um QI normal, e aqueles que não o tivessem, não poderiam ser aluno do CEAL.

O CEAL contempla:

a surdez como uma deficiência nos termos do chamado discurso médico-científico, e o tratamento da deficiência auditiva é visto como uma busca de métodos que aproximem os pacientes de uma língua oral e auditiva, com o objetivo de proporcionar ao deficiente “meios de se exercer a cidadania”. (CAVALCANTE, 2011, p. 19)

Há, seguramente, um documento publicado no Diário Oficial de 1974, disponibilizado pela SUPLAV (Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação), que corresponde ao departamento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que certifica essa reportagem. Trata-se do Parecer nº 002/74/ Processo nº 07313/72, do Conselho Nacional de Educação, que autoriza o funcionamento do CEAL-LP e a aprovação de seu regimento:

Trata-se da unidade escolar destinada à clientela com deficiência auditiva e linguagem. (...) E do cuidado estudo das peças do processo verifica-se:

- a) Idoneidade da entidade mantenedora: com mais ampla garantia de continuidade de trabalho no campo da educação dos deficientes em audição e linguagem, em virtude da experiência demonstrada em outras unidades da federação;
- b) prédio de construção recente e liberado pelo órgão próprio da administração pública, com mobiliário e instalações adequadas ao fim específico a que se destinam, incluindo gabinetes e aparelhamentos para exames especializados;
- c) o Instituto Ludovico Pavoni mantém convênio com a Fundação Educacional do Distrito Federal, cabendo a este a responsabilidade do professorado técnica e legalmente habilitado(...)
- f) o Instituto Ludovico Pavoni pretende funcionar em regimento externato, semi-externato e internato as instalações são apropriadas(...) (CNE, 1974)

Segundo Silva (2017), o estabelecimento ofertava para as crianças surdas carentes “aulas de natação, basquete, futebol e vôlei” (SILVA, 2017, p. 8). Silva (2017), em seu trabalho, relata as memórias de um ex-aluno do CEAL, surdo, que estudou na instituição na década de 1980. O testemunho dele certifica que a Instituição funcionava sobre regime de internato, no caso do referido aluno, só encontrava sua querida mãe nos finais de semana:

Desde os sete até os dez anos de idade, Rafael estudava os conteúdos formais na escola tradicional, pela manhã, junto com os ouvintes, e à tarde se locomovia para o Centro Educacional de Educação e Linguagem Ludovico Pavoni (Ceal) na 909 Norte, uma instituição particular, católica e filantrópica, que objetiva potencializar a capacidade de fala e comunicação de crianças surdas. Local onde ele conta que teve a oportunidade de fazer fonoaudiologia (especialidade médica que compreende o estudo da fonação e da audição, os

distúrbios e formas de tratamento) e aprender a oralizar a comunicação verbal em português. (...) “A escola era chata, mas o Ceal era divertido. Gostava de passar o tempo no centro, até que, com cinco anos de idade eu tive que morar lá”. Na época, o centro tinha dormitórios e abrigava os alunos surdos que eram de baixa renda e que os pais não possuíam condições de cuidar (hoje não existem mais os dormitórios, apenas a educação no horário diurno). As crianças dormiam na instituição de segunda à sexta-feira. “Foi uma fase difícil porque eu sentia muita saudade da minha mãe e às vezes ficava extremamente triste por achar que ela tinha me abandonado. Só quando me tornei adulto e comecei a trabalhar que fui compreender que o mundo é realmente difícil e que tudo o que a minha mãe fez foi para nos sustentar” (SILVA, 2017, p. 8).

É notório, nessa experiência desse aluno, perceber o papel social do CEAL, que, assim como o INOSEB, preocupava-se com as famílias carentes e procurava acolhê-las. No caso desse aluno, sua mãe precisou residir no trabalho e entregar seu pequeno filho para a instituição filantrópica, “onde morou dos cinco anos até os oito anos de idade” (SILVA, 2017, p. 9). Segundo menciona o aluno, a metodologia do CEAL era organizada sobre um regimento rígido, baseado em disciplinas e regras, embora o mesmo aponta os benefícios pelo aprendizado que recebeu no CEAL – “valores morais e religiosos, de acordo com a religião cristã” (SILVA, 2017, p. 9).

Enquanto o CEAL tinha toda uma estrutura e suporte para seu funcionamento, o INOSEB sobrevivia por meio de doações por parte da sociedade brasileira, onde eram promovidas ações beneficentes, cuja intenção era de angariar recursos para o trabalho com os surdos. A respeito dessas doações beneficentes, apresentamos alguns desses momentos registrados nas Atas de Reuniões Promotoras do INOSEB, de 29 de setembro de 1977:

Foi realizada uma reunião com um grupo de senhoras da sociedade local, com fins de ajudar na obra para deficientes auditivos (...) Irmã Yolanda expôs todos os problemas que vem passando a Instituição, e de imediato ela necessitaria a colaboração de todas para o término de duas salas de aulas destinadas a atender deficientes auditivos. Mostrou a todas o orçamento para o piso das referidas salas que ficarão numa base de CR\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), orçamento este apresentado a ela em agosto de 1977. Imediatamente o grupo se prontificou a ajudar a cooperar no possível. O próprio grupo abriu o livro ouro, com a quantia de CR\$ 1.500,00. Foi também criado diversos grupos para recolhimento de gêneros alimentícios, a serem entregues na quinta-feira de cada semana. (INOSEB, 1977, p. 15)

Nesse documento é declarado que havia a presença de colaboradoras e que todas eram mulheres. Acreditamos se tratar, em sua maioria, pertencentes à alta sociedade de Brasília. Eram grupos de senhoras que, junto com as Irmãs Calvarianas, se reuniam para desfrutar de momentos de leitura da Bíblia, textos motivacionais, com temáticas como amor ao próximo e a importância da caridade (INOSEB, 1977), além da arrecadação de alimentos, cuja intenção

era contribuir com a obra assistencialista às famílias mais carentes dos alunos surdos (INOSEB, 1977). Vislumbramos mais sinais de que o INOSEB era um lugar que privilegiava as ações sociais quando lhes é feito um convite para um evento. Esse registro foi encontrado também na Ata das Reuniões de Professores (1973-1981, p. 9): “Reunião interrompida com a chegada da Dra. Olga, assessora do governador, a Sr^a: Vera Prates, vindo convidar a participar da 1^a Semana Social de Brasília: o convite foi aceito”. Bem provável que, nesses eventos, era divulgado o trabalho de cunho assistencialista do INOSEB, contudo as fontes não nos deram essa resposta.

Como já anunciado, houve o ensino de Jovens e Adultos no INOSEB (o Mobral), entretanto, essa modalidade teve fim em 1986, quando “encerrou o trabalho de educação de surdos adultos que vinha sendo desenvolvido por vários anos” (MENDONÇA, 1996, p. 172), antes de encerrar essa modalidade, “a partir de 1984, o CEAL estendeu o atendimento aos adultos DA, nas dependências do INOSEB. A matrícula era realizada no próprio CEAL, bem como toda a informação sobre o aluno” (INOSEB, 1981-1983, p. 1).

Segundo Costa (2020, p. 63), “o MOBREAL foi “um programa que se apresentava como universalizador da alfabetização para jovens e adultos, visando à erradicação do analfabetismo”. Sabemos que a alfabetização de jovens e adultos foi uma política pública do Governo Federal. O documento do MEC, intitulado: “Mobral: sua origem e evolução”, endossa essa informação, nos mostrando a importância desse movimento:

A alfabetização de adultos não constitui experiência nova nem no Brasil nem em qualquer outra parte do mundo. Mas a alfabetização de milhões de pessoas por ano representa, por certo, movimento sem precedentes em nossa História. O MOBREAL tem sido o responsável por esse movimento, graças à conjugação do apoio do Governo Federal com a ampla adesão das comunidades à causa da erradicação do analfabetismo. O lema "Você também é responsável" parece ter mobilizado toda a população brasileira no sentido de levar o conhecimento da leitura, da escrita e do cálculo às classes menos favorecidas e aos rincões mais afastados do país. Entre setembro de 1970 e setembro de 1973, 4,9 milhões de adolescentes e adultos aprenderam a ler e a escrever nos cursos do MOBREAL(...). (BRASIL, 1973, p. 4).

O Governo brasileiro encarregou-se de assumir o controle da alfabetização de adultos. Por meio da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, criou, no domínio do Ministério da Educação, uma fundação de direito público chamada Movimento Brasileiro de Alfabetização, que tinha como propósito alfabetizar cerca de 11,4 milhões de adultos até 1971, delineando a supressão do analfabetismo no Brasil até o ano de 1975. Logo após um espaço de tempo de planejamento, o Mobral passou a funcionar em 1970 (BRASIL, 1973). Os cursos do Mobral funcionavam no período noturno, servindo-se dos prédios de escolas, templos, sindicatos e

outras instituições. O Mobral fazia convênios com os municípios, formado por comissões, onde compactuava para com o fornecimento de material didático, orientação técnica e recursos para o pagamento dos alfabetizadores (BRASIL, 1973).

O INOSEB foi uma dessas escolas, pela ausência de informações não é possível aprofundar como que essa vivência dialogava com o cotidiano das suas práticas educativas, principalmente no que diz respeito à educação de surdos, apenas que o Mobral não foi suficiente para alfabetizar os surdos adultos e que, como outrora mencionado, quanto à metodologia foi necessário retornar com a proposta da DERDIC. Contudo, é possível apontar para a possibilidade de que, além das professoras receberem uma ajuda financeira, é bem provável que o INOSEB também poderia receber verbas do MEC, embora não tenhamos conseguido confirmar essa informação diretamente pelas fontes. Foi encontrado apenas o registro de como surgiu a ideia de abrir as turmas do Mobral, pelo motivo de alguns alunos serem adultos e analfabetos:

Em fins e abril de 1981, encontraram-se as professoras Irmã Helena Croda e Irmã Yolanda, a fim de avaliarem as atividades do primeiro semestre. Pelo fato de os alunos serem adultos constatou-se a necessidade de se fazer uma experiência com a aplicação do Sistema Mobral” (INOSEB, 1973-1981, p. 11).

Posteriormente, de acordo com Mendonça (1996, p. 174), no ano de 1996, as calvarianas, com relação às práticas de ensino, continuavam “atendendo as crianças surdas e auxiliando-as na aprendizagem”. Tinha a seguinte organização: “durante a semana 26 crianças frequentam o Instituto de manhã e de tarde para o apoio pedagógico, desenvolvimento da linguagem e trabalhos artesanais” (MENDONÇA,1996, p. 174). E dessas crianças, “07 entre elas dormem no Instituto”. (MENDONÇA,1996, p. 174).

A missão do INOSEB, naquela época, nos revela que a instituição religiosa almejava atender “a realidade local: dá moradia a algumas meninas D.A pobres, atendimento ao desenvolvimento da fala, apoio pedagógico, artesanato e Centro de Pastoral do Surdo” (MENDONÇA,1996, p. 175). Ao entrarmos nesse campo religioso, percebemos que o INOSEB oferecia apoio espiritual aos surdos, o qual será detalhado na seção seguinte.

2.2. Práticas de educação católica no INOSEB

Direcionando nosso olhar agora para o trabalho religioso do INOSEB. Vamos analisar as práticas católicas desenvolvidas na instituição. Ao discorrermos sobre essa trajetória, foi necessário, de início, desfiar sua gênese. Aqui no Brasil, “desde as primeiras expedições

colonizadoras encontra-se a presença de religiosos vindos com o intuito de propagar a fé católica (...)” (CHORNOBAI, 2002, p. 22). Por essa razão, “a história da Igreja Católica é marcada pelas influências da organização da sociedade no seu contexto sociopolítico-econômico, que contribuíram em sua formação, enquanto instituição, e que têm, ainda nos dias atuais, uma grande penetração social” (LIMA *et al.*, 2017, p. 13).

A obra missionária da Igreja visava alcançar, por meio do ensino, especialmente pessoas com deficiência. Isso porque “uma das especialidades da Igreja Católica em relação às demais instituições religiosas é a sua proximidade com os sujeitos com surdez” (COSTA, 2019, p. 57). Acerca do ensino da Igreja voltado para os surdos, Costa (2019) aprofunda:

A Igreja Católica defendia uma concepção religiosa e humanista do ensino, e até reivindicava financiamento público para as escolas (...) com seus símbolos e seus discursos ajudou a moldar a identidade de diferentes sujeitos sociais no Brasil, e no cenário educacional das pessoas com surdez, contribuiu efetivamente ao possibilitar práticas discursivas que produziram sentidos e significados na vida desses indivíduos (COSTA, 2019, p. 54).

Entre os seus trabalhos humanistas, estava a preocupação com o ensino e com a religiosidade. Para tanto, nesse momento, iremos dialogar com os estudos de Costa (2019), com relação à educação dos deficientes. Conforme esmiúça o autor:

No que diz respeito à educação das pessoas com necessidades educacionais no Brasil, a Igreja também atuou (...) em território brasileiro, a inserção nessa esfera educacional se deu principalmente por meio da vinda de Congregações religiosas estrangeiras, as quais fundaram escolas e institutos educacionais especiais, por meio de associações e de religiosos (COSTA, 2019, p. 55).

Em seus primórdios, a educação de pessoas com deficiência no Brasil nos mostrou “um caráter eminentemente assistencial (...) adequando-se aos vários aspectos do meio social econômico e político (...)” (COSTA, 2019, p. 68). Tal perspectiva “delineou diretrizes perpendiculares em relação à educação das pessoas com deficiências” (COSTA, 2019, p. 68). Ao que tudo indica, a Igreja, “entre as décadas de 50 e 80 (...), incentivou tanto uma pedagogia voltada para a oralidade quanto para a Linguagem de gestos” (COSTA, 2019, p. 55). Essa investida da Igreja para com as pessoas com deficiência, especificamente para os surdos, “viabilizava a consolidação e a influência da religião católica no País” (COSTA, 2019, p. 57).

Esse “viés educativo, por meio de instituições educativas (...), correspondia a totalidades orgânicas ideológicas que serviram para o revigoramento do catolicismo em terras brasileiras” (COSTA, 2019, p. 57). Ainda de acordo com Costa (2019), com a inspiração desse efeito:

Sob o influxo de práticas discursivas educativas, mescladas com práticas discursivas religiosas: catequéticas, ensino da linguagem de gestos, a oralização, os preceitos doutrinários, etc. A instituição garantiria seus interesses e estabeleceria estratégicas redes de influência de seu pensamento no ideário nacional.” (COSTA, 2019, p. 57).

Há vários anos “um trabalho incisivo vem-se delineando em relação aos surdos por parte de ações da Igreja” (COSTA, 2019, p. 82). Trata-se da Pastoral dos Surdos, que, ainda conforme Costa (2019), iniciou com:

A vinda de congregações europeias para o Brasil, com a fundação de escolas e institutos educacionais de educação para surdos, principalmente nos primórdios da República, contribuiu para a consolidação da Pastoral dos Surdos na década de 50. Oficialmente, na mesma data de 1950, começado esse trabalho, ocorre embora anteriormente a esse período já houvesse uma articulação de religiosos com trabalhos mais específicos voltados para os surdos (COSTA, 2019, p. 73).

No Brasil, o surgimento da Pastoral dos Surdos teve como figura principal o padre Vicente de Paulo Burnier, conforme relata Silva (2010, p. 80-81):

Burnier nasceu em Juiz de Fora-MG, estudou no INES, no Rio de Janeiro-RJ e, em 1951 foi ordenado sacerdote, o primeiro padre surdo (*ou deficiente auditivo*) do Brasil e o segundo na história da Igreja Católica (...) devido a sua surdez, teve que pedir diretamente ao Papa Pio XII autorização para ser ordenado, tendo argumentado sobre um caso antecedente de um padre surdo espanhol. Além disso teve que provar a fluência em português e latim, sabendo falar cinco línguas, ou seja, ele foi plenamente oralizado. Padre Vicente prestou assistência religiosa aos *surdos* de todo o Brasil, sendo um padre itinerante, viajando para ensinar catecismo, ministrar primeira comunhão, celebrar casamentos, entre outras atividades religiosas e associações relativas à surdez. Por conta disso, foi bastante conhecido em todo o território nacional.

Além dele, outro sacerdote também é reconhecido como grande contribuidor para o trabalho na Pastoral dos Surdos, trata-se do padre Eugênio Oates:

Juntamente com padre Vicente de Paulo Burnier, padre Eugênio Oates também recebe o título no meio católico de *bandeirante* da Pastoral dos Surdos. Ele é lembrado menos por seus feitos associativos e políticos, certamente qualidades de Burnier, mas por suas pioneiras reflexões sobre o que denominou *linguagem das mãos*. Como foi dito, organizou um dicionário composto por sinais que atualmente são indicializados à *libras*. Oates é sacerdote redentorista norte-americano, nascido em 1915, e veio para o Brasil nos anos 1940 para atuar como missionário nos estados de Amazonas e Pará. Como teve contato com a pastoral voltada para surdez em seu país de origem, a partir dos anos 1950, no Brasil, passou a atuar junto às instituições educacionais ligadas à surdez, entre elas o INES e o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (da Congregação das Calvarianas), no Rio de Janeiro (SILVA, 2010, p. 82)

O padre Eugênio Oates teve um papel fundamental na Pastoral dos surdos, porque ademais publicou alguns trabalhos voltados para a comunicação dos surdos e atuou em lideranças:

A partir dos anos 1960, contando com o auxílio de Burnier, realizou uma ampla pesquisa, em todo o território nacional, sobre os *gestos* e *as mímicas* (como denominava o que atualmente são chamados de *sinais*), partir da qual produziu algumas publicações sobre essa forma de comunicação. Nos anos 1970, foi escolhido para ser um dos três para ser um dos três co-presidentes da Comissão Espiritual para a Federação Mundial dos Surdos (1972-1977). No início dos anos 1980, esteve relacionado com luteranos de Porto Alegre, para a publicação que inaugura uma perspectiva diferenciada sobre essa forma de comunicação, chamada pelos luteranos *Linguagem de Sinais do Brasil* (...). (SILVA, 2010, p. 82)

Sabemos que a Igreja Católica e a Igreja Evangélica tiveram uma responsabilidade muito grande com relação à disseminação da *língua de sinais*, pois a Igreja Católica “é a instituição que mais intrinsecamente está vinculada com os territórios fundamentais para a sociabilidade de *surdos*, locais de onde puderam emergir os sinais que atualmente compõem a *libras*, tais como escolas, associações e paróquias” (SILVA, 2010, p. 163).

Além disso, destacamos também que a igreja católica esteve intimamente ligada à cidade de São Paulo, por meio de várias instituições (SILVA, 2010), “tendo foco de análise a dinâmica urbana da cidade (...)” (SILVA, 2010, p. 159), assim:

Há uma rede católica que associa escolas especiais, associações de surdos e paróquias. Como exemplo, duas importantes escolas especiais – a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Instituto Santa Teresinha – estão vinculadas a Pastoral dos Surdos da Paróquia São Francisco de Assis (...) Além disso, é comum circular em nesses domínios – escolas especiais e paróquias – pessoas que ocupam ou já ocuparam posições representativas políticas na Associação de Surdos de São Paulo e FENEIS. Não raro, ativistas políticos estudaram nesses colégios católicos. Ademais, considerando sobretudo a dimensão da sociabilidade, certamente são esses espaços vinculados à Igreja Católica que possuem um grande poder associativo revelado sobretudo em suas festas juninas anuais, como as do Instituto Santa Teresinha, DEDIC e Pastoral dos Deficientes Auditivos em Moema (SP). Assim, há uma relação de intensa troca entre domínios da paróquia, da escola especial e da representação política em relação à Igreja Católica. Sendo esta, certamente uma organizadora de capital político na rede em questão.

Quanto à conduta da Pastoral dos Surdos empreende-se no dinamismo “que agrega trabalhos litúrgicos, catequéticos, educacionais, sociais, instrucionais, encontros formações,

relações, subjetividades (...) a partir desse processo estabelecido pela Entidade para com os surdos (...)” (COSTA, 2019, p. 82). Essa ação visa operar em diversos campos como reproduz Frei Pacífico (online, 2022):

Liturgia: Preparar celebrações e encontros de caráter espiritual. **Catequese:** atuam na formação da pessoa surda, buscando maior conhecimento da palavra de Deus, pela preparação do batismo, eucaristia, crisma e curso de noivos e outros. **Juventude:** atenção especial é dada aos jovens, por meio de encontros, caminhadas e momentos de lazer, permitindo que o jovem desenvolva sua própria espiritualidade. **Cultura:** a Pastoral do Surdo se faz presente em eventos, exposições, danças e datas comemorativas. **Ação Social:** atua na formação política, conscientizando a pessoa surda em relação a seus direitos e deveres na sociedade em que vive. (FREI PACÍFICO, 2022, online)

É importante detalharmos como é a atuação do movimento da Pastoral dos Surdos, que, conforme Frei Pacífico (online, 2022), corresponde a uma “ação da Igreja Católica que tem como princípio e fundamentação no próprio projeto de vida de Jesus Cristo (...) buscando a transformação e acessibilidade adequada a diversas realidades”. E tem como propósito:

(...) possibilitar aos surdos um espaço dentro da Igreja Católica, assumindo diversos serviços e de ministérios; dar testemunho de vida cristã dentro da Comunidade, buscando eliminar o preconceito, o individualismo e a discriminação, presente ainda hoje nas famílias, nas escolas, no mundo do trabalho e nas Igrejas; conhecer os meios de comunicação do surdo, particularmente a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais instrumento e mediação do diálogo com os outros e com Deus; Respeitar a identidade e a cultura dos surdos brasileiros e de outras comunidades de surdos do mundo, a fim de valorizar a vida e todas as suas potencialidades. (FREI PACÍFICO, 2022, online)

A respeito da Pastoral dos Surdos, Costa (2019, p. 80) afirma que:

Além das atividades realizadas nas diversas congregações católicas brasileiras de cunho pedagógico e evangelizador, a Igreja promoveu inúmeros encontros nacionais de várias naturezas envolvendo surdos, catequistas, intérpretes e comunidade em geral. A função desempenhada por essa Pastoral e suas subdivisões no Brasil é ampla, transcendendo o caráter unicamente catequético.

Desde 1970 no Brasil, foram realizados diversificados eventos pela Igreja, para o processo de catequese e educação de surdos. Essas atividades foram reuniões de caráter nacional da Pastoral dos Surdos, especificamente voltados para a catequese e para trabalhos de caráter pedagógico e terapêutico com os surdos. (COSTA, 2019, p. 81)

Nesses encontros da Pastoral, precisamos incluir a figura do intérprete e do guia-intérprete de Libras, no contexto de comunicação dos surdos junto ao trabalho da Pastoral. Cruz (2016) define assim esse personagem tão importante:

O intérprete que atua em igrejas é chamado de Intérprete Religioso. Esse deve ter um profundo conhecimento bíblico e de sinais relativos à religião para que sua atuação seja bem-sucedida. Esse ambiente é considerado por muitos como o berço desse profissional, pois a maioria dos TILS começaram a atuar fazendo trabalhos em missões evangelísticas ou eram amigos de surdos e resolveram levá-los para a igreja. (CRUZ, 2016, p. 10).

Aqui alcançamos os vestígios de práticas católicas encontradas no INOSEB, começando com os intérpretes e guias- intérpretes de LIBRAS, nesse contexto tem um papel fundamental, geralmente alguns são de família de pessoas surdas, ou de alguma maneira convivem com alguém que necessita se comunicar por meio da Libras, é mencionado a presença de vários intérpretes voluntários nos eventos da Pastoral dos Surdos do INOSEB (PASTORAL DOS SURDOS..., s.d., p. 27).

As Irmãs Calvarianas demonstram um profundo agradecimento pelo trabalho voluntário desses intérpretes e guias- intérpretes, peça chave para o alcance do objetivo do ideal da Pastoral dos Surdos, expõe que esses têm contribuído suntuosamente e com bastante zelo:

(...) na formação e acompanhamento do grupo de surdos e de várias outras intérpretes que foram fazendo um caminho de aprendizagem junto a comunidade surda e oferecendo esse bonito dom a serviço da efetivação da Pastoral dos surdos. (PASTORAL DOS SURDOS..., s.d., p. 22)

Há, sem dúvida, demonstrado nesse trabalho voluntário uma empatia por parte dessas pessoas que muito generosamente se disponibilizaram a prestar esse trabalho voluntário, é perceptível que existe um vínculo entre esses intérpretes e os surdos da Pastoral.

Deu-se início a esse trabalho de evangelização com o movimento da Pastoral dos Surdos no Instituto, o qual corresponde a “um local de acolhida para assistência social e formação religiosa para surdos (...) realizam-se missas, catequese, formação para primeira comunhão, crisma, confissão, casamentos, encontros de casais”. (SILVA, 2012, p. 23). Na fonte Fichas Arquidiocese de Brasília (1969 - 1982) se menciona que era oferecido no INOSEB: Catequese dos sacramentos aos surdos adultos, curso de crisma para surdo adulto.

Abordamos um pouco mais sobre essa vinculação ao encontrarmos no documento “Pastoral Dos Surdos de Brasília Fundada em 1982 e Hoje 15 de Setembro... Comemorando 30 Anos, Servindo E Evangelizando Com Amor” (sem ano, p. 27), a descrição desse movimento:

A pastoral dos Surdos de Brasília é um espaço de evangelização. Conta com o trabalho e dedicação de voluntários surdos e ouvintes. Tem como finalidade o engajamento dos mesmos na comunidade de fé, o cultivo de espaços vivências, resgate dos valores culturais próprio dos surdos, despertá-los para a solidariedade e a cidadania; potencializá-los como agentes evangelizadores e para a vivência de uma espiritualidade própria (PASTORAL DOS SURDOS..., s.d., p. 27)

Nota-se a valorização dessa ação, que nos apresenta como um espaço de aplicação do evangelho e principalmente de devoção à igreja e à causa para com os surdos. Além disso, esse documento nos remete ao começo do trabalho de evangelização:

(...) a sede de Deus que essas pessoas carregavam dentro delas e decide iniciar o trabalho de Evangelização. Esta missão de evangelizar é assumida com jovens e adolescente que já haviam feito a Primeira Eucaristia preparados pelo CEAL. Assim inicia no Instituto Nossa Senhora do Brasil - INOSEB, a preparação do primeiro grupo de surdos para receber o sacramento do Crisma. É com esse grupo que a Pastoral inicia no ano de 1982. Toda a atividade de evangelização começou na pequena sala de residência das Irmãs Calvarianas e na medida em que ela foi crescendo as Irmãs foram ampliando os espaços da casa para acolher os surdos que cada vez mais buscavam esse serviço. Aos poucos foram chegando mais Irmãs Calvarianas para somarem na missão do INOSEB juntamente com a Ir. Yolanda e Ir. Helena. Irmã Helena amplia também a equipe de Catequistas com Irmã Mary Gimenez Irmã Calvariana surda, cuja missão específica confiada pela Congregação é a Evangelização dos Surdos tendo como apoio Irmã Maria Angélica Ortega também surda engaja no serviço de evangelização junto com tantas outras irmãs Calvarianas que mesmo não estando diretamente no trabalho com os surdos davam apoio para que estas irmãs pudessem assumir a Pastoral dos Surdos. A pastoral foi aos poucos adquirindo dinamismo, e as Irmãs no desejo de fazer o surdo sujeito de sua própria história, iniciam a preparação dos primeiros catequistas surdos (...) dentre estes vários atuam até hoje na liderança da Pastoral (PASTORAL DOS SURDOS..., s.d., p. 14-22).

Percebe-se que, por meio dessa fonte, a missão das Irmãs é destacada graças à representatividade da pessoa surda que nos é apresentada, quando põe como protagonistas às calvarianas surdas: Irmã Mary Gimenez e Irmã Maria Angélica Ortega. Acreditamos que, por causa da presença dessas Irmãs, a busca da comunidade surda pela Pastoral dos Surdos ampliou-se. Outro aspecto relevante dentro dessa análise é que as Irmãs Yolanda e Irmã Helena Croda, figuras importantes destacadas até agora em nossas fontes, desde as práticas de ensino no INOSEB, aparece mais uma vez também na evangelização, liderando o grupo.

No ano de 1983, a Pastoral dos Surdos de Brasília era composta por “(...) Irmã Helena Croda, coordenadora; Irmã Maria do Espírito Santo; Irmã Maria Beatriz e Irmã Yolanda Baldiotti”. Fazia parte também, um Arcebispo, um Bispo auxiliar e um Vigário polonês (FUNDAÇÃO..., 1965-1983).

Esse dinamismo do INOSEB nos leva a concordar com o pensamento de Cerqueira (2019, p. 23), que dizer que Pastoral dos Surdos não somente:

(...) fomentou a evangelização na perspectiva religiosa, mas também o conhecimento de Libras, onde surdos e ouvintes puderam entrelaçar-se, dialogando, rompendo barreiras e mostrando que é possível romper com o preconceito e discriminação, demonstrando potencialidades. O trabalho é voluntário, mas torna-se notório o empenho para que os surdos apesar da minoria dentro da igreja, não sejam menosprezados.

As Irmãs Calvarianas, ao longo de sua história em Brasília, como já repetidamente temos dito, aprenderam a superar desafios diários, sempre alcançando seus projetos, isso não foi diferente com a Pastoral dos Surdos. No início dessa atuação, tiveram a contribuição das Irmãs de Notre Dame que:

(...) ajudaram oferecendo o lugar para os encontros no início da Pastoral dos Surdos. Aos poucos a pastoral foi crescendo e a casa das Irmãs foi ficando pequena para acolher os surdos, assim foi feito projeto para construir o Centro de Convivência Pierre Bonhomme, espaço que hoje utilizado, e que é como se fosse a casa dos surdos. (PASTORAL DOS SURDOS..., s.d.)

As fontes não apresentam em que ano isso ocorreu, no entanto nos revelam que foi a partir desse momento que se desenvolveu a ideia de criar o Centro de Convivência Pierre Bonhomme. A ideia desse nome surgiu para homenagear o fundador das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, o Padre missionário francês Pierre Bonhomme. Na imagem a seguir (Figura 12), é possível ver o Centro de Convivência Pierre Bonhomme:

Figura 12 – Centro de Convivência Pierre Bonhomme



Fonte: (INOSEB, 1996)

Por se tratar de um período que não discorre nesse trabalho, não iremos aprofundar sobre o Centro de Convivência Pierre Bonhomme.

Dos vestígios apontados, apresentaremos agora as fichas da Arquidiocese de Brasília. Essas fichas expõem a informação do que era oferecido no INOSEB: Catequese dos sacramentos aos surdos adultos, curso de crisma para surdo adulto. Salientamos um trecho de uma delas, de 1969, em que afirma que:

A finalidade principal da Congregação era permitir aos seus membros consagrar suas vidas ao senhor, em comunidade e ao serviço da Igreja. Outras finalidades da Congregação: Educação, Missão, todos os serviços do apostolado dos jovens, doentes, sobretudo dos mais pobres. (INOSEB, 1969)

Aqui também verificamos a visão assistencialista, a preocupação social com a pessoa surda, que é a essência da Pastoral do Surdos. Sabemos que o Instituto promovia festas, almoços e distribuição de alimentos, tudo isso sobre a organização da Pastoral dos Surdos.

Por último, se destaca a foto, na figura (13), do padre que fazia parte do CEAL, celebrando uma missa:

Figura 13 – Padre regendo a missa na Pastoral dos Surdos



Fonte: (INOSEB [1987?])

Analisando essa fotografia do Padre, ela nos possibilita oferecer nosso testemunho, garantindo historicamente que as “imagens nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida” (BURKE, 2017, p. 24). As fontes não esclarecem exatamente qual era o nome do Padre, apenas que pertencia ao CEAL, assim como outros Padres citados nos documentos (PASTORAL DOS SURDOS..., s.d., n.p.). Acreditamos que a imagem simboliza a Eucaristia, apresentada na Santa Ceia, onde eram celebradas as missas para os surdos, seus familiares e amigos. O INOSEB proporcionava esses momentos, inclusive, até nos dias atuais, eram realizadas todo sábado, segundo informações do próprio estabelecimento, onde as missas são interpretadas em Libras, por um intérprete voluntário.

Do que vimos até aqui, podemos afirmar que a educação religiosa – pela atuação da Pastoral do Surdo, pela catequese em preparação à comunhão e a crisma e pelas atividades religiosas realizadas no interior do INOSEB – era o outro braço do trabalho pedagógico das calvarianas, por meio do qual desenvolviam uma atividade missionária, no sentido de difusora de seus valores católicos entre os surdos e suas famílias. Esse era um diferencial na educação oferecida aos surdos quando comparada àquela propiciada pelas instituições públicas, conforme vimos no capítulo 1. É uma especificidade do modo de educar experimentado no INOSEB.

2.3. Fragmentos de itinerários educativos dos surdos

Graças à generosidade das fontes foi possível chegarmos até aqui. Nessa seção, apresentaremos alguns itinerários educativos percorridos por alunos do INOSEB, com base na documentação disponível. Para compreendermos melhor esse percurso, nos situaremos ao pensamento de Viñao (2000, p. 2), ao aprofundar o passado relacionando-o com a memória:

Todos, sem exceção, recriamos o passado e misturamos memórias e esquecimentos. A memória não é um espelho, mas um filtro, e o que sai pelo filtro nunca é própria realidade, mas uma realidade sempre recriada, reinterpretada e às vezes até mesmo consciente ou inconscientemente imaginado a tal ponto que pode vir, na mente de quem lembra, substituir, com vantagem, o que realmente aconteceu (VIÑAO, 2000, p. 2).

Trabalharemos, assim, com vestígios de memórias de itinerários educativos de alguns educandos do INOSEB, cujas marcas de suas experiências ficaram registradas em documentos institucionais. Ao abordar fragmentos de trajetórias de vida, lembra-nos Pierre Bourdieu (1996, p. 185) que:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

Considerando, assim, os riscos da ilusão biográfica (BOURDIEU, 1996), na busca por traçar itinerários formativos de alguns educandos do INOSEB, interrogaremos os seguintes documentos: livro de chamada, livro de matrícula, fichas de alunos, ficha da arquidiocese de Brasília, atas de reuniões, entrevista aos alunos, encaminhamento de alunos, avaliação do ensino especializado, relatório de atividades do INOSEB, relatório individual de aluno, declaração de aluno, prestação de mensalidade do INOSEB, Avaliação de Ensino Aprendizado, recibo de contribuição escolar e registro dos dados pessoais de cada aluno e do seu rendimento escolar.

Então iniciaremos com o Livro de Chamada dos Alunos “deficientes de audição” do Instituto Nossa Senhora do Brasil. Esse livro apresenta sua abertura na data de 15 de fevereiro de 1970, nele consta a lista de chamadas de várias turmas até o ano de 1989, não sendo possível identificar em alguma delas a que modalidade escolar se referem. Por essa razão, dentre essas chamadas, selecionamos a turma da professora Thereza Kaminski, a qual conseguimos identificar a modalidade:

Os alunos:

1- A. da S. R. A

2- G. P.

3- J. A. F. C.

4- M. R. A.

5- R. C. G.

6- T. L. P.

7- F. M. M. B.

8- G. S. de S.

9- G. S. de S.

10- T. C. F. C. (INOSEB, 1970, p. 2)¹⁰

A informação acima refere-se a uma turma de 1º ano do primário do INOSEB, comandada pela professora Thereza Kaminski. Nessa turma estavam matriculados 10 alunos, sendo 7 meninos e 3 meninas. Percebe-se que a turma era reduzida, não sabemos ao certo se era porque poucos tinham acesso à escola, ou talvez pela preocupação com a qualidade de ensino, ou se era para que os alunos fossem melhor atendidos, fazendo necessário turmas menores.

Cabe a nós enquanto passageiros dessa viagem, apenas perceber, assim como Marc Bloch, que “a história, ciência do tempo e da mudança, coloca a cada instante delicados problemas para o historiador” (BLOCH, 2001, p. 24), isso porque não conseguimos nos aprofundar nessas informações, tampouco sobre Thereza Kaminski, apenas o que foi dito anteriormente no capítulo 1 – se trata de uma professora formada no curso normal em São Paulo, além de professora especializada no Rio Grande do Sul.

Nos atentamos também para o termo utilizado na época, alunos deficientes de audição, trazendo à tona o que temos dito, colocando a deficiência em evidência, que era o que estava em voga na época. A proposta, naquele momento, era corrigir os defeitos que a perda auditiva trazia de prejuízo ao sujeito. Essa passagem desse registro nos limita a entender com profundidade como era a atuação dessa professora nessa turma, de que forma aconteciam as aulas, e como eram as atividades para esses alunos, se era igual para todos. Mas enquanto historiadores, não temos todas as respostas, pois as fontes nos limitam. Marc Bloch nos adverte que:

o trabalho do historiador somente com a coleta dos fatos, ao passo que uma fase anterior essencial exige do historiador a consciência de que o fato histórico não é um fato "positivo", mas o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema (BLOCH, 2001, p. 24).

¹⁰ Por questões éticas, optamos por utilizar somente as iniciais dos nomes dos educandos, preservando, assim, suas identidades.

Nessas buscas nos deparamos também com o livro de matrícula dos alunos, onde encontra-se dados pessoais como: nome, data de nascimento, ano do curso (modalidade de ensino). As matrículas foram realizadas do dia 13 de fevereiro de 1970 a 01 de julho de 1989. Essas marcas reveladas traçam o perfil de alunos situados no Instituto, onde quase todos advinham das cidades satélites como: Guará, Ceilândia, Taguatinga Norte e Taguatinga Sul. Apenas um aluno era morador do Plano Piloto. Esses alunos das cidades satélites eram encaminhados às Irmãs Calvarianas, para realizarem seus tratamentos de reabilitação conforme mostra o Encaminhamento do ano de 1987:

Encaminhamento ao Sr. Diretor do Instituto Nossa Senhora do Brasil, encaminhado a cliente R. M. S., prontuário nº: 4569/87, nascido em 10/06/1979, residente em Ceilândia Norte, responsável: W. M.S. irmã, para o tratamento de reabilitação auditiva na referida instituição INOSEB (INOSEB, 1987a).

As fichas apresentadas para esses alunos, eram prontuários, o que nos remete a uma perspectiva de serviço médico. O tratamento de reabilitação, segundo Borkovski *et al.* (2017) tinha como propósito “desenvolver ou devolver a capacidade de percepção auditiva ao indivíduo com auxílio de dispositivos” (BORKOVSKI *et al.*, 2017, p. 2). Esses dispositivos refere-se ao AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual) e ao implante coclear. Os AASI consistem em próteses auditivas convencionais:

(...) que permitem ajustes personalizados às necessidades de cada indivíduo transmitindo o som para a orelha média por meio do sistema vibroacústico. No entanto, em indivíduos que possuem a orelha interna alterada as próteses auditivas convencionais podem não vir a ter uma restauração auditiva satisfatória, pois limita a reabilitação da linguagem do indivíduo (BORKOVSKI *et al.*, 2017, p. 2).

O implante coclear é indicado “para a reabilitação da perda auditiva neurosensorial de grau severa a profunda, em indivíduos que não apresentam aproveitamento com o AASI” (BORKOVSKI *et al.*, 2017, p. 2). No Brasil, “em 1977 foi realizada a primeira cirurgia de Implante Coclear” (BORKOVSKI *et al.*, 2017, p. 2).

Ao que tudo indica, o INOSEB também atendia esses alunos que haviam passado por esse procedimento, por essa razão existia o tratamento de reabilitação auditiva. Para melhor compreensão do assunto, Borkovski *et al.* (2017), define o que é o implante coclear:

O Implante Coclear é um dispositivo eletrônico colocado cirurgicamente na orelha do indivíduo, com o objetivo de proporcionar, de forma direta, a estimulação elétrica das fibras do nervo auditivo, permitindo que ele tenha

sensações auditivas, melhorando suas habilidades de audição e, conseqüentemente, de comunicação (BORKOVSKI *et al.*, 2017, p. 2).

Passado esses indícios, encontramos outros atendimentos, conforme descreve o Relatório Individual de aluno (1987):

H.S.A. tem 15 anos:

a) Características da deficiência do menor: Deficiência Auditiva Severa, decorrendo daí as dificuldades para a linguagem falada. A surdez adquirida aos 3 anos de idade por inflamação no ouvido médio.

b) Programa fono-audiológico com aproveitamento da linguagem oral e conversacional através de técnicas especializadas.

c) Atividades desenvolvidas na orientação educacional: Reforço escolar, atendendo-se a atitudes de reflexão, responsabilidade e execução de tarefas.

d) Relato de Evolução: Evolução lenta nos aspectos específicos da linguagem falada e escrita, com perspectiva de progresso satisfatório. Boa participação das atividades ocupacionais e da vida diária, mantendo com todos, bom comportamento (INOSEB, 1987).

É inegável que o INOSEB pretendia conhecer plenamente o seu alunado, essas informações, como características da deficiência, eram obtidas por meio de entrevistas com os pais ou alguém responsável pelo aluno, o que será referido posteriormente. Quanto ao programa fonoaudiológico, acreditamos que era realizado pelas próprias Irmãs, as quais tinham formações na área. Nessa época, como já comentado nesse trabalho, as professoras do Instituto faziam cursos de especialização para desenvolver o treinamento da fala com seus alunos.

Observa-se também a atuação da orientação educacional, deixando claro que havia um acompanhamento com relação à evolução das linguagens falada e escrita, percebendo uma preocupação com relação à independência da comunicação do aluno, seja de forma escrita ou de forma oral. Quanto às atividades ocupacionais, proporcionava o desenvolvimento da autonomia no ensinamento das práticas da vida diária.

Retomando a atuação do orientador educacional, vejamos a Avaliação de Ensino Aprendizado de um aluno, documentada em de 18 de dezembro de 1989:

O aluno H.S.A., no 1º semestre, o aluno faltou muitas vezes ao atendimento individual de fala. Não se lhe pôde notar quase nenhum progresso na oralização. No reforço escolar, foi trabalhado na linguagem convencional e linguagem escrita, através de frases, gravuras e relatos do dia a dia. Tem ótimo relacionamento com a professora e com os colegas, mas é um tanto disperso e lento. De modo geral, o seu aproveitamento foi regular.

No 2º semestre o aluno continua faltando ao atendimento individual da fala. Não raro chega atrasado na datilografia e outras aulas.

Dezembro- Avaliação final do ano: Por diversas vezes, avisamos o pai e a mãe a respeito do atraso com que o aluno chegava à aula. Apesar da nossa insistência para a pontualidade, não houve modificação. Assim, interrompeu

sumariamente o seu curso de datilografia e fala individual. O aproveitamento geral do aluno foi muito reduzido, embora o relacionamento com professora e colegas tenha permanecido bom (INOSEB, 1989).

O mencionado aluno demonstrou certa dificuldade na execução de suas atividades na instituição, fato este que o levou a nenhum avanço no que diz respeito ao desenvolvimento da sua linguagem oral. Denota certa dificuldade em chegar no horário certo, da aula de datilografia e fala individual chegando ao ponto de desistir. Até o momento, não nos havia sido apresentado essa aula de datilografia, tampouco essa fala individual, tornando-se agora um novo traço da formação no INOSEB. Talvez a fala individual fizesse parte do programa fonoaudiológico, mencionado anteriormente, contudo as fontes não conseguiram esclarecer.

Há também uma Avaliação Ensino Especializado, referente à terapia da fala e aspectos comportamentais, datada de 09 de julho de 1993:

Avaliação: Ensino especializado, terapia da fala e aspectos comportamentais do aluno A. M. S: O aluno está desenvolvendo bem. É muito interessado, quer aprender, faz muitas perguntas. Como tem um bom resíduo comunica-se bem oralmente tem a prótese, mas não gosta de usá-la. Possui quase todos os fonemas. Está no CBA continuando com um bom aproveitamento (INOSEB, 1993a).

O que destaca nessa avaliação é a dificuldade que o aluno tem em utilizar a prótese auditiva, trata-se do AASI. É bem provável que tenha começado a fazer uso desse aparelho com uma certa idade, dificultando sua adaptação. Todo o atendimento desse aluno no INOSEB assim como os demais relatos anteriores referem-se ao horário contrário de aula da escola em que se encontrava matriculado.

Já sabemos, como tantas vezes explanamos, que havia um convênio entre o INOSEB e o CEAL, levando-nos ao entendimento de que o INOSEB passaria a oferecer os atendimentos especializados e, até 1986, oferecer a educação de jovens e adultos. Abrimos um espaço para falarmos a respeito desse ensino (Mobral), onde é citada numa declaração de um aluno do ano de 1983: “Declaração do estudante C. M. O. de 05 de maio de 1983 com foto, cursando a 2ª série do 1º grau no INOSEB, no horário de 19:00 às 22:00hs” (INOSEB, 1983). Isso realça, mais uma vez, que o ensino dos jovens adultos funcionava e que, conforme as fontes, perdurou até o ano de 1986.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que, no Livro de Chamada dos alunos e na Ata das Reuniões de Professores (1973-1981), se afirma que havia turmas funcionando em outras modalidades de ensino, onde contém o “registro dos dados pessoais de cada aluno e do seu rendimento escolar, expresso através das menções: O= Ótimo; B= Bom; R= regular; F= Fraco;

I= Insuficiente. Também é registrado, em fevereiro de 1981, o conceito final do aluno, sua promoção e a situação em que fica o aluno no final do ano (...)” (ATA DAS REUNIÕES DE PROFESSORES, 1973-1981, p. 2). Sobre esse rendimento escolar, vejamos o seguinte caso:

Nos termos do Regimento Escolar do Instituto Nossa Senhora do Brasil, a aluna G. J. T. S. teve a menção R= regular ficando promovida para a 5ª série no Instituto Nossa Senhora do Brasil, após haver terminado a 4ª série, a aluna fica automaticamente desligada da referida Instituição. (ATA NAS REUNIÕES DE PROFESSORES, 1973-1981, p. 2)

Além desse documento, nos é apresentado também essas informações no Livro de Registro dos Dados Pessoais de Cada aluno e do seu Rendimento Escolar, os quais novamente discorreremos das menções de cada aluno, e até mesmo as disciplinas do 1º ao 4º bimestres, as quais são: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Iniciação de Ciências e Matemática, Retrataremos as observações apontadas “do aluno E.C.F. aluno exemplar, inteligente, esforçado, responsável, recebeu menção B= Bom, foi promovido para a 2ª série do 1º grau” (INOSEB, 1981-1983) .

Isso nos leva a perceber que a escola ainda funcionava no INOSEB, todavia com um número reduzido de turmas. Alguns pais preferiram ter seus filhos estudando no INOSEB a serem transferidos para o CEAL, conforme afirma essa declaração, de 21 de setembro de 1982:

Nós alunos do Instituto Nossa Senhora do Brasil, abaixo assinado estudando em regime seriado e cursando, neste ano de 1982, a 2ª série do 1º grau, declaramos que estamos cientes do contrato assinado entre o CEAL e o Instituto Nossa Senhora do Brasil, através do qual o CEAL assine a matrícula e a continuidade dos estudos dos alunos deste Instituto. Declaramos que estamos de acordo com tal medida e queremos continuar nossos estudos neste Estabelecimento. (INOSEB, 1982)

Esses alunos matriculados em regime seriado, mesmo ao serem informados do convênio pelo CEAL, parece sentirem-se acolhidos pelas Irmãs. Como outrora dito, o CEAL era uma instituição com mais capacidade de estrutura e tecnologia que o INOSEB, na ocasião recentemente inaugurado e com um espaço gigantesco, mesmo assim essas famílias sentiam-se acolhidas pelas religiosas, talvez por terem recebido o amparo e refúgio que jamais sentiram em nenhum lugar.

Esse acolhimento humano que o INOSEB prestava ao seu público partia desde o primeiro dia em que chegava na instituição. De acordo com as fontes, ao ter um aluno matriculado, as Irmãs procuravam, primeiro, realizar uma entrevista com os pais, uma espécie de anamnese, onde era interrogado detalhes para a família sobre cada discente como: dados

peçoais, laudo médico e causa da surdez. Era realizado um questionário, cuja finalidade era “coletar dados da dinâmica individual de cada aluno” (INOSEB, 1987b), cuja intenção do INOSEB era ter “o maior número de informações sobre eles de forma a facilitar o desenvolvimento de suas potencialidades” (INOSEB, 1987b). Como exemplo é citado uma entrevista com a mãe do aluno E.S.R. onde afirma que a surdez do seu filho iniciou aos 2 anos (INOSEB, 1993b).

E por isso existia, por parte do instituto, uma preocupação muito grande pelo bem-estar dos seus alunos, prova disso é o que foi registrado na Atas das reuniões de professores (1973-1981), quando no final de dezembro de 1981:

Estudou-se o caso do aluno que sofreu um leve desequilíbrio emocional [que] causou uma pequena regressão nos estudos. Tornou-se a devida providência. Testou-se também do aproveitamento escolar dos alunos cujo resultado encontra-se registrado no livro de Registro dos dados pessoais de cada aluno. (ATAS DAS REUNIÕES DE PROFESSORES, 1973-1981)

Aqui não nos é apresentado o aluno tampouco de que maneira surgiu esse desequilíbrio emocional. Ao mencionar o desempenho escolar dos alunos, referindo-se ao Registro de dados pessoais de cada aluno, o qual essa fonte foi citada anteriormente. Novamente, iremos mencionar uma Avaliação da Orientação Educacional em dezembro de 1988, a qual nos remete a uma passagem traumática de uma aluna, em que as Irmãs demonstraram sensibilidade à situação em que a mesma vivia no momento:

A aluna faltou várias vezes ao atendimento, por não ter quem a trouxesse, pois a sua irmã que costuma acompanhá-la sofreu um acidente. Ao retornar, no dia 16/08, começamos a atendê-las no vibra-som, o que muito a interessou. Confeccionamos um caderno de linguagem, com gravuras visando à fala espontânea e a fixação das palavras aprendidas na cartilha Posso Falar. A alfabetização prossegue na cartilha (INOSEB, 1988).

Percebemos nessa avaliação uma preocupação com a vida dos alunos, a ponto de conter detalhes, como o acidente da irmã dessa aluna, motivo este que a levou a ficar por um período infrequente. Ao atender essa aluna, utilizaram o vibra-som que, segundo Perlin *et al.* (2009, p.15), é “um método que (...) enfatiza a transmissão do som, aprendizagem pelo contato com o som”. O vibra-som faz parte dos “métodos que poderiam ser chamados de áudio-orais, ou seja, que dão muito valor à utilização do oral bem como dos restos auditivos nos surdos” Perlin *et al* (2009, p. 14). Quanto ao uso da cartilha Posso Falar, de acordo com Machado (2010):

em 1969, a fim de orientar o professor especialista em deficiência auditiva, a professora Ápia Couto criou a cartilha “Posso Falar”, que utiliza o método oral puro. Essa cartilha foi adotada como livro base por muitos anos nas escolas orais e auditivas do Estado, sendo inclusive publicada e distribuída pelo Ministério da Educação (MEC). Em 1977, após pesquisa, feita pela própria autora, dos resultados do trabalho realizado pelos professores, houve uma reedição da cartilha, que passou a vir acompanhada de um livro de orientação para o uso do professor (MACHADO, 2010, p. 50).

Essa cartilha foi adotada pelo INOSEB porque representava o que havia de mais efetivo para a educação de surdos naquele período, esse material foi utilizado por muito tempo, pois, ao chegarmos aos anos de 1988, ainda era empregado pela instituição. Observamos assim que o professor tem uma grande responsabilidade na utilização dessa cartilha, pois:

A formação do professor visava ensinar técnicas e métodos de ensino da fala oral, propagando, ainda, uma perspectiva clínica da surdez. O método era considerado “perfeito”. Por isso, a ideia era de que, se o aluno fracassasse, a culpa seria do professor, que não soube aplicar o método corretamente, ou até mesmo do aluno surdo, que poderia ser considerado “preguiçoso” (MACHADO, 2010, p. 50).

Com esses fragmentos encontrados no INOSEB, foi possível remontar uma parte da sua história e assim conciliar com o pensamento de Marc Bloch, quando diz que “cada época elenca novos temas que, no fundo, falam mais de suas próprias inquietações e convicções do que de tempos memoráveis, cuja lógica pode ser descoberta de uma vez só” (BLOCH, 2001, p. 24). E a descoberta que fizemos se refere à cobrança de mensalidades no instituto, jamais mencionadas até aqui. Conseguimos diversos recibos de mensalidades pagas, revelando um traço do INOSEB enquanto instituição particular. Representaremos um valor pago com o modelo de recibo:

Aluno: N. L. Oliveira
 Vencimento da 1ª Prestação: 28/02/83
 Acrescimento por atraso: Cr\$ 128
 Total: Cr\$ 7.600, 00
 Recebemos: (assinatura de quem recebeu)
 Brasília: 28/ 02/ 83 (INOSEB, 1983)

Há outro relato, todavia intitulado como Recibo de Contribuição Escolar, onde afirma ter recebido “da senhora M. L. P. a importância de Cr\$1.500 referente contribuição escolar do seu filho E. J. L., matriculado em nossa Instituição, referente no mês de agosto de 1981” (INOSEB, 1981).

Embora o INOSEB fosse uma instituição particular, havia também um convênio com a Secretaria de Educação e Cultura e com o CEAL. Além disso, como anteriormente mencionado, haviam alunos que se beneficiavam de bolsas de programas sociais.

Chegamos até aqui, tendo a compreensão que essa instituição religiosa, por meio de seus vestígios, nos permitiu percorrer por uma parte de sua trajetória. Montamos um quebra-cabeça com peças que aos poucos fomos descobrindo. Mesmo assim nos despertou certa estranheza porque nos provocou grande inquietação. Essa inquietação nos mostrou os traços biográficos, que nós enquanto historiadores, supomos ser o que Marc Bloch nos remonta a essa complexidade:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BLOCH, 2001, p. 189-190).

Foi na tentativa de compreender essas vidas que passaram pelo INOSEB, que nos foi possível chegar até aqui. Em se tratando de mulheres religiosas, é perceptível os desafios para se retratar sua história. Mulheres que se fizeram protagonistas do seu tempo e de sua própria história, representando uma educação de surdos a qual trazia junto com ela grandes barreiras a serem superadas. E que souberam lutar e se preparar para os problemas impostos pelo contexto da época.

Ao retomar o objetivo específico desse segundo capítulo, foi possível responde-lo depois de analisar as características das práticas educativas INOSEB nos anos 1970-1990. Lembrando que esse objetivo foi dividido em três partes. Na primeira parte analisamos as práticas educativas voltadas para o surdo no INOSEB. Na segunda parte nós investigamos as práticas educativas de educação católica voltadas para o surdo no INOSEB e na terceira parte traçamos alguns fragmentos de itinerários educativos de surdos, atendidos pelo INOSEB.

Pelo que foi analisado na primeira parte, levou-se em consideração as práticas educativas voltadas para o surdo, destacando os desafios encontrados nos primórdios do INOSEB, até a mudança definitiva ao endereço atual. Tendo em vista que era um lugar que acolhia os surdos e sua família, o instituto, demonstrava assim seu trabalho social e filantrópico.

Ao analisar a organização curricular do instituto, no ano de 1970, a qual era dividida nas modalidades de Educação Infantil, primário e Mobral, foram descritos alguns desses momentos por meio de vestígios encontrados.

Mediante a proposta da DERDIC, o INOSEB aplicou o mesmo trabalho oralista utilizado nas Escolas Especiais, seguindo assim o que previa o MEC. Verificou-se dessa maneira que houve um importante acompanhamento pedagógico dos alunos e uma preocupação quanto à formação acadêmica dos professores. Por intermédio do treinamento rítmico corporal e musical, essa proposta oralista aplicava o que estava em voga no momento.

As Irmãs Calvarianas se preocupavam bastante com a sua formação profissional, sempre estavam atuando em cursos de formação, conforme já dito anteriormente, organizados pela DERDIC. Nos deparamos com o um rico capital cultural e sua capacitação para o trabalho com os surdos. Em vista disso, as religiosas eram bastante requisitadas e respeitadas no âmbito educacional. Observou-se ao longo da pesquisa que o trabalho das Irmãs era dinâmico, quando elas percebiam que a quantidade de alunos estava diminuindo, não ficavam estáticas, mostrando assim o seu dinamismo. Nesse sentido, firmaram convênios com a Secretaria de Educação e Cultura e também com o CEAL, e logo previram que esses acordos entre as instituições iriam beneficiar os surdos.

As práticas educativas de educação católica relatadas na segunda parte, pode avistar que além da preocupação do INOSEB pelo ensino, havia também, pela educação religiosa, voltada à doutrina católica. Por essa razão é possível afirmar que graças ao INOSEB, a Pastoral do Surdos ganhou um grande destaque em Brasília, pois tornou-se um espaço de socialização e convívio entre os surdos. É importante ressaltar o papel de destaque dos intérpretes de língua de sinais nesse trabalho voluntário junto à Pastoral dos Surdo. Os intérpretes foram peças fundamentais para intermediar a comunicação e agregar mais pessoas surdas nesses momentos de convivência.

Os responsáveis pelo surgimento da Pastoral dos Surdos, o Padre Vicente de Paulo Burnier e o Padre Eugênio Oates, nos fazem refletir a importância que eles tiveram com esse trabalho e com a disseminação da língua de sinais, os quais mereceriam, para o futuro, um estudo historiográfico mais aprofundado.

Finalmente, na terceira parte, ao traçarmos alguns fragmentos de itinerários educativos de surdos atendidos pelo INOSEB, descrevemos a preocupação da instituição, ao conhecer a família realizando uma entrevista, com o propósito de compreender o aluno e ir trabalhando com ele de forma bem próxima à família, demonstrando um acolhimento e cuidado.

Dessa maneira, ao analisar as práticas educativas voltadas para surdos no INOSEB, observamos a importância desse trabalho realizado pelas Irmãs Calvarianas, sendo elas responsáveis pelos esforços empreendidos para o desenvolvimento da educação dos surdos em Brasília. Os resultados permitiram conjecturar que o trabalho das Irmãs, por meio da Pastoral dos Surdos, revelou-se como uma forma de impulsionar a prática religiosa católica na vida dos surdos, assim como ampará-los socialmente. Desse modo, o INOSEB fez perceber a sua importância para a contribuição na história da educação de surdos no Brasil e, sobretudo, no Distrito Federal.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO DF – UM MINICURSO

Diante do empenho em favor de elucidações das práticas de educação dos surdos no INOSEB, nos primórdios de Brasília, adveio a necessidade de disseminar o saber adquirido durante o processo deste estudo, sobretudo no que diz respeito à área da educação. Dessa maneira, o produto técnico desta pesquisa será um minicurso intitulado “Aspectos históricos da educação de surdos no DF”, com recorte histórico das décadas de 1960 a 1990, a ser realizado em três encontros. O público alvo serão professores de educação fundamental I, fundamental II e ensino médio, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que trabalham com estudantes surdos. A proposta é apresentada a seguir.

Título do Minicurso:

Aspectos históricos da educação de surdos no DF.

Resumo da proposta:

A intenção deste minicurso é apresentar as primeiras iniciativas para a educação de surdos no DF; compreender de que forma houve a atuação do INOSEB no cenário da educação dos anos de 1960 a 1990; e resgatar as memórias dos educadores sobre sua própria atuação na educação de surdos no DF.

Justificativa:

Sabemos que a história da educação de surdos no Brasil é pouco investigada, precipuamente no Distrito Federal. Nesse sentido, é necessário que ela seja percorrida e resgatada, a fim de valorizar os profissionais e os discentes que estiveram envolvidos nesses acontecimentos. Nesse cenário, o INOSEB nos é apresentado como vanguardista dessa diligência nos primórdios de Brasília, cuja existência chega até nossos dias sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário. Diante do exposto, faz-se necessário analisar as práticas educativas voltadas para os surdos, com o fito de nos despertar para a importância desse trabalho realizado por mulheres religiosas, as quais fomentaram esse movimento assistencialista, educacional e religioso. O que nos levou a traduzir a importância dessa instituição para a contribuição da história da educação de surdos no Brasil, fundamentalmente no Distrito Federal.

As Irmãs Calvarianas estão presentes em solo brasileiro desde 1906. Inicialmente, elas se instalaram em Minas Gerais e, posteriormente, em São Paulo. Neste último estado, após alguns anos, dedicando-se à educação de crianças sem deficiência, e, em 1929, criaram o Instituto Santa Teresinha, na cidade de Campinas, voltado à educação dos surdos (MENDONÇA, 1996). Pouco tempo depois, mudaram a instituição para a cidade de São Paulo (LEONARDI, 2008), onde consolidaram o trabalho com esse público escolar. Nas décadas seguintes, as Irmãs chegaram a outros estados brasileiros, e, nos anos 60, decidiram iniciar um trabalho missionário-educativo voltado aos surdos na nova capital federal, Brasília.

Mediante a narrativa historiográfica, nos dirigimos à Brasília de fins dos anos 1960 e meados dos anos 1970, para acompanhar o processo de implantação do INOSEB na capital federal. A figura do Padre Vicente de Paulo Penido Burnier – primeiro sacerdote surdo brasileiro e um ativista do trabalho social e religioso católico com pessoas com surdez no Brasil – nos revela que foi ele o grande incentivador da missão de implantação desse Instituto em Brasília.

E na década de 1960, o INOSEB iniciou suas atividades em Brasília, destacando-se como uma instituição católica de bastante importância na época. O início desse Instituto se deu na própria residência das religiosas, que aos poucos foram aumentando o recinto para abrigar os surdos. Com o tempo, foram aparecendo mais Irmãs que se juntaram à missão das Irmãs Yolanda e Helena, as quais estiveram à frente desse trabalho na nova capital, Brasília. O instituto seguia um modelo de internato e externato e depois firmou também convênio com o CEAL-LP. Nesse contexto, o modelo educativo favorável era a oralização, conforme especificado ao longo deste estudo.

Conforme detectado ao longo da pesquisa, além do INOSEB, algumas instituições mantidas pelo poder público já desenvolviam práticas educativas para o público com surdez, porém, sua documentação parece não ter sobrevivido ao tempo, exceto alguns vestígios de notícias veiculadas no jornal local, Correio Braziliense.

Por conseguinte, é imprescindível que a presente pesquisa seja alcançada para conhecimento dos professores, a fim de que possam entender como foi o processo historiográfico da educação de surdos. Dessa maneira, refletimos que

A pesquisa histórica é um trabalho de pensamento que também experimentamos como ação e afeto. Desejar compreender as trajetórias de outros sujeitos, procurando romper com o processo de estereotipagem presente na Historiografia da Educação Brasileira, é o ato inaugural que nos impele a verificar que o desejo que encontramos nos outros a oportunidade de manifestar-se em obras é, em nós, o móvel do esforço que nos leva a passar

horas consultando arquivos ou a permanecer debruçados sobre uma mesa copiando informações, criando e recriando ideias. Este desejo, que encontra em nós a sua origem, movimenta-se na direção dos sujeitos e das coisas habitadas pela história. É a nossa paixão que institui a ação de não só buscar a revisão dos cânones já consagrados pela ciência, mas também de forjar uma identidade e reconstituir um passado, passado que nos obriga a tratar com mais prudência e responsabilidade o sentido, sempre em aberto, do presente. A história é uma aventura que nos mobiliza no sentido de construir um conhecimento que não aparte a imaginação do rigor. É o desafio que faz crescer a nossa vigilância epistemológica e os empurra para o discernimento de nuances explicativas capazes de resgatar (sempre parcialmente) a pluralidade de um universo que escapa às investidas de nossas ferramentas teóricas e confunde a nossa pretensão mais escondida de “ressuscitar” os mortos. (NUNES, 1990, p. 37).

Emergem dos documentos localizados, sobretudo, vestígios das práticas educativas, práticas católicas e fragmentos de itinerários educativos que remetem à educação dos surdos ao longo da década de 1960 a 1990. Entendemos tais vestígios na acepção de Marc Bloch, enquanto “a marca perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar” (BLOCH, 2001, p. 73). Como dito, das instituições públicas voltadas ao atendimento dessa população, nenhuma documentação foi localizada. Mas as experiências educativas que nelas tiveram lugar, deixaram, em certa medida, a sua “marca” em algumas páginas do *Correio Braziliense* e nos arquivos das Irmãs Calvarianas, vestígios estes que foram submetidos à interrogação. A operação com esses “indícios, sinais e sintomas” (LEVI, 1992, p. 155) permitiu identificar “seu significado à luz de seu próprio contexto específico” (LEVI, 1992, p. 155), ou seja, delinear alguns sentidos da educação destinada aos surdos nos primórdios de Brasília. Se é forçoso reconhecer que são, em sua maior parte, informações parciais, lacunares, fragmentárias, isso não impede, como respalda Carlo Ginzburg (1989), que se produza conhecimento histórico a partir delas.

As fontes, ao evidenciarem as práticas educativas, práticas católicas e fragmentos de itinerários educativos dos surdos, propiciaram uma análise coerente na história da educação de surdos do Distrito Federal, possibilitando este minicurso, outrora estudos posteriores dessa temática com maior profundidade.

Ementa:

O minicurso versa sobre as primeiras instituições de educação de surdos no DF, por meio da atuação do INOSEB nos anos de 1960 a 1990, onde abordará os vestígios de práticas educacionais, práticas católicas e os itinerários de educação, atravessados pelos conceitos de

representação e prática. Além disso, visa evocar as memórias dos educadores sobre sua própria atuação na educação de surdos no DF.

Objetivos:

- Conhecer as primeiras instituições voltadas para a educação de surdos no DF;
- Dialogar sobre os conceitos de representação e prática;
- Entender como foi a atuação do INOSEB no cenário da educação nos anos de 1960 a 1990;
- Apresentar o processo de instalação do INOSEB na nova Capital;
- Aprofundar sobre as práticas educativas do INOSEB;
- Adentrar nas práticas católicas realizadas no INOSEB;
- Descrever os fragmentos de itinerários educativos dos surdos no INOSEB;
- Evocar as memórias dos educadores sobre sua própria atuação na educação de surdos no DF.

Perfil dos participantes:

Professores e professoras do ensino fundamental I, fundamental II e ensino médio da rede pública de educação do Distrito Federal.

Metodologia:

O minicurso acontecerá mediante aulas expositivas e por meio de debates. Serão 12 horas totais de curso, assim distribuídas: 8h de encontros presenciais; 3h de aula à distância, para a construção do catálogo de documentos históricos, e 1h dedicada às leituras que fundamentarão as discussões.

Conteúdo do minicurso:

No primeiro encontro, trataremos das primeiras iniciativas para a educação de surdos no DF. Será apresentada a trajetória histórica da Congregação de Nossa Senhora do Calvário e a educação de surdos: da Europa à Brasília, a partir do seu idealizador – o missionário francês, Padre Pierre Bonhomme. Também serão discutidos os conceitos de práticas e representações a partir da abordagem de Roger Chartier (2002). No segundo encontro, adentraremos na parte que trata da instalação do INOSEB em Brasília com a vinda das suas fundadoras, as Irmãs Calvarianas, e as redes de relações que estabeleceram para concretizar a fundação do seu

Instituto. E no terceiro, resgataremos as memórias dos educadores participantes, sobre sua própria atuação na educação de surdos no DF.

Avaliação:

Será proposto como avaliação a criação de um catálogo de documentos históricos, considerados significativos para a história do INOSEB - Instituto Nossa Senhora do Brasil, como contribuição da educação de surdos no DF. O catálogo será delineado da seguinte forma: a história do INOSEB enquanto instituição educativa nos primeiros anos; quem foi o seu fundador, Pierre Bonhomme (missionário francês); quem foram as primeiras Irmãs que trabalharam no INOSEB e as práticas educativas do Instituto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de contribuir para a historiografia brasileira, mais notadamente do Distrito Federal-DF, a presente pesquisa teve o objetivo geral de investigar o trabalho pedagógico das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário no que diz respeito à educação de surdos no DF. Tendo em vista que não conseguimos localizar a documentação que trata das primeiras iniciativas de educação de surdos na referida região (década de 1960), partimos do levantamento e tratamento de notícias do jornal *Correio Braziliense* e de documentos cedidos pelo INOSEB, onde foi possível alcançar a finalidade prevista para este estudo. Elevamos nosso pensamento ao que refletiu Le Goff (2003, p. 109), ao dizer que “devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e da ausência dos documentos”.

No primeiro capítulo, pudemos investigar a fundação do INOSEB, em Brasília, enquanto instituição educativa nos anos 1960-1970, por meio de evidências das primeiras iniciativas de educação de surdos, encontradas nas páginas do jornal *Correio Braziliense*. Abordamos o caminho histórico da Congregação de Nossa Senhora do Calvário e a educação de surdos, desde o surgimento na França até a chegada ao Brasil, evidenciando o seu realizador, o missionário francês Padre Pierre Bonhomme. Em seguida, analisamos a instalação do INOSEB em solo brasiliense, com a chegada das Irmãs Calvarianas que conseguiram mobilizar pessoas que acreditaram em sua obra missionária. As Calvarianas teceram uma eficiente rede de relações, que, somada aos conhecimentos que as religiosas detinham, tornou possível o início do trabalho educativo com os surdos do Distrito Federal.

No segundo capítulo, em um primeiro momento, analisamos as características das práticas educativas voltadas aos surdos no INOSEB. Em um segundo momento, discutimos as práticas educativas de educação católica, e, em seguida, as trajetórias de alguns alunos surdos atendidos pelo INOSEB, por meio de fragmentos de itinerários educativos. Vimos, ali, que as Irmãs desenvolveram um trabalho que trazia especialidade para educação dos surdos, com base nos conhecimentos que elas tinham, mas que também mobilizou os interesses religiosos que as trouxeram para Brasília, caracterizando seu trabalho como educativo e missionário junto aos surdos do Distrito Federal.

Seguindo as características do mestrado profissional, que requer uma intervenção prática na realidade educacional, foi apresentado um produto técnico, no terceiro capítulo, como

forma de colaborar com a educação básica por meio da pesquisa realizada. Esse produto foi construído com o fito de socializar os conhecimentos construídos ao longo desta pesquisa.

Diante desse percurso realizado, pudemos confirmar a hipótese de que, **dialogando com práticas educativas em voga para a educação de surdos – práticas que foram apropriadas com base nos interesses de evangelização da Congregação –, as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário desenvolveram um trabalho educativo de caráter missionário junto aos surdos do DF**, a partir de uma rede de relações cultivada e ampliada, desde sua chegada à capital federal, e uma formação especializada para a educação de surdos da qual eram detentoras. Dessa maneira, foi possível entender que as religiosas produziram as condições adequadas para a implantação e funcionamento do INOSEB naquele contexto.

Entendemos que, em estudos futuros, seria importante buscar outros aspectos dessa história, como a educação de surdos em Brasília no período posterior à década de 1960 bem como iniciativas educacionais dessa clientela escolar que se tenham dado em escolas para além daquelas da Fundação Educacional do Distrito Federal, como o Instituto Pestalozzi e as APAES, apenas para mencionar aquelas que foram citadas em algumas das matérias interrogadas nesta pesquisa. A busca, também, por localizar professores e alunos surdos que tenham participado dessa história e que ainda estejam vivos – num investimento em estudos sobre a memória desses sujeitos – podem ajudar a cobrir lacunas que a documentação ora localizada deixa ainda descobertas. As descobertas desta pesquisa, nesse sentido, constituem-se numa primeira contribuição a esse debate historiográfico que merece ser instaurado.

REFERÊNCIAS

1) Corpus documental

CALVARIANAS. Meu Modelo será Jesus Cristo. Quem ama, quer assemelhar-se. [s.d.]. Disponível em: <https://calvarianas.org.br/missões/educação/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CNE – Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 002/74/ Processo nº 07313/72. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, 1974. [Acervo do INOSEB].

ENSINO DE SURDO reclama auxílio. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 38, 3 ago. 1972.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22ensino%20de%20surdo%20reclama%20auxílio"&pagfis=25042](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22ensino%20de%20surdo%20reclama%20auxílio)>. Acesso em: 09 ago. 2022.

ESCOLA DE SURDOS já tem laboratório de psicologia. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 22 out. 1964a. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22escola%20de%20surdos%22&pagfis=16163. Acesso em: 09 ago. 2022.

ESCOLA DE SURDOS vai para o Edifício Ceará. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 5, 1º nov. 1964b. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22escola%20de%20surdos"&pagfis=16282](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22escola%20de%20surdos). Acesso em: 22 ago. 2022.

FUNDAÇÃO do Instituto Nossa Senhora do Brasil. Brasília, 1965-1983.

IGREJA LUTERNA. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 9, 15 de julho de 1967. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22escola%20de%20surdos"&pagfis=16282](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22escola%20de%20surdos). Acesso em: 21 out. 2022.

INOSEB. Ata das reuniões de professores. Brasília, 1973-1981.

INOSEB. Atas de reuniões promotoras do INOSEB. Brasília, 1977.

INOSEB. Avaliação de Ensino Aprendizado de um Aluno. Brasília, 1989.

INOSEB. Avaliação Ensino Especializado. Brasília, 1988.

INOSEB. Avaliação Ensino Especializado. Brasília, 1993a.

INOSEB. Breve História do INOSEB. Brasília, [s.d.a].

INOSEB. **Centro de Convivência Pierre Bonhomme**. 1996. 12 fotografia.

INOSEB. Chamada dos Alunos Deficientes de Audição. Brasília, 1970.

INOSEB. **Cidade de Gramat**. [s.d.]. 2 fotografia.

INOSEB. **Construção das salas de aula e um pequeno internato - 1ª etapa do INOSEB**. [s.d.]. 7 fotografia.

INOSEB. Declaração. Brasília, 1982.

INOSEB. Declaração. Brasília, 1983.

INOSEB. Encaminhamento de Aluno. Brasília, 1987a.

INOSEB. Entrevista com E.S.R. [mãe de estudante do INOSEB]. Brasília, 1993b.

INOSEB. **Família Chaves, colaboradores do INOSEB, ajudando a colocar a 1ª placa de identificação do Instituto**. [s.d.]. 8 fotografia.

INOSEB. Ficha da Arquidiocese de Brasília. Brasília, 1969-1982.

INOSEB. **Flagrante das religiosas e alunos no pátio do Colégio Notre Dame**. [s.d.]. 6 fotografia.

INOSEB. **Inauguração da Sede do INOSEB**. [s.d.]. 9 fotografia.

INOSEB. **Irmã Helena Croda**. [1975?]. 10 fotografia.

INOSEB. **Irmã Helena Croda ministrando aula**. [1974?]. 11 fotografia.

INOSEB. **Irmã Yolanda recebendo um cheque para a construção do INOSEB**. [s.d.]. 5 fotografia.

INOSEB. **Irmãs Fundadoras**. [1909?]. 3 fotografia.

INOSEB. Livro de Matrícula dos Alunos. Brasília, 1970-1989.

INOSEB. **O jovem Padre Pierre Bonhomme**. [s.d.]. 1 fotografia.

INOSEB. **Padre regendo a missa na Pastoral dos Surdos**. [1987?]. 13 fotografia.

INOSEB. **Padre Vicente de Paulo Burnier**. [s.d.]. 4 fotografia.

INOSEB. Parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal. Brasília, 1970.

INOSEB. Parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal. Brasília, 1974.

INOSEB. Questionário do INOSEB. Brasília, 1987b.

INOSEB. Recibo de Contribuição Escolar. Brasília, 1981.

INOSEB. Recibo de Prestação. Brasília, 1983.

INOSEB. Registro dos dados pessoais de cada aluno e do seu rendimento escolar. Brasília, 1981-1983.

INOSEB. Relatório de Atividades do Instituto Nossa Senhora do Brasil. Brasília, 1975.

INOSEB. Relatório do início de funcionamento do INOSEB. Brasília, 1969.

JEAN, Yvonne. Escola para surdos. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 9, 4 maio 1963.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=“escola%20de%20surdos”&pagfis=10400. Acesso em: 09 ago. 2022.

JEAN, Yvonne. Escola de surdos – O Instituto da Fala do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 9, 28 abr. 1963. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=“ensino%20de%20surdos”&pagfis=10352. Acesso em: 22 ago. 2022.

LIVRO DE TOMBO Histórico do Instituto Santa Teresinha das Irmãs Calvarianas. 1929. [Acervo do INOSEB].

MENDONÇA, M. L. Presença missionária no Brasil – 1906-1996 – 90 anos da presença missionária Calvariana no Brasil. Brasília, 1996. [Acervo do INOSEB].

MONGRELET, Cônego. Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário. Padre Pedro Bonhomme. Sua vida, sua história. Paris, 1892.

O ENSINO DE EXCEPCIONAIS é uma obra de amor. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 10, 17 ago. 1969. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=“ensino%20de%20surdos”&pagfis=44026. Acesso em: 22 ago. 2022.

PASTORAL DOS SURDOS de Brasília Fundada em 1982 e hoje 15 de setembro... comemorando 30 anos, servindo e evangelizando com amor. Brasília, 2012. [Acervo do INOSEB]

UMA ESCOLA PARA SURDOS (CEAL). **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 30 jul. 1973. Disponível

em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22ensino%20de%20surdo%20reclama%20auxílio"&pagfis=35824](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22ensino%20de%20surdo%20reclama%20auxílio)>. Acesso em: 10 out. 2022.

2) Referências Bibliográficas

ABREU, Delmary Vasconcelos de. Maestro Levino Ferreira de Alcântara e a gênese da educação musical no Distrito Federal. *In*: PEREIRA, E. W.; COUTINHO, L. M.; RODRIGUES, M. A. M. (org.). **Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória**. Brasília: Editora da UnB, 2018. p. 115-142.

ABREU, I. S. K. **O processo de aprendizagem do surdo e suas dificuldades**. Monografia (Especialização em Educação Especial e Inclusiva) – Universidade Cândido Mendes, Recife, 2009.

AMARAL, Clara Ramthum do. A formação do magistério primário nos primórdios de Brasília (1960-1964): memórias de uma utopia possível. *In*: PEREIRA, E. W.; COUTINHO, L. M.; RODRIGUES, M. A. M. (org.). **Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória**. Brasília: Editora da UnB, 2018. p. 71-114.

ANJOS, Alexandre de Paiva. **Estudo Morfológico da Língua Brasileira de Sinais**. Monografia (Especialização em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS) – Faculdade de Ciência Educacionais e Empresariais de Natal, Parnamirim, 2017.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. A narrativa de Juscelino Kubitschek sobre a escolarização em Brasília: vestígios de uma historiografia da educação. *In*: SILVA, Fabiany de Cássia Tavares; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos (orgs.). **Escrita da pesquisa em educação na região Centro-Oeste**. Campo Grande: Editora Oeste, 2020. p. 57-75.

ANJOS, J. J. T. Desfiles cívico-escolares no Estado Novo: uma interpretação pelas fotografias. **Acta Scientiarum**, v. 37, n. 3, p. 269-276, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/19533>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos Anjos. O testemunho dos arquivos e o trabalho do historiador da educação. **Revista História da Educação**, v. 22, n. 55, p. 279-292, 2018.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/dcPv7JR63SgBGGHzcX9TxzM/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2023.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Teorizando e apresentando fontes para a pesquisa sobre a história da escola e da escolarização no Paraná. *In*: SILVA, Eliane Paganini; SILVA, Sandra Salete (orgs.). **Metodologia da pesquisa científica em educação**: dos desafios emergentes a resultados iminentes. Curitiba: Editora Ithala, 2016. p. 100-113.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Notícias da pré-escola no Distrito Federal: apontamentos de Yvonne Jean (1960-1964). **Educar em Revista**, v. 37, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75364/43856>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BORKOVSKI, A.; BIDA, L. C.; POLIDO, C. **Reabilitação Auditiva e Implante Coclear**: revisão integrativa de literatura. Trabalhos de Conclusão de Curso - Faculdade Sant'Ana, 2017. Disponível em: <https://iessa.edu.br/revista/index.php/tcc/article/view/586>. Acesso em: 18 maio. 2023.

BLOCH, Marc. **A apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRASIL. Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 8658, 14 out. 1969.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: Presidência da República, [2021]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. **Proposta curricular para deficientes auditivos**. Elaborada pela Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação – convênio CENESP-PREMEN. Brasília, MEC/ Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

BRASIL. **MOBRAL**: Sua Origem e Evolução. Rio de Janeiro: Movimento Brasileiro de Alfabetização - Assessoria de Organização e Métodos, 1973.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

CALVARIANAS. Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário. [s.d.]. Disponível em: <https://calvarianas.org.br/missões/educação/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CARDEAL ASSIS, R. D. **A Igreja Católica em Brasília nos seus primórdios**. Brasília: Edições da CNBB, 2021.

CASTRO, Fernanda Soares; CALIXTO, Hector Renan. Aspectos históricos e legais sobre a educação de surdos no Brasil: do Império à República Velha. **J Res Spec Educ Needs**, v. 16, n. sl, p. 192-196, 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12281>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CAVALCANTE, Thayana Cristhina. **Há surdos e Surdos: corpo e controvérsias no caso do implante coclear**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2096/1/2011_ThayanaCristhinaCavalcante.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

CERQUEIRA, L. M. **Diversidade, inclusão social e educacional**. Alagoínhas: Ed. Bordô Grená, 2019.

CERVELIN, Bruna Eiras. **Análise pedagógica crítica do trabalho da terapia ocupacional na educação inclusiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba-SP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/13675/TCC%20Bruna%20Cervelin%20-%20Final%20corrigido%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 maio 2023.

CHAHIN, Samira Bueno. **Cidade nova, novas escolas?** Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre prática e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. **Igreja católica, educação feminina e cultura escolar em Ponta Grossa (Paraná): a escola normal de Sant'Ana (1947-1960)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

COLOMBO, Maria Alzira da Cru. **Do exílio à missão: congregações religiosas femininas francesas no Brasil - século XIX**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar: Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COSTA, Edivaldo; FILHO, Geraldo Ferreira; SOUZA, Verônica. História da Educação dos Surdos Sergipanos. **Revista Virtual de Cultura Surda**, n. 20, p. 1-32, 2017. Disponível em: https://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes/detalhes/56. Acesso em: 10 dez. 2022.

COSTA, Edivaldo da Silva. **Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2018.

COSTA, Bianca Silva Lopes. **“Milagre do Efatá”**: discursos e práticas do catolicismo na educação de surdos no Brasil (1950-1980). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

COSTA, Margareth Correia Fagundes. **Arquitetura Ideológica e a Memória Social na Cartilha do MOBREAL/PAF**. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2020.

CRUZ, Raquece Mota Honório; Mota, H. Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras. **Revista Virtual de Cultura Surda, Editora Arara Azul**, n. 17, 2016. Disponível em: https://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes/detalhes/53. Acesso em: 21 dez. 2022.

CAVALHEIRO, Andrea de Moraes. **Alma e corpo: um estudo sobre mente, sofrimento e deficiência**. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martín Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (org.). **Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 15-20.

DE SALES, Elielson Ribeiro; SALES, Adriane de Castro Meneze; SILVA, Francisco Hermes Santos. Deficiência e Educação: uma perspectiva histórica da educação de surdos. **Interfaces da educação**, v. 3, n. 9, p. 30-44, 2015. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/550>. Acesso em: 09 ago. 2022.

DÓRIA, Ana Rímoli de Faria. **Manual de educação da criança surda**. Rio de Janeiro: INES, 1961.

DUARTE, Ana Beatriz. **Releitura histórica da educação de surdos no Brasil: 1961-1996**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Culturas escolares, saberes e práticas educacionais: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FINCK, Regina. **Ensinando música ao aluno surdo: Perspectivas para ação pedagógica inclusiva**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FONTENELE, Tânia. Mulheres na construção de Brasília-invisibilidade feminina na história da nova capital do Brasil. *In*: MUNDO DE MULHERES & FAZENDO GÊNERO, 13. & 11., Florianópolis, **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-12.

FREI PACÍFICO. Escola Especial para Surdos. [s.d.]. Disponível em: www.freipacifico.org.br/historia. Acesso em: 09 ago. 2022.

GALHEIGO, Sandra Maria *et al.* Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 723-738, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/m4SvNQDtt38MphDJbDNRwzm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

GINZBURG, Carlo. Ekphrasis e Citação. *In*: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 215-232.

GONÇALVES, Emily Raíssa; SCHMIDT, Jelson Budal. Atendimento do terapeuta ocupacional com pessoas surdas. **Revista Virtual de Cultura Surda**, n. 27, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes/detalhes/63. Acesso em: 16 dez. 2022.

HEROLD JÚNIOR, Carlos; CARDOSO, Luana da Luz. Educação e surdez na década de 1960 no Brasil: um panorama histórico acerca de Ana Rímoli de Faria Dória. **Revista Histedbr-online**, v. 16, n. 68, p. 138-156, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645139>. Acesso em: 08 ago. 2022.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.

HORTA, Natália de Cássia. **O significado do atendimento ao adolescente na Atenção Básica à saúde:** uma análise compreensiva. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872** (sic.). Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, [1874?].

INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos. [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br>. Acesso em: 11 jul. 2022.

IELB. IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ielb.org.br/institucional>. Acesso em: 21 out. 2022.

INSTITUTO ESCUTA. [s.d.]. Disponível em: <https://institutoescuta.org.br/voce-sabe-o-que-e-o-fm/>. Acesso em: 10 nov. de 2022.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022.

KOLECZA, Letania Ibarra. **De instituto de recuperação de surdos-mudos do Paraná a colégio estadual para surdos Alcindo Fanaya Júnior:** significado histórico e cultura escolar (1953-2015). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

KUSTER, Weliton Barbosa; WEIDUSCHADT, Patrícia. A Escola Especial Concórdia: Cultura Surda e Luteranismo. **XVI Encontro Estadual de História Encontro Estadual de História ANPUH-RS [livro eletrônico]:** história agora: ensinar, pesquisar, protagonizar. p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/resources/anais/12/anpuh-rs-eeh2022>. Acesso em: 26 fev. 2023.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar; MADEIRA, Diogo de Souza. As crônicas de Jorge Sérgio L. Guimarães e as representações da surdez entre as décadas de 1950 e 1960. **Reflexão e Ação**, v. 23, n. 3, p. 173-192, 2015. <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6130>. Acesso em: 09 jul. 2022.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In: História e Memória*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos**. Memória, imagens e trabalho: congregações católicas francesas em São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 133-162.

LIMA, R.V.G.; BARBOSA, E.D. Uma breve retrospectiva histórica da Educação Católica no Brasil. **Rev. Educ.**, v. 40, n. 153, p. 12-27, 2017. Disponível em: <https://revistas.anec.org.br/index.php/revistaeducacao/article/view/22>. Acesso em: 22 set. 2022.

LOPES, Roseli E. **Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência no município de São Paulo**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1999.

LORENZINI, N. M. P. **Aquisição de um conceito científico por alunos surdos de classes regulares do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MACHADO, Lucylene Matos da Costa Vieira. Formação de professores de surdos: dispositivos para garantir práticas discursivas. **Cadernos de Educação**, n. 36, p. 45-68, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1600>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MACIEL, Pollyanne Rachel Fernandes; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. A Consagração Feminina nas igrejas cristãs em Campina Grande/PB: estudo comparativo entre as igrejas católica e evangélicas. *In*: SIMPÓSIOS DA ABHR, 13., 2012, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Associação Brasileira de História das Religiões, 2012.

MORELLI, Ana. **Correio Braziliense: 40 anos, do pioneirismo à consolidação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

NASCIMENTO, V.; MOURA, M. C. Habilitação, reabilitação e inclusão: o que os sujeitos surdos pensam do trabalho fonoaudiológico? **Revista de Ciências Humanas**, v. 52, 2018, p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e49807>. Acesso em: 15 set. 2022.

NERY, C. A; BATISTA, C. G. Imagens visuais como recursos pedagógicos na educação de uma adolescente surda: um estudo de caso. **Paidéia**, v. 14, n. 29, p. 287-299, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/paideia/a/gpwQSwmS4cFPsDxmZnKrt7s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022.

NEVES, Gabriele. **Educação de surdos em Caxias do Sul de 1960 a 2010**: uma história escrita por várias mãos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

NUNES, Clarice. História da Educação: Espaço do desejo. **Em Aberto**, v. 9, n. 47, p. 27-45, 1990. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2104/1843>. Acesso em: 30 ago. 2022.

OLIVEIRA, T. M. G. **A erradicação da Vila IAPI**: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PERLIN, Gládis; Strobel, Karin. **Teorias da Educação e Estudos Surdos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Letras – Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PEREIRA, E. W.; COUTINHO, L. M.; RODRIGUES, M. A. M. (org.). **Anísio Teixeira e seu legado à educação no Distrito Federal**: história e memória. Brasília: Editora da UnB, 2018.

PEREIRA, Eva Waisros; HENRIQUES, Cinira Maria Nóbrega. Escola Júlia Kubitscheck – a primeira escola pública do Distrito Federal. In: PEREIRA, Eva Waisros *et al.* (orgs.). **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa. Brasília: Editora da UnB, 2011. p. 145-160.

PEREIRA, E. W. *et al.* (org.). **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Editora da UnB, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Escola Parque de Brasília: uma experiência de educação integral. In: PEREIRA, Eva Waisros *et al.* (orgs.). **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa. Brasília: Editora da UnB, 2011. p. 161-178.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação. **Educar**, n.18, p. 13-28, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/stdS9BXTz783zPQkKvcFCsF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

RANQUETAT JR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773>. Acesso em: 20 maio 2022.

RANZI, Sirlei. As fontes da escola e a pesquisa em História da Educação: Contribuições do Acervo do Colégio Estadual do Paraná para o campo das disciplinas escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n.37, p. 29-44, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639663>. Acesso em: 11 set. 2022.

REILY, Lucia. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yZVzTvQTddQ9YSb9CVDbyVn/?lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2022.

RODRIGUES, Maria Alexandra Militão. Como Brasília aprendeu a ler e escrever em seus primórdios: o protagonismo da professora Ivonilde Morrone. *In*: PEREIRA, E. W.; COUTINHO, L. M.; RODRIGUES, M. A. M. (org.). **Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória**. Brasília: Editora da UnB, 2018. p. 161-170.

ROCHA, Solange Maria. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da História da Educação de Surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SAIA, Ana Lúcia. **Educação de surdos em Itajubá: Dos fragmentos históricos aos dias atuais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá-MG, 2014.

SALGADO, Isabela Cristina. **A educação católica da elite campineira na Primeira República: o colégio Sagrado Coração de Jesus (1909-1930)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/vMTNCwp7KPSDyvPRdBvNjFr/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

SILVA, Alexandra Lima da, LIMEIRA, Aline de Moraes e LEONARDI, Paula. **Pontos de Vista: histórias na Educação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora: Mauad X, 2022.

SILVA, C. A. A. **Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – i Pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, C. A. A. Igreja Católica e surdez: território, associação e representação política. **Religião e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 13-38, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/hHnRF8pmvSbMGCX3pkmfcBF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, Cesar Augusto de Assis. **Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Indianara; CASTANHA, André Paulo. Educação dos Surdos no Brasil entre 1856 e 1911. **Revista Faz Ciência**, v. 17, n. 26, p.169-186, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/15017>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, Josias Benevides; BERTONI, Luci Mara. Mulheres Religiosas da Igreja Católica: Liderança Feminina em Universo Masculino. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 29, n. 4, p. 604-611, 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7681>. Acesso em: 02 ago. 2022.

SILVA, Luciane Cristina; DOS SANTOS, Daniele Resendo; LIMA, Daniella de Jesus; NASCIMENTO, Marilene Batista da Cruz. História da Educação de Surdos em Aracaju: Ninota Garcia. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais**, v.1, n.17, p.175-184, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/770>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, Luana Pereira. **Silenciado pelo destino: perfil do grafiteiro surdo Odrus**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOFIATO, Cassia. **Do Desenho à Litografia: A origem da Língua Brasileira de Sinais**. Tese (Doutorado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2011.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; CARVALHO, Paulo Vaz de; COELHO. A educação de surdos no Brasil no século XIX e o legado dos países europeus. **Revista Educação em Questão**, v. 59, n. 59, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/23212>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SOUZA, Cleicinéia Oliveira de. **Entre o evangelho e o ensino rural: educação feminina no Instituto Nossa Senhora do Calvário**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá- MT, 2017.

SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães. CASEB e Elefante Branco: experimentalismo e inovação no ensino médio. In: PEREIRA, Eva Waisros *et al.* (orgs.). **Nas Asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa**. Brasília: Editora da UnB, 2011, p. 203-228.

SOUZA, Gizele de; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial. **Educação e Pesquisa**, v. 39, p. 627-643, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZFppXNjCYCLFWYpZFd5m77n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2022.

SOUZA, Renata Antunes de. **Ensino de português L2 a surdos**: proposta de roteiro gramatical e sua aplicabilidade. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34635>. Acesso em: 17 mar. 2023.

STROBEL, Karin. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. *In*: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gladis (orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007, p. 18-38.

STROBEL, Karin L. **Surdos**: Vestígios Culturais Não Registrados Na História. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 35, n. 81, p. 195-199, 1961. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/plano3.html>. Acesso em: 01 nov. 2022.

TEIXEIRA, Cyntia Moraes. **Instituto Santa Teresinha**: onde os surdos aprendem a ouvir e os mudos a falar. São Paulo: Trabalho Interdisciplinar, CCH/Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

TORRES, Cibelle Eurídice. **As margens do silêncio**: a história dos passos da inclusão para pessoas surdas no município de Crateús-CE. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades ET, São Leopoldo-RS, 2018.

VATICANO. Pierre Bonhomme (1803-1861). [s.d.]. Disponível em: https://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20030323_bonhomme_po.html. Acesso em: 27 out. 2022.

VIÑAO, Antonio. Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos. **Revista Teias**, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23827/16808>. Acesso em: 10 out. 2022.

WIGGERS, Ingrid Dittrich; PIEDADE, Mariana Menezes; REIS, Thaís. Memórias da educação de Brasília: as primeiras escolas-classe. *In*: PEREIRA, E. W.; COUTINHO, L. M.; RODRIGUES, M. A. M. (org.). **Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal**: história e memória. Brasília: Editora da UnB, 2018. p. 143-160.

WITCHS, Pedro Henrique. **A Educação de Surdos no Estado Novo**: práticas que constituem uma brasilidade surda. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2014.

ZANELATO, Daniella. **Ensino de Arte, Educação de Surdos e Museus**: Interconexões possíveis. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2016.